



# DIÁRIO OFICIAL

Piracicaba, 03 de junho de 2017

## PODER EXECUTIVO

LEI Nº 8.643, DE 24 DE MAIO DE 2017.  
Institui a “Festa do Frango” no Calendário Oficial de Eventos do Município.

BARJAS NEGRI, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,  
Faz saber que a Câmara de Vereadores de Piracicaba aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte

L E I Nº 8 6 4 3

Art. 1º Fica instituída, no Calendário Oficial de Eventos do Município, a “Festa do Frango”, realizada pela Associação Atlética Educando pelo Esporte, a ser comemorada, anualmente, no mês de outubro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 24 de maio de 2017.

BARJAS NEGRI  
Prefeito Municipal

EROTIDES GIL BOSSHARD  
Secretário Municipal de Administração

MILTON SÉRGIO BISSOLI  
Procurador Geral do Município

Publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

FRANCISCO APARECIDO RAHAL FARHAT  
Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa

Autor do Projeto: Vereador Gilmar Rotta.

LEI Nº 8.645, DE 29 DE MAIO DE 2017.  
Altera o organograma e dispositivos constantes da Lei nº 3.339/91, a fim de modificar a estrutura administrativa da Secretaria Municipal da Ação Cultural, cria e extingue Funções Gratificadas e cargos de provimento em comissão, revoga parcialmente a Lei nº 4.253/97 e integralmente as Leis nº 382/53 e nº 1.311/65 e dá outras providências.

BARJAS NEGRI, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,  
Faz saber que a Câmara de Vereadores de Piracicaba aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte

L E I Nº 8 6 4 5

Art. 1º A Seção XII do Capítulo III da Lei nº 3.339, de 15 de outubro de 1991, alterada pelas Leis nº 5.194, de 25 de setembro de 2.002, nº 5.685, de 05 de janeiro de 2.006 e nº 6.632 de 15 de dezembro de 2.009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DOS ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO DIRETA

SEÇÃO XII

SECRETARIA MUNICIPAL DA AÇÃO CULTURAL E TURISMO

Art. 32. A Secretaria Municipal da Ação Cultural e Turismo é o órgão da Prefeitura que tem por competência:

I - a promoção do desenvolvimento cultural do Município, através do estímulo às artes e a outras manifestações culturais, contribuindo para a liberdade de pensamento e criação e para o incentivo, proteção e a integração das atividades artísticas;

II - o estudo, a proposição e a negociação de convênios com entidades públicas e privadas para a implementação de programas especiais de cultura e turismo, em articulação com outras Secretarias Municipais;

III - as ações visando o levantamento, a documentação e a proteção do patrimônio arquivístico, arquitetônico, histórico e artístico;

IV - a organização e a administração de teatros, centros culturais, bibliotecas e outros espaços e equipamentos voltados para a preservação de valores históricos e para o fomento de atividades culturais, artísticas e turísticas, sem qualquer restrição de natureza política, filosófica, ideológica, étnica ou religiosa;

V - a organização, divulgação e a promoção de festividades e acontecimentos relacionados com o calendário histórico, cultural e turístico, oficial e popular, bem como a promoção ou o apoio à realização de feiras, congressos, seminários e demais eventos afins;

VI - a administração do Fundo de Apoio à Cultura;

VII - a promoção e implantação de programas municipais de turismo e sua interface com a região de Piracicaba;

VIII - a análise e proposição de políticas de atração de investimentos e dinamização do turismo local;

IX - representação do Município nas atividades e programas turísticos, culturais e históricos, junto aos órgãos e entidades governamentais, municipal, estadual e federal, bem como junto a organismos internacionais ligados a estas áreas;

X – representação do Poder Público Municipal, mediante delegação do Chefe do Poder Executivo, em Comissões, Conselhos e organismos que venham a existir relacionados à cultura, ao turismo, à defesa do patrimônio histórico e áreas afins;

XI - apoio à organização e ao desenvolvimento de grupos, associações e empreendimentos de turismo e cultura e em a atividades que venham a incrementar essas áreas junto ao Mercosul;

XII – coordenação de pesquisas relevantes ao turismo e cultura local e promoção de estudos e projetos inovadores para conciliar o turismo com a proteção ambiental e a gestão dos espaços públicos com esta mesma finalidade;

XIII - tutelar, administrar e dar respaldo ao CODEPAC na preservação dos imóveis do patrimônio municipal de interesse turístico, cultural e histórico;

XIV - definir os valores nos quais se baseiam o turismo sustentável para o Município;

XV - o desempenho de outras atribuições afins.

§ 1º A Secretaria Municipal da Ação Cultural e Turismo compõe-se das seguintes unidades:

I – Núcleo de Apoio Administrativo;

II – Diretoria de Turismo, com:

a) Setor de Concessões e Artesanato, com:

1. Aquário Municipal.

b) Setor de Programação e Logística.

III – Biblioteca, com:

a) Setor de Programação e Logística.

IV - Pinacoteca, com:

a) Casa do Povoador.

V - Estação da Paulista;

VI – Salão de Humor;

VII – Teatro Losso Neto;

VIII - Engenho Central, com:

a) Setor da Movimentação Cultural;

b) Setor de Programação e Logística.

IX - Teatro Erothides de Campos;

X - Museus Públicos, com:

a) Setor de Acervo Histórico e de Gestão Administrativa.

§ 2º Integram, ainda, a Secretaria Municipal da Ação Cultural e Turismo, os Conselhos Municipais de Turismo, de Política Cultural e de Defesa do Patrimônio Cultural, enquanto órgãos de participação e representação, observada a autonomia prevista em lei para cada um deles.

§ 3º Integram, também, a Secretaria Municipal da Ação Cultural e Turismo, os Fundos Municipais de Turismo e de Apoio à Cultura enquanto unidades orçamentárias e financeiras.

§ 4º Para fins de remuneração das funções gratificadas, o Núcleo de Apoio Administrativo equipara-se à Chefia de Divisão.

§ 5º As unidades de Diretoria de Turismo, Biblioteca, Pinacoteca, Estação da Paulista, Salão de Humor, Teatro Losso Neto, Engenho Central, Teatro Erothides de Campos, Museus Públicos, Aquário Municipal e Casa do Povoador serão gerenciadas por cargos em comissão criados através desta Lei e das Leis Municipais nº 3.339, de 15 de outubro de 1.991, nº 5.685, de 05 de janeiro de 2.006 e nº 6.632, de 15 de dezembro de 2.009.” (NR)

Art. 2º O organograma da Secretaria Municipal da Ação Cultural e Turismo, parte integrante da Lei nº 3.339, de 15 de outubro de 1991, alterado pelas Leis nº 5.194, de 25 de setembro de 2.002, nº 5.685, de 05 de janeiro de 2.006 e nº 6.632 de 15 de dezembro de 2.009, passa a vigorar com as redações constantes dos ANEXOS I e II desta Lei.

Art. 3º Ficam extintos os cargos em comissão e as Funções Gratificadas – FG’s, constantes do ANEXO III desta Lei.

Art. 4º Ficam criados junto à Secretaria Municipal da Ação Cultural e Turismo as Funções Gratificadas e os cargos em comissão constantes do ANEXO IV desta Lei.

§ 1º As funções gratificadas ora criadas aplicam-se as demais disposições pertinentes constantes da legislação municipal, especialmente aquelas previstas nas Leis nº 3.453, de 29 de maio de 1.992, nº 3.966, de 15 de setembro de 1.995, nº 7.147, de 26 de outubro de 2.011 e nº 7.368, de 06 de julho de 2012 e suas respectivas alterações.

§ 2º Os cargos em comissão ora criados se regerão pela Lei nº 1.972, de 07 de novembro de 1.972 – Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Piracicaba e suas alterações, sendo de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º O cargo em comissão de Secretário Municipal da Ação Cultural passa a vigorar com a denominação de “Secretário Municipal da Ação Cultural e Turismo”.

Parágrafo único. Nas Leis, Decretos e Portarias Municipais e quaisquer outros processos administrativos, onde se lê:

“Secretaria Municipal da Ação Cultural” e “Secretaria Municipal de Turismo”;

Leia-se:

“Secretaria Municipal da Ação Cultural e Turismo”

Art. 6º O art. 1º da Lei nº 4.253, de 02 de abril de 1.997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica criada, na estrutura administrativa da Prefeitura do Município de Piracicaba, a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras, órgão ligado diretamente ao Gabinete do Prefeito Municipal.” (NR)

Art. 7º Os incisos I, II e III do art. 4º da Lei nº 6.943, de 09 de dezembro de 2.010, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 4º ...

I – Secretário Municipal da Ação Cultural e Turismo;

II – um membro da Diretoria de Turismo, indicado pelo Secretário Municipal da Ação Cultural e Turismo;

III – um membro de uma das diretorias culturais, indicado pelo Secretário Municipal da Ação Cultural e Turismo;” (NR)

Art. 8º As despesas decorrentes da execução da presente Lei para o exercício de 2.017 correrão pelas dotações orçamentárias fixadas no orçamento vigente nas Unidades Gestoras nº 120100 e 130100, suplementadas, oportunamente, se necessário.

Parágrafo único. Para os próximos exercícios a Secretaria Municipal da Ação Cultural e Turismo estará prevista na estrutura de órgãos, unidades orçamentárias e executoras do Plano Plurianual para o período de 2.018 a 2.021, bem como suas ações, metas e indicadores.

Art. 9º Ficam expressamente revogados o art. 2º da Lei nº 4.253, de 02 de abril de 1.997 e as Leis nº 382, de 03 de outubro de 1.953 e nº 1.311, de 23 de abril de 1.965.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 29 de maio de 2017.

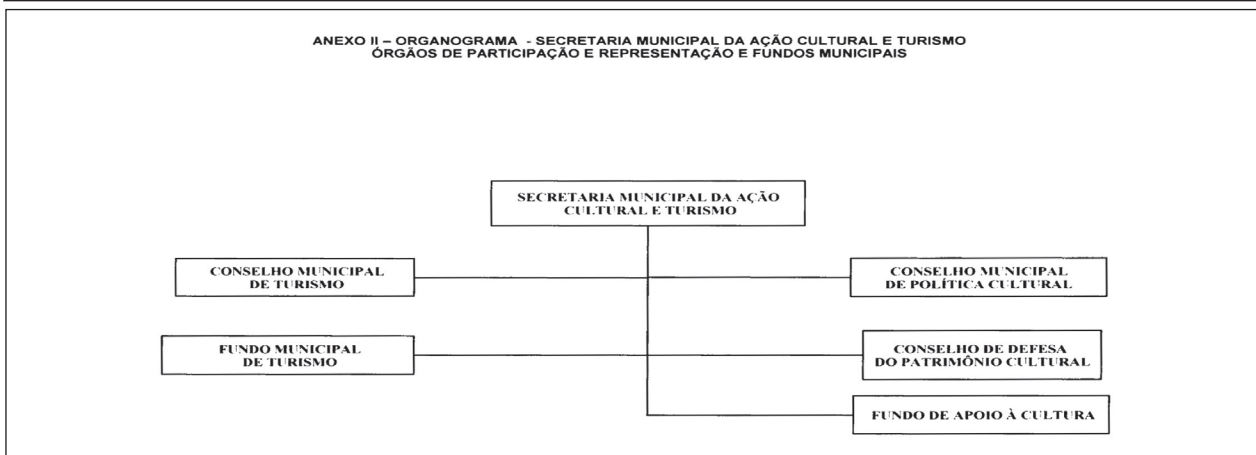
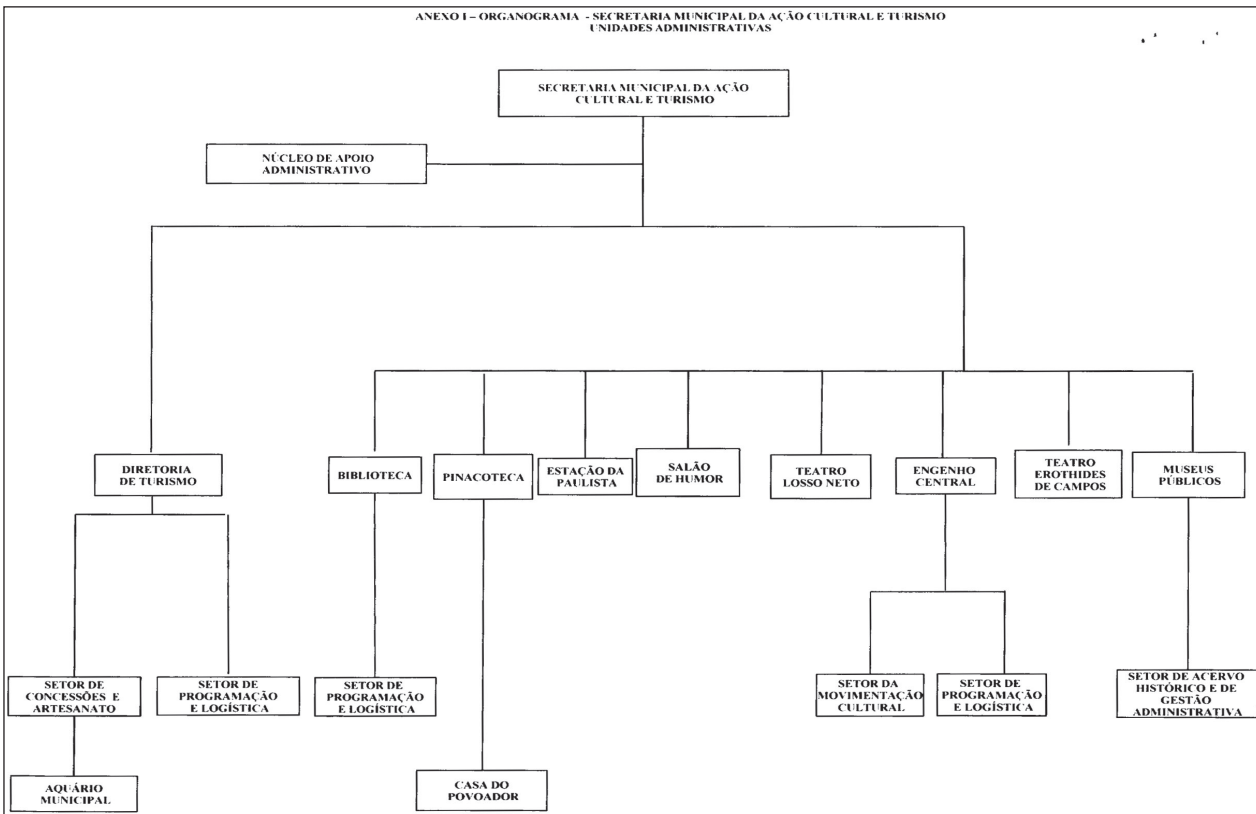
BARJAS NEGRI  
Prefeito Municipal

ROSÂNGELA MARIA RIZZOLO CAMOLESE  
Secretária Municipal da Ação Cultural e Turismo

MILTON SÉRGIO BISSOLI  
Procurador Geral do Município

Publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

FRANCISCO APARECIDO RAHAL FARHAT  
Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa



ANEXO III  
Cargos de Provimento em Comissão a serem Extintos

Quant.	Denominação	Referência Salarial	Lei de Criação
01	Secretário Municipal de Turismo	99-97	Lei nº 4.253/1997
01	Assessor de Gabinete de Secretário	12-A	Lei nº 4.253/1997
01	Diretor do Parque da Rua do Porto	15-A	Lei nº 5.685/2006
01	Diretor do Museu Histórico e Pedagógico "Prudente de Moraes"	15-A	Lei nº 6.632/2009
01	Diretor do Museu (Açúcar e do Etanol)	15-A	Lei nº 7.237/2011

Funções Gratificadas a serem Extintas

Quant.	Denominação	Referência Salarial	Lei de Criação
01	Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo	14-A	Lei nº 4.253/1997
01	Chefe do Suporte Operacional	14-A	Lei nº 4.253/1997
01	Diretor do Departamento de Turismo	16-A	Lei nº 4.253/1997
01	Chefe da Divisão de Turismo Internacional	14-A	Lei nº 4.253/1997
01	Chefe da Divisão de Turismo Regional e Municipal	14-A	Lei nº 4.253/1997
01	Chefe do Setor de Eventos Turísticos	13-A	Lei nº 4.253/1997
01	Chefe do Setor de Comunicação e Divulgação	13-A	Lei nº 3.339/1991
01	Diretor do Centro de Desenvolvimento Cultural	16-A	Lei nº 3.339/1991
01	Chefe do Setor de Ação Cultural	13-A	Lei nº 3.339/1991
01	Chefe do Setor de Cursos e Oficinas	13-A	Lei nº 3.339/1991
01	Chefe do Setor Casa do Povoador	13-A	Lei nº 3.339/1991

ANEXO IV  
Cargos de Provimento em Comissão a serem Criados

Quant.	Denominação	Referência Salarial
01	Assessor de Eventos da Cultura e Turismo	17-B
01	Diretor de Turismo	15-A
01	Diretor de Salão de Humor	15-A
01	Diretor dos Museus Públicos	15-A
01	Coordenador do Aquário Municipal	10-A
01	Coordenador da Casa do Povoador	10-A

Funções Gratificadas a serem Criadas

Quant.	Denominação	Referência Salarial
01	Chefe do Setor de Concessões e Artesanato	13-A
03	Chefe do Setor de Programação e Logística	13-A
01	Chefe do Setor da Movimentação Cultural	13-A

## LEI Nº 8.646, DE 31 DE MAIO DE 2017

Dispõe sobre denominação de via pública no loteamento Jardim Planalto II, no bairro Novo Horizonte, neste Município.

BARJAS NEGRI, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,

Faz saber que a Câmara de Vereadores de Piracicaba aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte

## L E I Nº 8 6 4 6

Art. 1º Fica denominada de "Rua Atobá", prolongamento, a Rua 02 (dois) do loteamento Jardim Planalto II, no bairro Novo Horizonte, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 31 de maio de 2017.

BARJAS NEGRI  
Prefeito Municipal

MILTON SÉRGIO BISSOLI  
Procurador Geral do Município

Publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

FRANCISCO APARECIDO RAHAL FARHAT  
Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa

Autor do Projeto: Vereador Paulo Roberto de Campos.

## LEI Nº 8.647, DE 31 DE MAIO DE 2017.

Aprova contratos de repasse celebrados com a União Federal, por intermédio dos Ministérios do Esporte e das Cidades, representados pela Caixa Econômica Federal – CEF e o Município de Piracicaba, objetivando a execução de ações relativas ao esporte e grandes eventos esportivos e ao planejamento urbano e dá outras providências.

BARJAS NEGRI, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,

Faz saber que a Câmara de Vereadores de Piracicaba aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte

## L E I Nº 8 6 4 7

Art. 1º Fica aprovado o contrato de repasse nº 831599/2016, que fica fazendo parte integrante da presente Lei, firmado com a União Federal, por intermédio do Ministério do Esporte, representado pela Caixa Econômica Federal – CEF e o Município de Piracicaba, objetivando a execução de ações relativas ao esporte e grandes eventos esportivos.

Parágrafo único. Fica o Município de Piracicaba autorizado a receber, através de repasse efetuado pela União Federal, recursos financeiros provenientes do orçamento Federal, da ordem de R\$ 292.500,00 (duzentos e noventa e dois mil e quinhentos reais) para custear a execução das ações de que trata o caput do presente artigo.

Art. 2º Ficam aprovados os contratos de repasse nº 834863/2016 e nº 830604/2016, que ficam fazendo parte integrante da presente Lei, firmados com a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal – CEF e o Município de Piracicaba, objetivando a execução de ações relativas ao planejamento urbano.

Parágrafo único. Fica o Município de Piracicaba autorizado a receber, através de repasses efetuados pela União Federal, recursos financeiros provenientes do orçamento Federal, da ordem de R\$ 493.100,00 (quatrocentos e noventa e três mil e cem reais) e R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais), respectivamente, para custear a execução das ações de que trata o caput do presente artigo.

Art. 3º Para a realização dos projetos, programas ou ações que visem a efetivar os objetivos dos contratos de repasse de que trata esta Lei, o Município de Piracicaba promoverá a celebração de termos aditivos e outros instrumentos legais que se façam necessários.

Art. 4º Para alocação dos recursos de que trata a presente Lei fica o Município de Piracicaba autorizado a abrir crédito adicional suplementar, com fonte de recursos Federais, para o exercício de 2017, nas dotações orçamentárias a seguir descritas e suas respectivas para os próximos exercícios, suplementadas, oportunamente, se necessário:

I – na dotação orçamentária nº 19011 – 27.811.0019.1162 – 449051, constante do orçamento da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras, e,

II – na dotação orçamentária nº 08011 – 15.451.0039.1256 – 449051, constante do orçamento da Secretaria Municipal de Obras.

Art. 5º A contrapartida do Município de Piracicaba na realização dos Planos de Trabalho relativos aos contratos mencionados, corresponderá a:

I – R\$ 23.693,47 (vinte e três mil, seiscentos e noventa e três reais e quarenta e sete centavos) para o contrato de repasse nº 831599/2016, que correrão por conta da dotação orçamentária nº 19011 – 27.811.0019.1162 – 449051, da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras;

II – R\$ 343.742,40 (trezentos e quarenta e três mil, setecentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos) para o contrato de repasse nº 834863/2016, que correrão por conta das dotações orçamentárias nº 08011 – 15.451.0039.1256 – 449051 e nº 08011 – 15.451.0039.2261 - 339039, da Secretaria Municipal de Obras;

III – R\$ 126.624,38 (cento e vinte e seis mil, seiscentos e vinte e quatro reais e trinta e oito centavos) para o contrato de repasse nº 830604/2016, que correrão por conta da dotação orçamentária nº 08011 – 15.451.0039.1256 - 449051, da Secretaria Municipal de Obras.

Parágrafo único. Todas as dotações orçamentárias mencionadas nos incisos deste artigo terão como fonte de recursos o Tesouro Municipal, sendo vigentes para o exercício de 2017 e englobarão as dotações orçamentárias respectivas para os próximos exercícios, suplementadas, oportunamente, se necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 31 de maio de 2017.

BARJAS NEGRI  
Prefeito Municipal

JOSÉ ADMIR MORAES LEITE  
Secretário Municipal de Finanças

PEDRO ANTONIO DE MELLO  
Secretário Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras - interino

ARTHUR ALBERTO AZEVEDO RIBEIRO NETO  
Secretário Municipal de Obras

MILTON SÉRGIO BISSOLI  
Procurador Geral do Município

Publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

FRANCISCO APARECIDO RAHAL FARHAT  
Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa





**CAIXA**

## Contrato de Repasse – Transferência Voluntária

CONTRATO DE REPASSE Nº 834863 / 2016 / M/IDADES / CAIXA  
PROCESSO Nº 2582.1034873-65/2016

CONTRATO DE REPASSE QUE ENTRE SI CELEBRAM A  
UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO  
DAS CIDADES, REPRESENTADO PELA CAIXA  
ECONÔMICA FEDERAL, E O (A) MUNICÍPIO DE  
PIRACICABA, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES  
RELATIVAS AO PLANEJAMENTO URBANO.

Por este Instrumento Particular, as partes abaixo nominadas e qualificadas, têm, entre si, justo e acordado o Contrato de Repasse de recursos orçamentários da União, em conformidade com os Anexos a este Contrato de Repasse e com a seguinte regulamentação: Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e suas alterações, Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e suas alterações, Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011, Lei de Diretrizes Orçamentárias vigentes, Diretrizes Operacionais do Concedente para o exercício, Contrato de Prestação de Serviços (CPS) firmado entre o Concedente e a Caixa Econômica Federal e demais normas que regulamentam a espécie, as quais os contratantes se sujeitam, desde já, na forma ajustada a seguir:

**SIGNATÁRIOS**  
I – CONTRATANTE – A União Federal, por intermédio do Concedente Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº 750, de 12 de agosto de 1969 e constituída pelo Decreto nº 68.303, de 8 de março de 1970, regida pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28 de março de 2013, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, Brasília-DF, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 00.360.305/0001-04, na qualidade de Agente Operador, nos termos dos instrumentos supracitados, neste ato representada por CECILIA HELENA BOMFIM, RG nº M-2.804.130 SSP/MG, CPF nº 536.078.686-91, residente e domiciliada na Avenida Independência, nº 3.415, 2º Andar, Bairro dos Alemães, Piracicaba/SP, conforme procuração lavrada em notas do 1º Ofício de Notas e Protestos de Brasília/DF, no livro 3152-P fls. 182/183, em 16/07/2015 e substabelecimento lavrado em notas do 2º Ofício de Notas e Protestos de Brasília/DF no livro 3196-P fls. 171/172 em 02/05/2016, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE.

II – CONTRATADO – MUNICÍPIO DE PIRACICABA, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 46.341.038/0001-29, neste ato representado pelo respectivo prefeito Sr. GABRIEL FERRATO DOS SANTOS, portador (a) do RG nº 5.067.036-0 e CPF nº 961.245.488-04, residente e domiciliado em Piracicaba/SP, doravante denominado (a) simplesmente CONTRATADO.

**OBJETO DO CONTRATO DE REPASSE**  
Execução de obras de infraestrutura, incluindo os serviços de drenagem de águas pluviais e pavimentação asfáltica em ruas.

**MUNICÍPIO BENEFICIÁRIO**  
Piracicaba - SP.

**CONDIÇÃO SUSPENSIVA**  
Não se aplica.

**CONTRATAÇÃO SOB LIMINAR**  
(x) Não  
Apenas no caso de contratação sob liminar, aplica-se a Cláusula Décima Sétima do Anexo ao Contrato de Repasse – Condições Gerais.

**DESCRIÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**  
Recursos do Repasse da União: R\$ 493.100,00 (quatrocentos e noventa e três mil e cem reais).  
Recursos da Contrapartida aportada pelo CONTRATADO: R\$ 343.742,40 (trezentos e quarenta e três mil e setecentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos).  
Recursos do Investimento (Repasse + Contrapartida): R\$ 836.842,40 (oitocentos e trinta e seis mil e oitocentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos).  
Nota de Empenho nº 2016NE03166, emitida em 27/09/2016, no valor de R\$ 493.100,00 (quatrocentos e noventa e três mil e cem reais), Unidade Gestora 175004, Gestão 00001.  
Programa de Trabalho: 1545120541D730035.

**CAIXA**

## Contrato de Repasse – Transferência Voluntária

Natureza da Despesa: 4404.02.  
Conta Corrente Vinculada do CONTRATADO: agência nº 0332, conta corrente nº 006.00647022-4.

**PRAZOS**  
Data da Assinatura do Contrato de Repasse e Anexos: 23/12/2016.  
Término da Vigência Contratual: 23 de Dezembro de 2018.  
Prestação de Contas: até 60 (sessenta) dias após o término da vigência contratual ou conclusão da execução do objeto, a que ocorrer primeiro.  
Arquivamento: 10 anos contados da aprovação da prestação de contas pela CONTRATANTE ou da instauração da tomada de contas especial, se for o caso.

**FORO**  
Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de São Paulo.

**ENDEREÇOS**  
Endereço para entrega de correspondências ao CONTRATADO: RUA ANTONIO C. BARBOSA - 2233 - PQ R. DO PORTO - Piracicaba - CEP 13400-910.  
Endereço para entrega de correspondências à CONTRATANTE: AV. INDEPENDÊNCIA 3415 1º ANDAR BAIRRO ALEMÃES PIRACICABA/SP.

Assinatura do CONTRATANTE  
Nome: CECILIA HELENA BOMFIM  
CPF: 536.078.686-91

Assinatura do CONTRATADO  
Nome: GABRIEL FERRATO DOS SANTOS  
CPF: 961.245.488-04

### Testemunhas

Nome: JUAN PENNA C.B. DE PAULA  
CPF: 279.402.308-86

Nome: MARCIO ANTONIO DE PAULA CAPATO  
CPF: 183.369.038-95

**CAIXA**

## Anexo ao Contrato de Repasse – Condições Gerais – Setor Público – Transferência Voluntária

CONTRATO DE REPASSE Nº 834863 / 2016 / M/IDADES / CAIXA  
PROCESSO Nº 2582.1034873-65/2016

Pelo presente Anexo as partes nominadas no Contrato de Repasse, pactuam as cláusulas a seguir:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS ANEXOS E DA SUSPENSIVA

1 – São partes integrantes do Contrato de Repasse, independente de transcrição:  
a) o Anexo ao Contrato de Repasse – Condições Gerais;  
b) o Anexo ao Contrato de Repasse – Condições Complementares, específicas de cada Concedente, se for o caso;  
c) o Plano de Trabalho aprovado no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV).

1.1 – A eficácia deste Instrumento, caso haja itens inseridos em condição suspensiva, está condicionada à apresentação pelo CONTRATADO de toda a documentação no prazo fixado no Contrato de Repasse e à análise favorável pela CONTRATANTE.

1.1.1 – O prazo fixado para atendimento da condição suspensiva poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, nos termos de ato regulamentar do Concedente.

1.1.2 – O CONTRATADO, desde já e por este Instrumento, reconhece e dá sua anuência que o não atendimento das exigências no prazo fixado ou a não aprovação da documentação pela CONTRATANTE implicará a rescisão de pleno direito do presente Contrato de Repasse, independente de notificação.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2 – Como forma mútua de cooperação na execução do objeto do Contrato de Repasse, são obrigações das partes:

#### 2.1 – DA CONTRATANTE

- analisar e aprovar a documentação técnica, institucional e jurídica das propostas selecionadas;
- celebrar o Contrato de Repasse, após atendimento dos requisitos pelo CONTRATADO, e publicar seu extrato, no Diário Oficial da União (DOU), e respectivas alterações, se for o caso;
- acompanhar e atestar a execução físico-financeira do objeto previsto no Plano de Trabalho, com os correspondentes registros nos sistemas de União, utilizando-se para tanto dos recursos humanos e tecnológicos da CONTRATANTE;
- transferir ao CONTRATADO os recursos financeiros, na forma do cronograma de desembolso aprovado, observado o disposto na Cláusula Quinta deste Instrumento;
- comunicar a assinatura e liberação de recursos ao Poder Legislativo na forma disposta na legislação;
- analisar eventuais solicitações de reformulação dos Projetos Técnicos, submetendo-as, quando for o caso, ao Concedente;
- fornecer, quando requisitados pelos órgãos de controle externo e nos limites de sua competência específica, informações relativas ao Contrato de Repasse independente de autorização judicial;
- receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pelo CONTRATADO, bem como notifi-lo quando da não apresentação no prazo fixado e ainda quando constatada a má aplicação dos recursos, instaurando, se for o caso, a correspondente Tomada de Contas Especial.

#### 2.2 – DO CONTRATADO

- consignar no Orçamento do exercício corrente ou, em lei que autorize sua inclusão, os recursos necessários para executar o objeto do Contrato de Repasse e, no caso de investimento que extrapole o exercício, consignar no Plano Plurianual os recursos para atender às despesas em exercícios futuros que, anualmente constarão do seu Orçamento;
- observar as condições para recebimento de recursos da União e para inscrição em restos a pagar estabelecidas pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
- comprometer-se, nos casos em que couber a instituição da contribuição de melhoria, nos termos do Código Tributário Nacional, a não efetuar cobrança que resulte em montante superior à contrapartida aportada ao Contrato de Repasse;

- adotar o disposto nas Leis nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e no Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, relativamente à promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência física ou com mobilidade reduzida;
- selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Concedente, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando à CONTRATANTE sempre que houver alterações;
- elaborar os projetos técnicos relacionados ao objeto pactuado e apresentar toda documentação jurídica, técnica e institucional necessária à celebração do Contrato de Repasse, de acordo com os normativos do programa, bem como apresentar documentos de titularidade domínial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, nos termos da legislação aplicável;
- compatibilizar o objeto do Contrato de Repasse com normas e procedimentos de preservação ambiental municipal, estadual ou federal, conforme o caso;
- executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Contrato de Repasse, observando prazos e custos, designando profissional habilitado no local da intervenção com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);
- assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pela CONTRATANTE ou pelos órgãos de controle;
- definir o regime de execução, direto ou indireto, do objeto do Contrato de Repasse;
- realizar o processo licitatório, sob sua inteira responsabilidade, quando optar pelo regime de execução indireta, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações ou da Lei 12.462, de 04 de agosto de 2011 e sua regulamentação, e demais normas pertinentes à matéria, assegurando a correção dos procedimentos legais, a suficiência do projeto básico, da planilha orçamentária discriminativa do percentual de Bonificação e Despesas Inerentes (BDI) utilizado e o respectivo detalhamento de sua composição;
- prever no edital de licitação as composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e o BDI que integram o orçamento do projeto básico da obra e/ou serviço, em cumprimento ao art. 7º, §2º, inciso II, da Lei 8.666/93 c/c a Súmula nº 268 do Tribunal de Contas da União;
- observar o disposto no Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013, nas licitações que realizar pela Lei 8.666/93, com o caso de contratação de obras ou serviços de engenharia, bem como apresentar à CONTRATANTE declaração firmada pelo representante legal do CONTRATADO acerca do atendimento ao disposto no referido Decreto;
- utilizar, para aquisição de bens e serviços comuns, a modalidade pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e do regulamento previsto no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, preferencialmente a sua forma eletrônica, devendo ser justificada pela CONTRATADO a impossibilidade de sua utilização;
- apresentar declaração expressa firmada por representante legal do CONTRATADO, ou registro no SICONV que a substitua, atestando o atendimento das disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório;
- apresentar declaração expressa ou fornecer declaração emitida pela empresa vencedora da licitação, atestando que não possui em seu quadro societário servidor público da União, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, sendo de sua inteira responsabilidade a fiscalização dessa obrigação;
- prever no edital de licitação e no Contrato de Execução ou Fornecedor (CTEF) que a responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de adequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado e a execução e fiscalização sobre o CTEF;
- registrar no SICONV o extrato do edital de licitação, o preço estimado pela Administração para a execução do serviço e a proposta de preço total ofertada por cada licitante com o seu respectivo CNPJ, o termo de homologação e adjudicação, o extrato do CTEF e seus respectivos aditivos, a ART dos projetos, dos executores e da fiscalização de obras, e os boletins de medições;
- registrar no SICONV os atos e as informações sobre os participantes e respectivas propostas das licitações, bem como as informações referentes às dispensas e inexigibilidades;
- insinuar, quando da celebração de contratos com terceiros para execução do objeto do Contrato de Repasse, cláusula que obrigue o terceiro a permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas concedentes ou contratantes, bem como dos órgãos de controle interno e externo, a seus documentos e registros contábeis;
- atestar, por meio do Cadastro Nacional de Empresas Indólicas e Suspensas (CEIS), a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, em atendimento ao disposto na Portaria CGU nº 516, de 15 de março de 2010;
- instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou máversão de recursos públicos, irregularidade na execução do CTEF ou gestão financeira do Contrato de Repasse, comunicando tal fato à CONTRATANTE;
- apresentar à CONTRATANTE relatórios de execução físico-financeira relativos ao Contrato de Repasse, bem como da integralização da contrapartida, em periodicidade compatível com o cronograma de execução estabelecido, responsabilizando-se pela conclusão do empreendimento quando o objeto do Contrato de Repasse prever apenas sua execução parcial e for etapa de empreendimento maior, a fim de assegurar sua funcionalidade;
- estimular a participação dos beneficiários finais na elaboração e implementação do objeto do Contrato de Repasse, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos;
- notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede no município ou Distrito Federal quando ocorrer a liberação de recursos financeiros pela CONTRATANTE, em conformidade com a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, facultada a notificação por meio eletrônico;
- fornecer à CONTRATANTE, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;
- divulgar, em qualquer ação promocional relacionada ao objeto e/ou objetivo do Contrato de Repasse, o nome do Programa, a origem do recurso, o cronograma de desembolso e o nome do CONTRATANTE e do Concedente, como estes participantes, obrigando-se o CONTRATADO a comunicar expressamente à CAIXA a data, forma e local onde ocorrerá a ação promocional, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;
- comprometer-se a utilizar a assinatura do Concedente acompanhada da marca do Governo Federal nas publicações decorrentes do Contrato de Repasse, observadas as limitações impostas pela Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;
- realizar tempestivamente no SICONV os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, licitação, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de tomada de contas especial do Contrato de Repasse e registrar no SICONV os atos que por sua natureza não possam ser realizados nesse Sistema;
- prestar contas dos recursos transferidos pela CONTRATANTE destinados à consecução do objeto no prazo fixado no Contrato de Repasse;
- operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Contrato de Repasse, após sua execução, de forma a preservar a sua funcionalidade;
- responder solidariamente, os entes concedentes, no caso de execução do objeto contratual por convênios públicos;
- XXIV. aplicar, no SICONV, os recursos creditados na conta bancária vinculada ao Contrato de Repasse em caderneta de poupança, se o prazo previsto para sua utilização for igual ou superior a um mês, e realizar os pagamentos de despesas do Contrato de Repasse também por intermédio do SICONV, observadas as disposições contidas na Cláusula Sétima deste Instrumento;
- XXV. dar ciência da celebração do Contrato de Repasse ao conselho local ou instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência, quando houver;
- XXVI. tomar outras providências necessárias à boa execução do objeto do Contrato de Repasse.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3 – A CONTRATANTE transferirá, ao CONTRATADO, até o limite do valor dos Recursos de Repasse fixado no Contrato de Repasse de acordo com o cronograma de desembolso e com o plano de aplicação constantes do Plano de Trabalho.

3.1 – O CONTRATADO aportará, ao Contrato de Repasse, o valor dos Recursos de Contrapartida fixado no Contrato de Repasse de acordo com o cronograma de desembolso e com o plano de aplicação constantes do Plano de Trabalho a conta de recursos alocados em seu orçamento.

3.2 – Os recursos transferidos pela União e os recursos do CONTRATADO destinados ao Contrato de Repasse, figurarão no Orçamento do CONTRATADO, obedecendo ao desdobramento por fontes de recursos e elementos de despesa.

3.3 – Recursos adicionais necessários à consecução do objeto do Contrato de Repasse terão o seu aporte sob responsabilidade exclusiva do CONTRATADO.

3.4 – Toda a movimentação financeira deve ser efetuada, obrigatoriamente, na conta específica vinculada ao Contrato de Repasse, em agência da CAIXA, isenta à cobrança de tarifas bancárias.

### CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DO OBJETO

4 – O CONTRATADO, por meio deste Instrumento, manifesta sua expressa concordância em aguardar a autorização escrita da CONTRATANTE para o início da execução do objeto deste Contrato de Repasse.

4.1 – A autorização ocorrerá após a finalização do processo de análise pós-contratual e o crédito de recursos de repasse na conta vinculada, este se for o caso.

4.2 – Eventual execução do objeto realizada antes da autorização da CONTRATANTE não será objeto de medição para liberação de recursos até a emissão da autorização acima disposta.

4.3 – Caso a contratação seja efetuada no período pré-eleitoral, o CONTRATADO declara estar ciente de que a autorização de início de objeto e a liberação dos recursos somente ocorrerá após finalizado o processo eleitoral a se realizar no mês de outubro, considerada, inclusive, a eventual ocorrência de segundo turno, em atendimento ao artigo 73, inciso VI, alínea "a" da Lei nº 9.504/97.

### CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO E DO DESBLOQUEIO DOS RECURSOS

5 – A liberação dos recursos financeiros obedecerá ao cronograma de desembolso de acordo com as metas e fases ou etapas de execução do objeto e será realizada sob bloqueio, após eficácia contratual, respeitando a disponibilidade financeira do Concedente e atendidas as exigências cadastrais vigentes.

5.1 – A autorização de saque dos recursos creditados na conta vinculada será feita em parcelas, de acordo com o cronograma de desembolso, após a autorização para início do objeto, depois de atestada, pela CONTRATANTE, a execução física e a comprovação do aporte da contrapartida da etapa correspondente e posteriormente a comprovação financeira da etapa anterior pelo CONTRATADO.

5.1.1 – No caso de execução do objeto contratual por regime de execução direta, a liberação dos recursos relativos à primeira parcela será antecipada na forma do cronograma de desembolso aprovado, ficando a liberação da segunda parcela e seguintes, condicionada à aprovação pela CONTRATANTE de relatório de execução com comprovação da aplicação dos recursos da última parcela liberada.

5.2 – No caso de obras e serviços de engenharia de pequeno valor, cujo valor de repasse da União seja inferior a R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), a liberação dos recursos pelo Concedente na conta vinculada, ocorrerá de acordo com o cronograma de desembolso aprovado, em no máximo três parcelas correspondentes a 50% (cinquenta por cento), 30% (trinta por cento) e 20% (vinte por cento) do valor de repasse da União.

5.2.1 – Nesse caso, o desbloqueio dos recursos ocorrerá após apresentação do relatório de execução de cada etapa do objeto do contrato de repasse devidamente atestada pela fiscalização do CONTRATADO.

### CLÁUSULA SEXTA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS RECURSOS

6 – As despesas com a execução do Contrato de Repasse correrão à conta de recursos alocados nos respectivos orçamentos dos contratantes.

6.1 – A emissão do empenho plurianual, quando for o caso, ocorrerá de acordo com determinação específica do Concedente, com incorporação ao Contrato de Repasse mediante Aposilamento.

6.2 – A eficácia deste Instrumento está condicionada à validade dos empenhos, que é determinada por instrumento legal, findo o qual, sem a total liberação dos recursos, o Contrato de Repasse fica automaticamente extinto.

6.2.1 – No caso de perda da validade dos empenhos por motivo de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo físico-financeiro poderá ser reduzido até a etapa do objeto contratado que apresente funcionalidade.

### CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

7 – Os recursos somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para aplicação no mercado financeiro, nas hipóteses previstas em lei ou na Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011, vedada sua utilização em finalidade diversa da pactuada neste Instrumento.

7.1 – A programação e a execução financeira deverão ser realizadas em separado, de acordo com a natureza e a fonte de recursos, se for o caso.

7.2 – Antes da realização de cada pagamento, o CONTRATADO incluirá no SICONV, no mínimo, as seguintes informações:

- a) a destinação do recurso;
- II - o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;
- III - o contrato a que se refere o pagamento realizado;
- IV - a meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento;
- V - a comprovação do recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante inclusão no Sistema das notas fiscais ou documentos contábeis.

7.3 – Os pagamentos devem ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, facultada a dispensa deste procedimento nos casos citados abaixo, em que o crédito poderá ser realizado em conta bancária de titularidade do próprio CONTRATADO, devendo ser registrado no SICONV o beneficiário final da despesa:

- a) por ato da autoridade máxima do Concedente;
- b) na execução do objeto pelo CONTRATADO por regime direto;
- c) no ressarcimento ao CONTRATADO por pagamentos realizados às próprias custas decorrentes de atrasos na liberação de recursos pelo Concedente e em valores além da contrapartida pactuada.

7.3.1 – Excepcionalmente, poderá ser realizado, uma única vez no decorrer da vigência do Contrato de Repasse, pagamento a pessoa física que não possua conta bancária, desde que permitida a identificação do beneficiário pela CONTRATANTE, e observado o limite de R\$ 800,00 (oitocentos reais) por fornecedor ou prestador de serviços.

7.4 – Os recursos transferidos pela CONTRATANTE não poderão ser utilizados para despesas efetuadas em período anterior ou posterior à vigência do Contrato de Repasse, permitido o pagamento de despesas posteriormente desde que comprovadamente realizadas na vigência do Contrato de Repasse e se expressamente autorizado pelo Concedente.

7.5 – Os recursos transferidos, enquanto não utilizados, serão aplicados em caderneta de poupança se o prazo previsto para sua utilização for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, quando a sua utilização estiver prevista para prazo menor que um mês.

7.5.1 – A aplicação dos recursos, creditados na conta bancária vinculada ao Contrato de Repasse, em fundo de curto prazo será automática, após assinatura pelo CONTRATADO do respectivo Termo de Adesão ao fundo no ato de regularização da conta, ficando o CONTRATADO responsável pela aplicação em caderneta de poupança por intermédio do SICONV, se o prazo previsto para utilização dos recursos transferidos for igual ou superior a um mês.

7.5.2 – Os rendimentos provenientes da aplicação dos recursos serão computados a crédito do Contrato de Repasse para consecução do seu objeto, salvo na exceção abaixo disposta, devendo constar de demonstrativo específico que integrará a prestação de contas, vedada a sua utilização como contrapartida.

7.5.2.1 – Todos os rendimentos provenientes da aplicação dos recursos das contas correntes, no caso de obras e serviços de engenharia de pequeno valor, cujo valor de repasse seja inferior a R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), devem ser devolvidos à conta única do Tesouro ao final da execução do objeto contratado.

7.5.2.2 – Na ocorrência de perdas financeiras decorrentes da aplicação dos recursos, que comprometam a execução do objeto contratual, fica o CONTRATADO obrigado ao aporte adicional de contrapartida.

7.6 – Eventuais saldos financeiros verificados quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Contrato de Repasse, inclusive os provenientes das receitas auferidas em aplicações financeiras, deverão ser restituídos à UNIÃO FEDERAL, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, na forma indicada pela CONTRATANTE na época da restituição, sob pena da imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável.

7.6.1 – A devolução prevista acima será realizada observando-se a proporcionalidade dos recursos transferidos e da contrapartida prevista, independente da época em que foram aportados, devendo, nos casos em que incida exclusivamente sobre o repasse ou a contrapartida, ser devolvido apenas ao ente titular do valor remunerado.

7.7 – Deverão ser restituídos, ainda, todos os valores transferidos, acrescidos de juros legais e atualizados monetariamente, a partir de data do recebimento, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

- a) quando não for executado totalmente o objeto pactuado neste Instrumento;
- b) quando não for executado parcialmente o objeto pactuado neste Instrumento;
- c) quando não for apresentada, no prazo regulamentar, a respectiva prestação de contas parcial ou final;
- d) quando os recursos foram utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Instrumento;
- e) quando houver utilização dos valores resultantes de aplicações financeiras em desacordo com o estabelecido no item 7.5.2;
- f) quando houver impugnação de despesas, se realizadas em desacordo com as disposições do contrato celebrado.

7.7.1 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea "a", se os recursos que permaneceram na conta específica, sem terem sido desbloqueados em favor do CONTRATADO, serão devolvidos acrescidos do resultado da aplicação financeira, nos termos do item 7.5, no prazo de até 30 (trinta) dias do vencimento da vigência do Contrato de Repasse. Após esse período aplicar-se-á IPCA mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, podendo ser deduzidos os rendimentos de aplicação.

7.7.2 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea "b", em que a parte executada apresente funcionalidade, a devolução dos recursos já creditados em conta e não aplicados no objeto do Plano de Trabalho, acrescidos do resultado da aplicação financeira, nos termos do item 7.5, ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias do vencimento da vigência contratual. Após esse período aplicar-se-á IPCA mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, podendo ser deduzidos os rendimentos de aplicação.

7.7.3 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea "b", em que a parte executada não apresente funcionalidade, a devolução dos recursos das contas correntes liberados acrescidos do resultado da aplicação financeira, nos termos do item 7.5, ocorrerá aplicando-se sobre os recursos eventualmente gastos, o mesmo percentual como se tivessem permanecido aplicados durante todo o período em caderneta de poupança, no prazo de até 30 (trinta) dias do vencimento da vigência do Contrato de Repasse. Após esse período aplicar-se-á IPCA mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, podendo ser deduzidos os rendimentos de aplicação.

7.7.4 – Para aplicação dos itens 7.7.2 e 7.7.3, a funcionalidade da parte executada será verificada pela CONTRATANTE.

7.7.5 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea "d", será instaurada Tomada de Contas Especial, além da devolução dos recursos liberados devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido este montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução dos recursos à Conta Única do Tesouro Nacional.

7.7.5.1 – Ainda na hipótese do item anterior, caso haja recursos que permaneceram sem desbloqueio em favor do CONTRATADO, estes serão imediatamente devolvidos pela CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias do vencimento da vigência contratual, acrescidos do resultado da aplicação financeira. Após esse período instaurar-se-á Tomada de Contas Especial.

7.8 – Os casos fortuitos ou de força maior que impeçam o CONTRATADO de prestar contas dos recursos recebidos e aplicados ensejarão a juntada de documentos e justificativas, a serem entregues à CONTRATANTE, para análise e manifestação do Concedente.

### CLÁUSULA OITAVA – DOS BENS REMANESCENTES AO TÉRMINO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

8 – Os bens remanescentes decorrentes do Contrato de Repasse serão de propriedade do CONTRATADO, quando da sua extinção, desde que vinculados à finalidade a que se destinam.

### CLÁUSULA NONA – DAS PRERROGATIVAS

9 – O Concedente é a autoridade competente para coordenar e definir as diretrizes do Programa, cabendo à CONTRATANTE o acompanhamento e avaliação das ações constantes no Plano de Trabalho.

9.1 – Sempre que julgar conveniente, o Concedente poderá promover visitas in loco com o propósito do acompanhamento e avaliação dos resultados das atividades desenvolvidas em razão do Contrato de Repasse, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes ao assunto.

9.2 – É prerrogativa da União, por intermédio do Concedente e da CONTRATANTE, promover a fiscalização físico-financeira das atividades referentes ao Contrato de Repasse, bem como, conservar, em qualquer hipótese, a facilidade de assumir ou transferir a responsabilidade da execução do objeto, no caso de sua paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer.

### CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DOCUMENTOS E DA CONTABILIZAÇÃO

10 – Obriga-se a CONTRATANTE a registrar, em sua contabilidade analítica, em conta específica do grupo vinculado ao ativo financeiro, os recursos recebidos da CONTRATANTE, tendo como contrapartida conta adequada no passivo financeiro, com subcontas identificando o Contrato de Repasse e a especificação da despesa.

10.1 – As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do CONTRATADO, devidamente identificados com o nome do Programa e o número do Contrato de Repasse, e mantidos em arquivo, em ordem cronológica, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo fixado no Contrato de Repasse.

10.1.1 – O CONTRATADO deverá encaminhar cópias dos comprovantes de despesas ou de outros documentos à CONTRATANTE sempre que houver solicitação.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

11 – A Prestação de Contas referente aos recursos financeiros deverá ser apresentada à CONTRATANTE nas condições fixadas no Contrato de Repasse.

11.1 – Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo fixado, a CONTRATANTE estabelecerá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados pela taxa SELIC.

11.2 – Caso o CONTRATADO não apresente a prestação de contas nem devolva os recursos nos termos do item anterior, ao término do prazo estabelecido, a CONTRATANTE registrará a inadimplência no SICONV por omissão do dever de prestar contas e comunicará o fato ao órgão de contabilidade analítica, para fins de instauração de Tomada de Contas Especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.

11.3 – Cabe ao prefeito e ao governador sucessores prestar contas dos recursos provenientes dos Contratos de Repasse firmado pelo seu antecessor.

11.3.1 – Na impossibilidade dessa prestação de contas, deve apresentar, à CONTRATANTE, e inserir no SICONV documento com justificativas que demonstrem o impedimento e as medidas adotadas para o resgate do patrimônio público.

11.3.2 – Quando a impossibilidade de prestar contas decorrer de ação ou omissão do antecessor,





## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA

15 – A vigência deste Instrumento iniciará-se à data de sua assinatura e encerrar-se-á ao término de sua vigência, constantes no Contrato de Repasse, possibilitada a sua prorrogação mediante Termo Aditivo e aprovação da CONTRATANTE, quando da ocorrência de fato superveniente que impeça a consecução do objeto no prazo acordado.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

16 – O Contrato de Repasse poderá ser denunciado por qualquer das partes e rescindido a qualquer tempo, ficando os contratantes responsáveis pelas obrigações assumidas na sua vigência, creditando-se-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período, aplicando, no que couber, a Portaria Interministerial MPOGMF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011 e demais normas pertinentes à matéria.

16.1 – Constitui motivo para rescisão do Contrato de Repasse o descumprimento de qualquer das Cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pela CONTRATANTE a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falidade ou incorreção de informação de documento apresentado e ainda a verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

16.1.1 – A rescisão do Contrato de Repasse, na forma acima prevista e sem que tenham sido os valores restituídos à União Federal, ensejará a instauração de Tomada de Contas Especial.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO PROVIMENTO JUDICIAL LIMINAR

17 – A existência de restrição do CONTRATADO não foi considerada óbice à celebração do presente instrumento, em razão da decisão liminar concedida nos termos especificados no Contrato de Repasse, a qual autorizou a celebração deste instrumento, condicionada à decisão final.

17.1 – Ainda que posteriormente regularizada a restrição apontada no Contrato de Repasse, a desistência da ação ou a decisão judicial desfavorável ao CONTRATADO implicará a desconstituição dos efeitos da respectiva liminar, com a rescisão do presente contrato e a devolução de todos os recursos que eventualmente tenha recebido, atualizados na forma da Legislação em vigor.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ALTERAÇÃO

18 – A alteração deste Instrumento, no caso da necessidade de ajustamento da sua programação de execução física e financeira, inclusive a alteração do prazo de vigência fixado no Contrato de Repasse, será feita por meio de Termo Aditivo e será provocada pelo CONTRATADO, mediante apresentação das respectivas justificativas, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias que antecedem o término da sua vigência, sendo necessária, para sua implementação, a aprovação da CONTRATANTE.

18.1 – A alteração do prazo de vigência do Contrato de Repasse, em decorrência de atraso na liberação dos recursos por responsabilidade do Concedente, será promovida “de ofício” pela CONTRATANTE, limitada ao período do atraso verificado, fazendo disso imediato comunicado ao CONTRATADO.

18.2 – A alteração contratual referente ao valor do Contrato de Repasse será feita por meio de Termo Aditivo, ficando a majoração dos recursos de repasse sob decisão unilateral exclusiva do Concedente.

18.3 – É vedada a alteração do objeto do Contrato de Repasse, exceto para a ampliação da execução do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta, sem prejuízo da funcionalidade do objeto contratado, desde que devidamente justificado e aprovado pela CONTRATANTE.

## CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS E DAS COMUNICAÇÕES

19 – Os documentos instrutórios ou comprobatórios relativos à execução do Contrato de Repasse deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada.

19.1 – As comunicações de fatos ou ocorrências relativas ao Contrato serão consideradas como regularmente feitas se entregues por carta protocolada, telegrama ou fax, nos endereços descritos no Contrato de Repasse.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20 – Fica eleito o foro descrito no Contrato de Repasse para dirimir os conflitos decorrentes deste Instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e pactuados firmam este Instrumento, que será assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele, sendo extraídas as respectivas cópias, que terão o mesmo valor do original.

Piracicaba, 23 de Dezembro de 2016

Assinatura do CONTRATANTE  
Nome: CECILIA HELENA BOMFIM  
CPF: 535.075.686-91

Assinatura do CONTRATADO  
Nome: GABRIEL FERRATO DOS SANTOS  
CPF: 991.245.488-04

## Testemunhas

Nome: JUAN PENNA C.B. DE PAULA  
CPF: 279.402.308-86

Nome: MARCIO ANTONIO DE PAULA CAPATO  
CPF: 183.369.038-95

CAIXA

## Anexo ao Contrato de Repasse - Condições Complementares

CONTRATO DE REPASSE Nº 834863/ 2016 / MCIDADES / CAIXA  
PROCESSO Nº 2582.1034873-65/2016

## MINISTÉRIO DAS CIDADES

1 – No caso de contratação de operações no âmbito do Ministério das Cidades, o CONTRATADO deve:

- a) transferir a posse e propriedade do imóvel para os beneficiários finais, sendo condicionante para aprovação da Prestação de Contas, caso a operação preveja o item de investimento de regularização fundiária;
- b) apresentar a Licença de Operação, fornecida pelo órgão ambiental competente, sendo condicionante para aprovação da Prestação de Contas Final, caso a operação seja de abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos urbanos e drenagem, inclusive as realizadas nos programas habitacionais;
- c) estar ciente que a não aprovação pela CONTRATANTE do produto inicial relativo à metodologia implicará a rescisão contratual e a não liberação dos recursos contratados bem como a devolução dos recursos eventualmente já sacados, no caso de operações de Plano Diretor, Risco e Regularização Fundiária;
- d) estar ciente que a liberação da última parcela fica condicionada à comprovação da regularização efetiva da situação da delegação ou concessão firmada entre o município e o prestador dos serviços, no caso de operações do Programa Serviços Urbanos de Água e Esgoto, quando a comprovação da regularidade da delegação e concessão for apresentada por termo de compromisso;
- e) garantir isoladamente ou junto aos órgãos competentes o fornecimento, a manutenção e a operação dos sistemas de abastecimento de água, de coleta e tratamento de esgoto sanitário, de coleta e tratamento dos resíduos sólidos, de coleta de esgotos pluviais, de pavimentação pública e de rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública, no que couber.

Piracicaba, 23 de Dezembro de 2016

Assinatura do CONTRATANTE  
Nome: CECILIA HELENA BOMFIM  
CPF: 535.075.686-91

Assinatura do CONTRATADO  
Nome: GABRIEL FERRATO DOS SANTOS  
CPF: 991.245.488-04

## Testemunhas

Nome: JUAN PENNA C.B. DE PAULA  
CPF: 279.402.308-86

Nome: MARCIO ANTONIO DE PAULA CAPATO  
CPF: 183.369.038-95

CAIXA

## Contrato de Repasse – Transferência Voluntária

CONTRATO DE REPASSE Nº 830604 / 2016 / MCIDADES / CAIXA  
PROCESSO Nº 2582.1030589-09/2016

CONTRATO DE REPASSE QUE ENTRE SI CELEBRAM A  
UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO  
DAS CIDADES, REPRESENTADO PELA CAIXA  
ECONÔMICA FEDERAL, E O (A) MUNICÍPIO DE  
PIRACICABA, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES  
RELATIVAS AO PLANEJAMENTO URBANO.

Por este Instrumento Particular, as partes abaixo nominadas e qualificadas, têm, entre si, justo e acordado o Contrato de Repasse de recursos orçamentários da União, em conformidade com os Anexos a este Contrato de Repasse e com a seguinte regulamentação, Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e suas alterações, Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e suas alterações, Portaria Interministerial MPOGMF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011, Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, Diretrizes Operacionais do Concedente para o exercício, Contrato de Prestação de Serviços (CPS) firmado entre o Concedente e a Caixa Econômica Federal e demais normas que regulamentam a espécie, as quais os contratantes se sujeitam, desde já, na forma ajustada a seguir:

<b>SIGNATÁRIOS</b> I – CONTRATANTE – A União Federal, por intermédio do Concedente Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969 e constituída pelo Decreto nº 66.303, de 6 de março de 1970, regida pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28 de março de 2013, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 344, Brasília-DF, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 00.360.305/0001-04, na qualidade de Agente Operador, nos termos dos instrumentos supracitados, neste ato representada por CECILIA HELENA BOMFIM, RG nº M - 2.604.130 SSP/MG, CPF nº 535.075.686-91, residente e domiciliada na Avenida Independência, nº 3.415, 2º Andar, Bairro dos Alemães, Piracicaba/SP, conforme procuração lavrada em notas do 1º Ofício de Notas e Protestos de Brasília/DF, no livro 3152-P fls. 182/183, em 18/07/2015 e subestabelecimento lavrado em notas do 2º Ofício de Notas e Protestos de Brasília/DF no livro 3196-P fls.171/172 em 02/05/2016, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE.
II – CONTRATADO – MUNICÍPIO DE PIRACICABA, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 46.341.038/0001-29, neste ato representado pelo respectivo prefeito Sr. GABRIEL FERRATO DOS SANTOS, portador (a) do RG nº 5.067.036-0 e CPF nº 991.245.488-04, residente e domiciliado em Piracicaba/SP, doravante denominado (a) simplesmente CONTRATADO.
<b>OBJETO DO CONTRATO DE REPASSE</b> Drenagem de águas pluviais e pavimentação asfáltica em via do bairro Novo Horizonte - Piracicaba/SP..
<b>MUNICÍPIO BENEFICIÁRIO</b> Piracicaba - SP.
<b>CONDIÇÃO SUSPENSIVA</b> Não se aplica.
<b>CONTRATAÇÃO SOB LIMINAR</b> (x) Não ( ) Sim Apenas no caso de contratação sob liminar, aplica-se a Cláusula Décima Sétima do Anexo ao Contrato de Repasse – Condições Gerais.
<b>DESCRIÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA</b> Recursos do Repasse da União: R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil e oitocentos e cinquenta reais). Recursos da Contrapartida aportada pelo CONTRATADO: R\$ 126.624,38 (cento e vinte e seis mil e seiscentos e vinte e quatro reais e trinta e oito centavos). Recursos do Investimento (Repasse + Contrapartida): R\$ 372.474,38 (trezentos e setenta e dois mil e quatrocentos e setenta e quatro reais e trinta e oito centavos). Nota de Empenho nº 2016NE02483, emitida em 06/05/2016, no valor de R\$ R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil e oitocentos e cinquenta reais), Unidade Gestora 175004, Gestão 00001. Programa de Trabalho: 1545120541D730035. Natureza da Despesa: 444042.

## Contrato de Repasse – Transferência Voluntária

Conta Corrente Vinculada do CONTRATADO: agência nº 0332, conta corrente nº 006.00847020-8.
<b>PRAZOS</b> Data da Assinatura do Contrato de Repasse e Anexos: 27/12/2016. Término da Vigência Contratual: 27 de Dezembro de 2018. Prestação de Contas: até 90 (sessenta) dias após o término da vigência contratual ou conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro. Arquivamento: 10 anos contados da aprovação da prestação de contas pela CONTRATANTE ou da instauração da tomada de contas especial, se for o caso.
<b>FORO</b> Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de São Paulo.
<b>ENDEREÇOS</b> Endereço para entrega de correspondências ao CONTRATADO: RUA ANTONIO C. BARBOSA - 2233 - PQ R. DO PORTO - Piracicaba - CEP 13400-910. Endereço para entrega de correspondências à CONTRATANTE: AV. INDEPENDÊNCIA 3415 1º ANDAR BAIRRO ALEMÃES PIRACICABA/SP.

Assinatura do CONTRATANTE  
Nome: CECILIA HELENA BOMFIM  
CPF: 535.075.686-91

Assinatura do CONTRATADO  
Nome: GABRIEL FERRATO DOS SANTOS  
CPF: 991.245.488-04

## Testemunhas

Nome: JUAN PENNA C.B. DE PAULA  
CPF: 279.402.308-86

Nome: MARCIO ANTONIO DE PAULA CAPATO  
CPF: 183.369.038-95

Grau de sigilo

#PÚBLICO

CONTRATO DE REPASSE Nº 830604 / 2016 / MCIDADES / CAIXA  
PROCESSO Nº 2582.1030589-09/2016

Pelo presente Anexo as partes nominadas no Contrato de Repasse, pactuam as cláusulas a seguir:

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS ANEXOS E DA SUSPENSIVA

1 – São partes integrantes do Contrato de Repasse, independente de transcrição:

- a) o Anexo ao Contrato de Repasse – Condições Gerais;
- b) o Anexo ao Contrato de Repasse – Condições Complementares, específicas de cada Concedente, se for o caso;
- c) o Plano de Trabalho aprovado no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV).

1.1 – A eficácia deste Instrumento, caso haja itens inseridos em condição suspensiva, está condicionada à apresentação pelo CONTRATADO de toda a documentação no prazo fixado no Contrato de Repasse e à análise favorável pela CONTRATANTE.

1.1.1 – O prazo fixado para atendimento da condição suspensiva poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, nos termos de ato regulamentar do Concedente.

1.1.2 – O CONTRATADO, desde já e por este Instrumento, reconhece e dá sua anuência que o não atendimento das exigências no prazo fixado ou a não aprovação da documentação pela CONTRATANTE implicará a rescisão de pleno direito do presente Contrato de Repasse, independente de notificação.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2 – Como forma mútua de cooperação na execução do objeto do Contrato de Repasse, são obrigações das partes:

## 2.1 – DA CONTRATANTE

- analisar e aprovar a documentação técnica, institucional e jurídica das propostas selecionadas;
- celebrar o Contrato de Repasse, após atendimento dos requisitos pelo CONTRATADO, e publicar seu extrato, no Diário Oficial da União (DOU), e respectivas alterações, se for o caso;
- acompanhar e atestar a execução físico-financeira do objeto previsto no Plano de Trabalho, com os correspondentes registros nos sistemas da CAIXA, utilizando-se para tanto dos recursos humanos e tecnológicos da CONTRATANTE;
- transferir ao CONTRATADO os recursos financeiros, na forma do cronograma de desembolso aprovado, observado o disposto na Cláusula Quinta deste Instrumento;
- comunicar a assinatura e liberação de recursos ao Poder Legislativo na forma disposta na legislação;
- analisar eventuais solicitações de reformulação dos Projetos Técnicos, submetendo-as, quando for o caso, ao Concedente;
- fornecer, quando requisitadas pelos órgãos de controle externo e nos limites de sua competência específica, informações relativas ao Contrato de Repasse independente de autorização judicial;
- receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pelo CONTRATADO, bem como notificar o quando da sua não apresentação no prazo fixado e ainda quando constatada a má aplicação dos recursos, instaurando, se for o caso, a correspondente Tomada de Contas Especial.

## 2.2 – DO CONTRATADO

- consignar no Orçamento do exercício corrente ou, em lei que autorize sua inclusão, os recursos necessários para executar o objeto do Contrato de Repasse e, no caso de investimento que extrapole o exercício, consignar no Plano Plurianual os recursos para atender às despesas em exercícios futuros que, anualmente constarão do seu Orçamento;
- observar as condições para recebimento de recursos da União e para inscrição em restos a pagar estabelecidas pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
- comprometer-se, nos casos em que couber a instituição da contribuição de melhoria, nos termos do Código Tributário Nacional, a não efetuar cobrança que resulte em montante superior à contrapartida aportada ao Contrato de Repasse;

- adotar o disposto nas Leis nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e no Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, relativamente à promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência física ou com deficiência intelectual;
- selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Concedente, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando à CONTRATANTE sempre que houver alterações;
- elaborar os projetos técnicos relacionados ao objeto pactuado e apresentar toda documentação jurídica, técnica e institucional necessária à celebração do Contrato de Repasse, de acordo com os normativos do programa, bem como apresentar documentos de titularidade comunal da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, nos termos da legislação aplicável;
- compatibilizar o objeto do Contrato de Repasse com normas e procedimentos de preservação ambiental municipal, estadual ou federal, conforme o caso;
- executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Contrato de Repasse, observando prazos e custos, designando profissional habilitado no local da intervenção com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);
- assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pela CONTRATANTE ou pelas próprias equipes de controle;
- definir o regime de execução, direto ou indireto, do objeto do Contrato de Repasse;
- realizar o processo licitatório, sob sua inteira responsabilidade, quando optar pelo regime de execução indireta, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações ou da Lei 12.462, de 04 de agosto de 2011 e sua regulamentação, e demais normas pertinentes à matéria, assegurando a correção dos procedimentos legais, a suficiência do projeto básico, da planilha orçamentária discriminativa do percentual de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) utilizado e o respectivo detalhamento de sua composição;
- prever no edital de licitação as composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI que integram o orçamento do projeto básico da obra e/ou serviço, em cumprimento ao art. 7º, §2º, inciso II, da Lei 8.666/93 c/c a Súmula nº 258 do Tribunal de Contas da União;
- observar o disposto no Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013, nas licitações que realizar pela Lei 8.666/93, no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, bem como apresentar à CONTRATANTE declaração firmada pelo representante legal do CONTRATADO acerca do atendimento ao disposto no referido Decreto;
- utilizar, para aquisição de bens e serviços comuns, a modalidade pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e do regulamento previsto no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, preferencialmente a sua forma eletrônica, devendo ser justificada pelo CONTRATADO a impossibilidade de sua utilização;
- apresentar declaração expressa firmada por representante legal do CONTRATADO, ou registro no SICONV que a substitua, atestando o atendimento das disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório;
- apresentar declaração expressa ou fornecer declaração emitida pela empresa vencedora da licitação, atestando que esta não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, sendo de sua inteira responsabilidade a fiscalização dessa obrigação;
- prever no edital de licitação e no Contrato de Execução ou Fomento (CEF) que a responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de adequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado e exercer a fiscalização sobre o CTEF;
- registrar no SICONV o extrato do edital de licitação, o preço estimado pela Administração para a execução do serviço e a proposta de preço total ofertada por cada licitante com o seu respectivo CNPJ, o termo de homologação e adjudicação, o extrato do CEF e seus respectivos aditivos, a ART dos projetos, dos executores e da fiscalização de obras, e os boletins de medições;
- registrar no SICONV as atas e as informações sobre os participantes e respectivas propostas das licitações, bem como as informações referentes às dispensas e inexigibilidades;
- inserir, quando da celebração de contratos com terceiros para execução do objeto do Contrato de Repasse, cláusula que obrigue o terceiro a permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas concorrentes ou contratantes, bem como de seus órgãos de controle interno e externo, a seus documentos e registros contábeis, atestar, por meio do Cadastro Nacional de Empresas Indóneas e Suspensas (CEIS), a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, em atendimento ao disposto na Portaria CGU nº 516, de 15 de março de 2010;
- instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou máversação de recursos públicos, irregularidade na execução do CTEF ou gestão financeira do Repasse, comunicando tal fato à CONTRATANTE;
- apresentar à CONTRATANTE relatórios de execução físico-financeira relativos ao Contrato de Repasse, bem como da integralização da contrapartida, em periodicidade compatível com o cronograma de execução estabelecido;
- responsabilizar-se pela conclusão do empreendimento quando o objeto do Contrato de Repasse prever apenas sua execução parcial e for etapa de empreendimento maior, a fim de assegurar sua funcionalidade;

- estimular a participação dos beneficiários finais na elaboração e implementação do objeto do Contrato de Repasse, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos;
- notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede no município ou Distrito Federal quando ocorrer a liberação de recursos financeiros pela CONTRATANTE, em conformidade com a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, facultada a notificação por meio eletrônico;
- fornecer à CONTRATANTE, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;
- divulgar, em qualquer ação promocional relacionada ao objeto e/ou objetivo do Contrato de Repasse, o nome do Programa, a origem do recurso, o valor do financiamento e o nome do CONTRATANTE e do Concedente, como entidades participantes, obrigando-o a CONTRATAR a comunicar expressamente à CAIXA a data, forma e local onde ocorrerá a ação promocional, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;
- comprometer-se a utilizar a assinatura do Concedente acompanhada da marca do Governo Federal nas publicações decorrentes do Contrato de Repasse, observadas as limitações impostas pela Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;
- realizar tempestivamente no SICONV os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, licitação, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de tomada de contas especial do Contrato de Repasse e registrar no SICONV os atos que por sua natureza não possam ser formalizados nesse Sistema;
- prestar contas dos recursos transferidos pela CONTRATANTE destinados à consecução do objeto no prazo fixado no Contrato de Repasse;
- operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Contrato de Repasse, após sua execução, de forma a possibilitar a sua funcionalidade;
- responder solidariamente, os entes concorridos, no caso da execução do objeto contratual por condôminos públicos;
- aplicar, no SICONV, os recursos creditados na conta bancária vinculada ao Contrato de Repasse em caderneta de poupança, se o prazo previsto para sua utilização for igual ou superior a um mês, e realizar os pagamentos de despesas do Contrato de Repasse também por intermédio do SICONV, observadas as disposições contidas na Cláusula Sétima deste Instrumento;
- dar ciência da celebração do Contrato de Repasse ao conselho local ou instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência, quando houver;
- tomar outras providências necessárias à boa execução do objeto do Contrato de Repasse.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3 – A CONTRATANTE transferirá, ao CONTRATADO, até o limite do valor dos Recursos de Repasse fixado no Contrato de Repasse de acordo com o cronograma de desembolso e com o plano de aplicação constantes do Plano de Trabalho.

3.1 – O CONTRATADO aportará, ao Contrato de Repasse, o valor dos Recursos de Contrapartida fixado no Contrato de Repasse de acordo com o cronograma de desembolso e com o plano de aplicação constantes do Plano de Trabalho à conta de recursos alocados em seu orçamento.

3.2 – Os recursos transferidos pela União e os recursos do CONTRATADO destinados ao Contrato de Repasse, figurarão no Orçamento do CONTRATADO, obedecendo ao desdobramento por fontes de recursos e elementos de despesa.

3.3 – Recursos adicionais necessários à consecução do objeto do Contrato de Repasse terão o seu aporte sob responsabilidade exclusiva do CONTRATADO.

3.4 – Toda a movimentação financeira deve ser efetuada, obrigatoriamente, na conta específica vinculada ao Contrato de Repasse, em agência da CAIXA, isenta à cobrança de tarifas bancárias.

## CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DO OBJETO

4 – O CONTRATADO, por meio deste Instrumento, manifesta sua expressa concordância em aguardar a autorização escrita da CONTRATANTE para o início da execução do objeto deste Contrato de Repasse.

4.1 – A autorização ocorrerá após a finalização do processo de análise pós-contratual e o crédito de recursos de repasse na conta vinculada, este se for o caso.

4.2 – Eventual execução do objeto realizada antes da autorização da CONTRATANTE não será objeto de medição para liberação de recursos até a emissão da autorização acima disposta.

4.3 – Caso a contratação seja efetuada no período pré-eleitoral, o CONTRATADO declara estar ciente de que a autorização de início de objeto e a liberação dos recursos somente ocorrerá após finalizado o processo eleitoral e a realizar no mês de outubro, considerada, inclusive, a eventual ocorrência de segundo turno, em atendimento ao artigo 73, inciso VI, alínea “a” da Lei nº 9.504/97.

## CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO E DO DESBLOQUEIO DOS RECURSOS

5 – A liberação dos recursos financeiros obedecerá ao cronograma de desembolso de acordo com as metas e fases ou etapas de execução do objeto e será realizada sob bloqueio, após eficácia contratual, respeitando a disponibilidade financeira do Concedente e atendidas as exigências cadastrais vigentes.

5.1 – A autorização de saque dos recursos creditados na conta vinculada será feita em parcelas, de acordo com o cronograma de desembolso, após a autorização para início do objeto, depois de atestada, pela CONTRATANTE, a execução física e a comprovação do aporte da contrapartida da etapa correspondente e posteriormente a comprovação financeira da etapa anterior pelo CONTRATADO.

5.1.1 – No caso de execução do objeto contratual por regime de execução direta, a liberação dos recursos relativos à primeira parcela será antecedida na forma do cronograma de desembolso aprovado, ficando a liberação da segunda parcela e seguintes, condicionada à aprovação pela CONTRATANTE de relatório de execução com comprovação da aplicação dos recursos da última parcela liberada.

5.2 – No caso de obras e serviços de engenharia de pequeno valor, cujo valor de repasse da União seja inferior a R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), a liberação dos recursos pelo Concedente na conta vinculada, ocorrerá de acordo com o cronograma de desembolso aprovado, em no máximo três parcelas correspondentes a 50% (cinquenta por cento), 30% (trinta por cento) e 20% (vinte por cento) do valor de repasse da União.

5.2.1 – Nesse caso, o desbloqueio dos recursos ocorrerá após apresentação do relatório de execução de cada etapa do objeto do contrato de repasse devidamente atestada pela fiscalização do CONTRATADO.

## CLÁUSULA SEXTA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS RECURSOS

6 – As despesas com a execução do Contrato de Repasse correrão à conta de recursos alocados nos respectivos orçamentos dos contratantes.

6.1 – A emissão do empenho plurianual, quando for o caso, ocorrerá de acordo com determinação específica do Concedente, com incorporação ao Contrato de Repasse mediante Apostilamento.

6.2 – A eficácia deste Instrumento está condicionada à validade dos empenhos, que é determinada por instrumento legal, findo o qual, sem a total liberação dos recursos, o Contrato de Repasse fica automaticamente extinto.

6.2.1 – No caso de perda da validade dos empenhos por motivo de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo físico-financeiro poderá ser reduzido até a etapa do objeto contratado que apresente funcionalidade.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

7 – Os recursos somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para aplicação no mercado financeiro, nas hipóteses previstas em lei ou na Portaria Interministerial MPOGMF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011, vedada sua utilização em finalidade diversa da pactuada neste Instrumento.

7.1 – A programação e a execução financeira deverão ser realizadas em separado, de acordo com a natureza e a fonte de recursos, se for o caso.

7.2 – Antes da realização de cada pagamento, o CONTRATADO indicará no SICONV, no mínimo, as seguintes informações:

- a destinação do recurso;
- o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;
- o contrato a que se refere o pagamento realizado;
- a meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento;
- a comprovação do recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante inclusão no Sistema das notas fiscais ou documentos contábeis.





7.3 – Os pagamentos devem ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, facultada a dispensa deste procedimento nos casos citados abaixo, em que o crédito poderá ser realizado em conta bancária de titularidade do próprio CONTRATADO, devendo ser registrado no SICONV o beneficiário final da despesa:

- a) por ato de autoridade máxima do Concedente;
- b) na execução do objeto pelo CONTRATADO por regime direto;
- c) no ressarcimento ao CONTRATADO por pagamentos realizados às próprias custas decorrentes de atrasos na liberação de recursos pelo Concedente e em valores além da contrapartida pactuada.

7.3.1 – Excepcionalmente, poderá ser realizado, uma única vez no decorrer da vigência do Contrato de Repasse, pagamento a pessoa física que não possua conta bancária, desde que permitida a identificação do beneficiário pela CONTRATANTE, e observado o limite de R\$ 800,00 (oitocentos reais) por fornecedor ou prestador de serviços.

7.4 – Os recursos transferidos pela CONTRATANTE não poderão ser utilizados para despesas efetuadas em período anterior ou posterior à vigência do Contrato de Repasse, permitindo o pagamento de despesas posteriormente desde que comprovadamente realizadas na vigência do Contrato de Repasse e se expressamente autorizado pelo Concedente.

7.5 – Os recursos transferidos, enquanto não utilizados, serão aplicados em caderneta de poupança se o prazo previsto para sua utilização for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, quando a sua utilização estiver prevista para prazo menor que um mês.

7.5.1 – A aplicação dos recursos, creditados na conta bancária vinculada ao Contrato de Repasse, em fundo de curto prazo será automática, após assinatura pelo CONTRATADO do respectivo Termo de Adesto ao fundo no ato de regularização da conta, ficando o CONTRATADO responsável pela aplicação em caderneta de poupança por intermédio do SICONV, se o prazo previsto para utilização dos recursos transferidos for igual ou superior a um mês.

7.5.2 – Os rendimentos provenientes da aplicação dos recursos serão computados a crédito do Contrato de Repasse para consecução do seu objeto, salvo na exceção abaixo disposta, devendo constar de demonstrativo específico que integrará a prestação de contas, vedada a sua utilização como contrapartida.

7.5.2.1 – Todos os rendimentos provenientes da aplicação dos recursos das contas correntes, no caso de obras e serviços de engenharia de pequeno valor, cujo valor de repasse seja inferior a R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), devem ser devolvidos à conta única do Tesouro ao final da execução do objeto contratado.

7.5.2.2 – Na ocorrência de perdas financeiras decorrentes da aplicação dos recursos, que comprometam a execução do objeto contratual, fica o CONTRATADO obrigado ao aporte adicional de contrapartida.

7.6 – Eventuais saldos financeiros verificados quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Contrato de Repasse, inclusive os provenientes das receitas auferidas em aplicações financeiras, deverão ser restituídos à União Federal, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, na forma indicada pela CONTRATANTE na época da restituição, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável.

7.6.1 – A devolução prevista acima será realizada observando-se a proporcionalidade dos recursos transferidos e da contrapartida prevista, independente da época em que foram aportados, devendo, nos casos em que incide exclusivamente sobre o repasse ou a contrapartida, ser devolvido apenas ao ente titular do valor remunerado.

7.7 – Deverão ser restituídos, ainda, todos os valores transferidos, acrescidos de juros legais e atualizados monetariamente, a partir da data do recebimento, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

- a) quando não for executado totalmente o objeto pactuado neste instrumento;
- b) quando não for executado parcialmente o objeto pactuado neste instrumento;
- c) quando não for apresentada, no prazo regulamentar, a respectiva prestação de contas parcial ou final;
- d) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;
- e) quando houver utilização dos valores resultantes de aplicações financeiras em desacordo com o estabelecido no item 7.5.2;
- f) quando houver impugnação de despesas, se realizadas em desacordo com as disposições do contrato celebrado.

7.7.1 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea "a", os recursos que permaneceram na conta específica, sem terem sido desbloqueados em favor do CONTRATADO, serão devolvidos acrescidos do resultado da aplicação financeira, nos termos do item 7.5, no prazo de até 30 (trinta) dias do vencimento da vigência do Contrato de Repasse. Após esse período aplicar-se-á IPCA mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, podendo ser deduzidos os rendimentos de aplicação.

7.7.2 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea "b", em que a parte executada apresente funcionalidade, a devolução dos recursos já creditados em conta e não aplicados no objeto do Plano de Trabalho, acrescidos do resultado da aplicação financeira, nos termos do item 7.5, ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias do vencimento da vigência contratual. Após esse período aplicar-se-á IPCA mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, podendo ser deduzidos os rendimentos de aplicação.

7.7.3 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea "c", em que a parte executada não apresente funcionalidade, a devolução dos recursos já creditados em conta e não aplicados no objeto do Plano de Trabalho, acrescidos do resultado da aplicação financeira, nos termos do item 7.5, ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias do vencimento da vigência contratual. Após esse período aplicar-se-á IPCA mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, podendo ser deduzidos os rendimentos de aplicação.

7.7.4 – Para aplicação dos itens 7.7.2 e 7.7.3, a funcionalidade da parte executada será verificada pela CONTRATANTE.

7.7.5 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea "d", será instaurada Tomada de Contas Especial, além da devolução dos recursos liberados devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na verificação da existência de débitos de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido desse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução dos recursos à Conta Única do Tesouro Nacional.

7.7.5.1 – Ainda na hipótese do item anterior, caso haja recursos que permaneceram sem desbloqueio em favor do CONTRATADO, estes serão imediatamente devolvidos pela CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias do vencimento da vigência contratual, acrescidos do resultado da aplicação financeira. Após esse período instaurar-se-á Tomada de Contas Especial.

7.8 – Os casos fortuitos ou de força maior que impeçam o CONTRATADO de prestar contas dos recursos recebidos e aplicados ensejarão a juntada de documentos e justificativas, a serem entregues à CONTRATANTE, para análise e manifestação do Concedente.

## CLÁUSULA OITAVA – DOS BENS REMANESCENTES AO TÉRMINO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

8 – Os bens remanescentes decorrentes do Contrato de Repasse serão de propriedade do CONTRATADO, quando da sua extinção, desde que vinculados à finalidade a que se destinam.

## CLÁUSULA NONA – DAS PRERROGATIVAS

9 – O Concedente é a autoridade competente para coordenar e definir as diretrizes do Programa, cabendo à CONTRATANTE o acompanhamento e avaliação das ações constantes no Plano de Trabalho.

9.1 – Sempre que julgar conveniente, o Concedente poderá promover visitas in loco com o propósito do acompanhamento e avaliação dos resultados das atividades desenvolvidas em razão do Contrato de Repasse, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes ao assunto.

9.2 – É prerrogativa da União, por intermédio do Concedente e da CONTRATANTE, promover a fiscalização físico-financeira das atividades referentes ao Contrato de Repasse, bem como, conservar, em qualquer hipótese, a faculdade de assumir ou transferir a responsabilidade da execução do objeto, no caso de sua paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DOCUMENTOS E DA CONTABILIZAÇÃO

10 – Obriga-se o CONTRATADO a registrar, em sua contabilidade analítica, em conta específica do grupo vinculado ao ativo financeiro, os recursos recebidos da CONTRATANTE, tendo como contrapartida conta adequada no passivo financeiro, com subcontas identificando o Contrato de Repasse e a especificação da despesa.

10.1 – As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do CONTRATADO, devidamente identificados com o nome do Programa e o número do Contrato de Repasse, e mantidos em arquivo, em ordem cronológica, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo fixado no Contrato de Repasse.

10.1.1 – O CONTRATADO deverá encaminhar cópias dos comprovantes de despesas ou de outros documentos à CONTRATANTE sempre que houver solicitação.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

11 – A Prestação de Contas referente aos recursos financeiros deverá ser apresentada à CONTRATANTE nas condições fixadas no Contrato de Repasse.

11.1 – Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo fixado, a CONTRATANTE estabelecerá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados pela taxa SELIC.

11.2 – Caso o CONTRATADO não apresente a prestação de contas nem devolva os recursos nos termos do item anterior, ao término do prazo estabelecido, a CONTRATANTE registrará a inadimplência no SICONV por omissão do dever de prestar contas e comunicará o fato ao órgão de contabilidade analítica, para fins de instauração de Tomada de Contas Especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.

11.3 – Cabe ao prefeito e ao governador sucessores prestar contas dos recursos provenientes dos Contratos de Repasse firmado pelo seu antecessor.

11.3.1 – Na impossibilidade dessa prestação de contas, deve apresentar, à CONTRATANTE, e inserir no SICONV documento com justificativas que demonstrem o impedimento e as medidas adotadas para o resguardo do patrimônio público.

11.3.2 – Quando a impossibilidade de prestar contas decorrer de ação ou omissão do antecessor, o novo administrador solicitará a instauração de tomada de contas especial.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REEMBOLSO DE DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS

12 – O CONTRATADO é responsável pelas despesas extraordinárias incorridas pela CONTRATANTE, quando solicitar:

- a) realiação de enquadramento de Plano de Trabalho e de projetos de engenharia e de trabalho social, quando houver;
- b) vistoria de etapas de obras não previstas originalmente;
- c) publicação de extrato no Diário Oficial da União decorrente de alteração contratual de responsabilidade do CONTRATADO.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA AUDITORIA

13 – Os serviços de auditoria serão realizados pelos órgãos de controle interno e externo da União, sem elidir a competência dos órgãos de controle interno e externo do CONTRATADO, em conformidade com o Capítulo VI do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.

13.1 – É livre o acesso, a qualquer tempo, de servidores do Sistema de Controle Interno ao qual esteja subordinada a CONTRATANTE e do Tribunal de Contas da União a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, bem como aos locais de execução das obras, quando em missão de fiscalização ou auditoria.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA IDENTIFICAÇÃO DAS OBRAS E DAS AÇÕES PROMOCIONAIS

14 – É obrigatória a identificação do empreendimento com placa segundo modelo fornecido pela CONTRATANTE, durante o período de duração da obra, devendo ser afixada no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da autorização da CONTRATANTE para o início dos trabalhos, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

14.1 – Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do Contrato de Repasse será obrigatoriamente destacada a participação da CONTRATANTE, do Concedente, bem como o objeto de aplicação dos recursos, observado o disposto no § 1º do art. 37 da Constituição Federal, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA

15 – A vigência deste instrumento iniciar-se-á na data de sua assinatura e encerrar-se-á ao término de sua vigência, constantes no Contrato de Repasse, possibilitada a sua prorrogação mediante Termo Aditivo e aprovação da CONTRATANTE, quando da ocorrência de fato superveniente que impeça a consecução do objeto no prazo acordado.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

16 – O Contrato de Repasse poderá ser denunciado por qualquer das partes e rescindido a qualquer tempo, ficando os contratantes responsáveis pelas obrigações assumidas na sua vigência, creditando-se-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período, aplicando, no que couber, a Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011 e demais normas pertinentes à matéria.

16.1 – Constitui motivo para rescisão do Contrato de Repasse o descumprimento de qualquer das Cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pela CONTRATANTE a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falsidade ou incorreção de informação de documento apresentado e ainda a verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

16.1.1 – A rescisão do Contrato de Repasse, na forma acima prevista e sem que tenham sido os valores restituídos à União Federal, ensejará a instauração de Tomada de Contas Especial.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO PROVIMENTO JUDICIAL LIMINAR

17 – A existência de restrição do CONTRATADO não foi considerada óbice à celebração do presente instrumento, em razão da decisão liminar concedida nos termos especificados no Contrato de Repasse, a qual autorizou a celebração deste instrumento, condicionada à decisão final.

17.1 – Ainda que posteriormente regularizada a restrição apontada no Contrato de Repasse, a desistência da ação ou a decisão judicial desfavorável ao CONTRATADO implicará a desconstituição dos efeitos da respectiva liminar, com a rescisão do presente contrato e a devolução de todos os recursos que eventualmente tenha recebido, atualizados na forma da Legislação em vigor.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ALTERAÇÃO

18 – A alteração deste instrumento, no caso da necessidade de ajustamento da sua programação de execução física e financeira, inclusive a alteração do prazo de vigência fixado no Contrato de Repasse, será feita por meio de Termo Aditivo e será provocada pelo CONTRATADO, mediante apresentação das respectivas justificativas, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias que antecedem o término da sua vigência, sendo necessária, para sua implementação, a aprovação da CONTRATANTE.

18.1 – A alteração do prazo de vigência do Contrato de Repasse, em decorrência de atraso na liberação dos recursos por responsabilidade do Concedente, será promovida "de ofício" pela CONTRATANTE, limitada ao período do atraso verificado, fazendo disso imediato comunicado ao CONTRATADO.

18.2 – A alteração contratual referente ao valor do Contrato de Repasse será feita por meio de Termo Aditivo, ficando a majoração dos recursos de repasse sob decisão unilateral exclusiva do Concedente.

18.3 – É vedada a alteração do objeto do Contrato de Repasse, exceto para a ampliação da execução do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta, sem prejuízo da funcionalidade do objeto contratado, desde que devidamente justificado e aprovado pela CONTRATANTE.

## CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS E DAS COMUNICAÇÕES

19 – Os documentos instrutórios ou comprobatórios relativos à execução do Contrato de Repasse deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada.

19.1 – As comunicações de fatos ou ocorrências relativas ao Contrato serão consideradas como regularmente feitas se entregues por carta protocolada, telegrama ou fax, nos endereços descritos no Contrato de Repasse.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20 – Fica eleito o foro descrito no Contrato de Repasse para dirimir os conflitos decorrentes deste instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e pactuados firmam este instrumento, que será assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele, sendo extraídas as respectivas cópias, que terão o mesmo valor do original.

Piracicaba, 27 de Dezembro de 2016

Local/Data

Assinatura do CONTRATANTE  
Nome: CECILIA HELENA BOMFIM  
CPF: 535.075.686-91

Assinatura do CONTRATADO  
Nome: GABRIEL FERRATO DOS SANTOS  
CPF: 991.245.488-04

## Testemunhas

Nome: JUAN PENNA C.B. DE PAULA  
CPF: 279.402.308-86

Nome: MARCIO ANTONIO DE PAULA CAPATO  
CPF: 183.369.038-95

CAIXA

## Anexo ao Contrato de Repasse - Condições Complementares

Grau de sigilo

#PÚBLICO

CONTRATO DE REPASSE Nº 830604/2016 / MCI/DADES / CAIXA  
PROCESSO Nº 2582.1030589-08/2016

## MINISTÉRIO DAS CIDADES

1 – No caso de contratação de operações no âmbito do Ministério das Cidades, o CONTRATADO deve:

- a) transferir a posse e propriedade do imóvel para os beneficiários finais, sendo condicionante para aprovação de Prestação de Contas, caso a operação preveja o item de investimento de regularização fundiária;
- b) apresentar a Licença de Operação, fornecida pelo órgão ambiental competente, sendo condicionante para aprovação de Prestação de Contas Final, caso a operação seja de abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos urbanos e drenagem, inclusive as realizadas nos programas habitacionais;
- c) estar ciente que a não aprovação pela CONTRATANTE do produto inicial relativo à metodologia implicará a rescisão contratual e a não liberação dos recursos contratados bem como a devolução dos recursos eventualmente já sacados, no caso de operações de Plano Diretor, Risco e Regularização Fundiária;
- d) estar ciente que a liberação da última parcela fica condicionada à comprovação de regularização efetiva da situação de delegação ou concessão firmada entre o município e o prestador dos serviços, no caso de operações do Programa Serviços Urbanos de Água e Esgoto, quando a comprovação de regularidade da delegação e concessão for apresentada por termo de compromisso;
- e) garantir isoladamente ou junto aos órgãos competentes o fornecimento, a manutenção e a operação dos sistemas de abastecimento de água, de coleta e tratamento de esgoto sanitário, de coleta e tratamento dos resíduos sólidos, de coleta de esgotos pluviais, de pavimentação pública e de rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública, no que couber.

Piracicaba, 27 de Dezembro de 2016

Local/Data

Assinatura do CONTRATANTE  
Nome: CECILIA HELENA BOMFIM  
CPF: 535.075.686-91

Assinatura do CONTRATADO  
Nome: GABRIEL FERRATO DOS SANTOS  
CPF: 991.245.488-04

## Testemunhas

Nome: JUAN PENNA C.B. DE PAULA  
CPF: 279.402.308-86

Nome: MARCIO ANTONIO DE PAULA CAPATO  
CPF: 183.369.038-95

CAIXA

## Contrato de Repasse – Transferência Voluntária

Grau de sigilo

#PÚBLICO

CONTRATO DE REPASSE Nº 831599 / 2016 / ME / CAIXA  
PROCESSO Nº 2582.1032371-90/2016

CONTRATO DE REPASSE QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO ESPORTE, REPRESENTADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E O (A) MUNICÍPIO DE PIRACICABA, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS.

Por este Instrumento Particular, as partes abaixo nominadas e qualificadas, têm, entre si, justo e acordado o Contrato de Repasse de recursos orçamentários da União, em conformidade com os Anexos a este Contrato de Repasse e com a seguinte regulamentação, Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e suas alterações, Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e suas alterações, Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011, Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, Diretrizes Operacionais do Concedente para o exercício, Contrato de Prestação de Serviços (CPS) firmado entre o Concedente e a Caixa Econômica Federal e demais normas que regulamentam a espécie, as quais os contratantes se sujeitam, desde já, na forma ajustada a seguir:

<b>SIGNATÁRIOS</b> I – CONTRATANTE – A União Federal, por intermédio do Concedente Ministério do Esporte, representada pela Caixa Econômica Federal, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969 e constituída pelo Decreto nº 66.303, de 6 de março de 1970, regida pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.073, de 28 de março de 2013, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, Brasília-DF, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 00.980.305/0001-04, na qualidade de Agente Operador, nos termos dos instrumentos supracitados, neste ato representada por CECILIA HELENA BOMFIM, RG nº M-2.604.130 SSP/MG, CPF nº 535.075.686-91, residente e domiciliada na Avenida Independência, nº 3.415, 2º Andar, Bairro dos Alemães, Piracicaba/SP, conforme procuração lavrada em notas do 1º Ofício de Notas e Protestos de Brasília/DF, no livro 3152-P fls. 182/183, em 18/07/2015 e subestabelecimento lavrado em notas do 2º Ofício de Notas e Protestos de Brasília/DF no livro 3196-P fls. 171/172 em 02/05/2016, residente e domiciliado à conforme, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE. II – CONTRATADO – MUNICÍPIO DE PIRACICABA, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 48.341.038/0001-29, neste ato representado pelo respectivo prefeito Sr. GABRIEL FERRATO DOS SANTOS, portador (a) do RG nº 8.067.036-0 e CPF nº 991.245.488-04, residente e domiciliado em Piracicaba/SP, doravante denominado (a) simplesmente CONTRATADO.
<b>OBJETO DO CONTRATO DE REPASSE</b> Implantação e Modernização de Infraestrutura Esportiva no município de Piracicaba/SP.
<b>MUNICÍPIO BENEFICIÁRIO</b> Piracicaba - SP.
<b>CONDIÇÃO SUSPENSIVA</b> Documentação: Área de Intervenção, Técnica de Engenharia. Prazo para entrega da documentação pelo CONTRATADO: 08 (OITO) meses. Prazo para análise pela CAIXA após apresentação da documentação: 01 mês.
<b>CONTRATAÇÃO SOB LIMINAR</b> (x) Não ( ) Sim Apenas no caso de contratação sob liminar, aplica-se a Cláusula Décima Sétima do Anexo ao Contrato de Repasse – Condições Gerais.
<b>DESCRIÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA</b> Recursos do Repasse da União: R\$ 292.500,00 (duzentos e noventa e dois mil e quinhentos reais). Recursos da Contrapartida aportada pelo CONTRATADO: R\$ 23.693,47 (vinte e três mil e seiscentos e noventa e três reais e quarenta e sete centavos). Recursos do Investimento (Repasse + Contrapartida): R\$ 316.193,47 (trezentos e dezesseis mil e cento e noventa e três reais e quarenta e sete centavos). Nota de Empenho nº 2016NE800408, emitida em 11/05/2016, no valor de R\$ R\$ 292.500,00 (duzentos e noventa e dois mil e quinhentos reais), Unidade Gestora 180006, Gestão 00001.

CAIXA

## Contrato de Repasse – Transferência Voluntária

Programa de Trabalho: 27812203554500035. Natureza da Despesa: 444042. Conta Corrente Vinculada do CONTRATADO: agência nº 0332, conta corrente nº 008.00647021-6.
<b>PRAZOS</b> Data da Assinatura do Contrato de Repasse e Anexos: 21/12/2016. Término da Vigência Contratual: 21 de Dezembro de 2018. Prestação de Contas: até 60 (sessenta) dias após o término da vigência contratual ou conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro. Arquivamento: 10 anos contados da aprovação da prestação de contas pela CONTRATANTE ou da instauração da tomada de contas especial, se for o caso.
<b>FORO</b> Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de São Paulo.
<b>ENDEREÇOS</b> Endereço para entrega de correspondências ao CONTRATADO: RUA ANTONIO C. BARBOSA - 2233 - PQ R. DO PORTO - Piracicaba - CEP 13400-910. Endereço para entrega de correspondências à CONTRATANTE: AV.INDEPENDÊNCIA 3415 1º ANDAR BAIRRO DOS ALEMÃES PIRACICABA/SP

Assinatura do CONTRATANTE  
Nome: CECILIA HELENA BOMFIM  
CPF: 535.075.686-91

Assinatura do CONTRATADO  
Nome: GABRIEL FERRATO DOS SANTOS  
CPF: 991.245.488-04

## Testemunhas

Nome: JUAN PENNA C.B. DE PAULA  
CPF: 279.402.308-86

Nome: MARCIO ANTONIO DE PAULA CAPATO  
CPF: 183.369.038-95

CAIXA

## Anexo ao Contrato de Repasse – Condições Gerais – Setor Público – Transferência Voluntária

Grau de sigilo

#PÚBLICO

CONTRATO DE REPASSE Nº 831599 / 2016 / ME / CAIXA  
PROCESSO Nº 2582.1032371-90/2016

Pelo presente Anexo as partes nominadas no Contrato de Repasse, pactuam as cláusulas a seguir:

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS ANEXOS E DA SUSPENSIVA

1 – São partes integrantes do Contrato de Repasse, independente de transcrição:

- a) o Anexo ao Contrato de Repasse – Condições Gerais;
- b) o Anexo ao Contrato de Repasse – Condições Complementares, específicas de cada Concedente, se for o caso;
- c) o Plano de Trabalho aprovado no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV).

1.1 – A eficácia deste instrumento, caso haja itens inseridos em condição suspensiva, está condicionada à apresentação pelo CONTRATADO de toda a documentação no prazo fixado no Contrato de Repasse e a análise favorável pela CONTRATANTE.

1.1.1 – O prazo fixado para atendimento da condição suspensiva poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, nos termos de ato regulamentar do Concedente.

1.1.2 – O CONTRATADO, desde já e por este instrumento, reconhece e dá sua anuência que o não atendimento das exigências no prazo fixado ou a não aprovação da documentação pela CONTRATANTE implicará a rescisão de pleno direito do presente Contrato de Repasse, independente de notificação.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2 – Como forma mútua de cooperação na execução do objeto do Contrato de Repasse, são obrigações das partes:

### 2.1 – DA CONTRATANTE

- I. analisar e aprovar a documentação técnica, institucional e jurídica das propostas selecionadas;
- II. celebrar o Contrato de Repasse, após atendimento dos requisitos pelo CONTRATADO, e publicar seu extrato, no Diário Oficial da União (DOU), e respectivas alterações, se for o caso;
- III. acompanhar e atestar a execução físico-financeira do objeto previsto no Plano de Trabalho, com os correspondentes registros nos sistemas da União, utilizando-se para tanto dos recursos humanos e tecnológicos da CONTRATANTE, transferido ao CONTRATADO os recursos financeiros, na forma do cronograma de desembolso aprovado, observado o disposto na Cláusula Quinta deste Instrumento;
- IV. comunicar a assinatura e liberação de recursos ao Poder Legislativo na forma disposta na legislação;
- V. analisar eventuais solicitações de reformulação dos Projetos Técnicos, submetendo-as, quando for o caso, ao Concedente;
- VI. fornecer, quando requisitadas pelos órgãos de controle externo e nos limites de sua competência específica, informações relativas ao Contrato de Repasse independente de autorização judicial;
- VII. receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pelo CONTRATADO, bem como notificá-lo quando da sua não apresentação no prazo fixado e ainda quando constatada a má aplicação dos recursos, instaurando, se for o caso, a correspondente Tomada de Contas Especial.

### 2.2 – DO CONTRATADO

- I. consignar no Orçamento do exercício corrente ou, em lei que autorize sua inclusão, os recursos necessários para executar o objeto do Contrato de Repasse e, no caso de investimento que extrapole o exercício, consignar no Plano Plurianual os recursos para atender às despesas em exercícios futuros que, anualmente constarão do seu Orçamento;
- II. observar as condições para recebimento de recursos da União e para inscrição em restos a pagar estabelecidas pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
- III. comprometer-se, nos casos em que couber a instituição da contribuição de melhoria, nos termos do Código Tributário Nacional, a não efetuar cobrança que resulte em montante superior à contrapartida aportada ao Contrato de Repasse;





- IV. adotar o disposto nas Leis nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e no Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, relativamente à promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência física ou com mobilidade reduzida;
- V. selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Concedente, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando à CONTRATANTE sempre que houver alterações;
- VI. elaborar os projetos técnicos relacionados ao objeto pactuado e apresentar toda documentação jurídica, técnica e institucional necessária à celebração do Contrato de Repasse, de acordo com os normativos do programa, bem como apresentar documentos de titularidade domínial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, nos termos da legislação aplicável;
- VII. compatibilizar o objeto do Contrato de Repasse com normas e procedimentos de preservação ambiental municipal, estadual ou federal, conforme o caso;
- VIII. executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Contrato de Repasse, observando prazos e custos, designando profissional habilitado no local da intervenção com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);
- IX. assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pela CONTRATANTE ou pelos órgãos de controle;
- X. definir o regime de execução, direto ou indireto, do objeto do Contrato de Repasse;
- XI. realizar o processo licitatório, sob sua inteira responsabilidade, quando optar pelo regime de execução indireta, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações ou da Lei 12.462, de 04 de agosto de 2011 e sua regulamentação, e demais normas pertinentes à matéria, assegurando a correção dos procedimentos legais, a suficiência do projeto básico, da planilha orçamentária discriminativa do percentual de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) utilizado e o respectivo detalhamento de sua composição;
- XII. prever no edital de licitação as composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI que integram o orçamento do projeto básico da obra e/ou serviço, em cumprimento ao art. 7º, §2º, inciso II, da Lei 8.666/93 c/c a Súmula nº 258 do Tribunal de Contas da União;
- XIII. observar o disposto no Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013, nas licitações que realizar pela Lei 8.666/93, no caso de contratação de obras ou serviços de engenharia, bem como apresentar à CONTRATANTE declaração firmada pelo representante legal do CONTRATADO acerca do atendimento ao disposto no referido Decreto;
- XIV. utilizar, para aquisição de bens e serviços comuns, a modalidade pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e do regulamento previsto no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, preferencialmente a sua forma eletrônica, devendo ser justificada pelo CONTRATADO a impossibilidade de sua utilização;
- XV. apresentar declaração expressa firmada por representante legal do CONTRATADO, ou registro no SICONV que a substitua, atestando o atendimento das disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório;
- XVI. apresentar declaração expressa ou fornecer declaração emitida pela empresa vencedora da licitação, atestando que esta não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, sendo de sua inteira responsabilidade a fiscalização dessa obrigação;
- XVII. apresentar declaração expressa firmada por representante legal do CONTRATADO que a responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado e exercer a fiscalização sobre o CTEF;
- XVIII. registrar no SICONV o extrato do edital de licitação, o preço estimado pela Administração para a execução do serviço e a proposta de preço total ofertada por cada licitante com o seu respectivo CNPJ, o termo de homologação e adjudicação, o extrato do CTEF e seus respectivos aditivos, a ART dos projetos, dos executores e da fiscalização de obras, e os boletins de medições;
- XIX. registrar no SICONV as atas e as informações sobre os participantes e respectivas propostas das licitações, bem como as informações referentes às dispensas e inexigibilidades;
- XX. inserir, quando da celebração de contratos com terceiros para execução do objeto do Contrato de Repasse, cláusula que obrigue o terceiro a permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas concedentes ou contratantes, bem como de controle interno e externo, a seus documentos e registros contábeis;
- XXI. atestar, por meio do Cadastro Nacional de Empresas Indóneas e Suspensas (CNEIS), a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, em atendimento ao disposto na Portaria CGU nº 516, de 15 de março de 2010;
- XXII. instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o dano ou máversão de recursos públicos, irregularidade na execução do CTEF ou gestão financeira do Contrato de Repasse, comunicando tal fato à CONTRATANTE;
- XXIII. apresentar à CONTRATANTE relatórios de execução físico-financeira relativos ao Contrato de Repasse, bem como da integralização da contrapartida, em periodicidade compatível com o cronograma de execução estabelecido;
- XXIV. respeitar o princípio do empacotamento quando o objeto do Contrato de Repasse prever apenas sua execução parcial e for etapa de empreendimento maior, a fim de assegurar sua funcionalidade;

- XXV. estimular a participação dos beneficiários finais na elaboração e implementação do objeto do Contrato de Repasse, bem como no âmbito do patrimônio gerado por estes investimentos;
- XXVI. notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede no município ou Distrito Federal quando ocorrer a liberação de recursos financeiros pela CONTRATANTE, em conformidade com a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, facultada a notificação por meio eletrônico;
- XXVII. fornecer à CONTRATANTE, à qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e a avaliação do processo;
- XXVIII. divulgar, em qualquer ação promocional relacionada ao objeto e/ou objetivo do Contrato de Repasse, o nome do Programa, a origem do recurso, o valor do financiamento e o nome do CONTRATANTE e do Concedente, como entes participantes, obrigando-se a CONTRATADO a comunicar expressamente à CAIXA a data, forma e local onde ocorrerá a ação promocional, com duração de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;
- XXIX. comprometer-se a utilizar a assinatura do Concedente acompanhada da marca do Governo Federal nas publicações decorrentes do Contrato de Repasse, observadas as limitações impostas pela Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;
- XXX. realizar tempestivamente no SICONV os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, licitação, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de tomada de contas especial do Contrato de Repasse e registrar no SICONV os atos que por sua natureza não possam ser realizados nesse Sistema;
- XXXI. prestar contas dos recursos transferidos pela CONTRATANTE destinados à consecução do objeto no prazo fixado no Contrato de Repasse;
- XXXII. operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Contrato de Repasse, após sua execução, de forma a possibilitar a sua funcionalidade;
- XXXIII. responder solidariamente, os entes concorrentes, no caso da execução do objeto contratual por consórcios públicos;
- XXXIV. aplicar, no SICONV, os recursos creditados na conta bancária vinculada ao Contrato de Repasse em caderneta de poupança, se o prazo previsto para sua utilização for igual ou superior a um mês, e realizar os pagamentos de despesas do Contrato de Repasse também por intermédio do SICONV, observadas as disposições contidas na Cláusula Sétima deste Instrumento;
- XXXV. dar ciência da celebração do Contrato de Repasse ao conselho local ou instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência, quando houver;
- XXXVI. tomar outras providências necessárias à boa execução do objeto do Contrato de Repasse.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3 – A CONTRATANTE transferirá, ao CONTRATADO, até o limite do valor dos Recursos de Repasse fixado no Contrato de Repasse de acordo com o cronograma de desembolso e com o plano de aplicação constantes do Plano de Trabalho.

3.1 – O CONTRATADO aportará, ao Contrato de Repasse, o valor dos Recursos de Contrapartida fixado no Contrato de Repasse de acordo com o cronograma de desembolso e com o plano de aplicação constantes do Plano de Trabalho a conta de recursos alocados em seu orçamento.

3.2 – Os recursos transferidos pela União e os recursos do CONTRATADO destinados ao Contrato de Repasse, figurarão no Orçamento do CONTRATADO, obedecendo ao desdobramento por fontes de recursos e elementos de despesa.

3.3 – Recursos adicionais necessários à consecução do objeto do Contrato de Repasse terão o seu aporte sob responsabilidade exclusiva do CONTRATADO.

3.4 – Toda a movimentação financeira deve ser efetuada, obrigatoriamente, na conta específica vinculada ao Contrato de Repasse, em agência da CAIXA, isenta à cobrança de tarifas bancárias.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DO OBJETO

4 – O CONTRATADO, por meio deste instrumento, manifesta sua expressa concordância em aguardar a autorização escrita da CONTRATANTE para o início da execução do objeto deste Contrato de Repasse.

4.1 – A autorização ocorrerá após a finalização do processo de análise pós-contratual e o crédito de recursos de repasse na conta vinculada, este se for o caso.

4.2 – Eventual execução do objeto realizada antes da autorização da CONTRATANTE não será objeto de medição para liberação de recursos até a emissão da autorização acima disposta.

4.3 – Caso a contratação seja efetuada no período pré-eleitoral, o CONTRATADO declara estar ciente de que a autorização de início de objeto e a liberação dos recursos somente ocorrerá após finalizado o processo eleitoral a se realizar no mês de outubro, considerada, inclusive, a eventual ocorrência de segundo turno, em atendimento ao artigo 73, inciso VI, alínea "a" da Lei nº 9.504/97.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO E DO DESBLOQUEIO DOS RECURSOS

5 – A liberação dos recursos financeiros obedecerá ao cronograma de desembolso de acordo com as metas e fases ou etapas de execução do objeto e será realizada sob bloqueio, após eficácia contratual, respeitando a disponibilidade financeira do Concedente e atendidas as exigências cadastrais vigentes.

5.1 – A autorização de saque dos recursos creditados na conta vinculada será feita em parcelas, de acordo com o cronograma de desembolso, após a autorização para início do objeto, depois de atestada, pela CONTRATANTE, a execução física e a comprovação do aporte da contrapartida da etapa correspondente e posteriormente a comprovação financeira da etapa anterior pelo CONTRATADO.

5.1.1 – No caso de execução do objeto contratual por regime de execução direta, a liberação dos recursos relativos à primeira parcela será antecipada na forma do cronograma de desembolso aprovado, ficando a liberação da segunda parcela e seguintes, condicionada à aprovação pela CONTRATANTE de relatório de execução com comprovação da aplicação dos recursos da última parcela liberada.

5.2 – No caso de obras e serviços de engenharia de pequeno valor, cujo valor de repasse da União seja inferior a R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), a liberação dos recursos pelo Concedente na conta vinculada, ocorrerá de acordo com o cronograma de desembolso aprovado, em no máximo três parcelas correspondentes a 50% (cinquenta por cento), 30% (trinta por cento) e 20% (vinte por cento) do valor de repasse da União.

5.2.1 – Nesse caso, o desbloqueio dos recursos ocorrerá após apresentação do relatório de execução de cada etapa do objeto do contrato de repasse devidamente atestada pela fiscalização do CONTRATADO.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS RECURSOS

6 – As despesas com a execução do Contrato de Repasse correrão à conta de recursos alocados nos respectivos orçamentos dos contratantes.

6.1 – A emissão do empenho plurianual, quando for o caso, ocorrerá de acordo com determinação específica do Concedente, com incorporação ao Contrato de Repasse mediante Apostilamento.

6.2 – A eficácia deste Instrumento está condicionada à validade dos empenhos, que é determinada por instrumento legal, findo o qual, sem a total liberação dos recursos, o Contrato de Repasse fica automaticamente extinto.

6.2.1 – No caso de perda da validade dos empenhos por motivo de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo físico-financeiro poderá ser reduzido até a etapa do objeto contratado que apresente funcionalidade.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

7 – Os recursos somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para aplicação no mercado financeiro, nas hipóteses previstas em lei ou na Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011, vedada sua utilização em finalidade diversa da pactuada neste Instrumento.

7.1 – A programação e a execução financeira deverão ser realizadas em separado, de acordo com a natureza e a fonte de recursos, se for o caso.

7.2 – Antes da realização de cada pagamento, o CONTRATADO indicará no SICONV, no mínimo, as seguintes informações:

- destinação do recurso;
- o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;
- o contrato a que se refere o pagamento realizado;
- a meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativo ao pagamento;
- a comprovação do recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante inclusão no Sistema das notas fiscais ou documentos contábeis.

7.3 – Os pagamentos devem ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, facultada a dispensa deste procedimento nos casos citados abaixo, em que o crédito poderá ser realizado em conta bancária de titularidade do próprio CONTRATADO, devendo ser registrado no SICONV o beneficiário final da despesa:

- por ato da autoridade máxima do Concedente;
- na execução do objeto pelo CONTRATADO por regime direto;
- no ressarcimento ao CONTRATADO por pagamentos realizados às próprias custas decorrentes de atrasos na liberação de recursos pelo Concedente e em valores além da contrapartida pactuada.

7.3.1 – Excepcionalmente, poderá ser realizado, uma única vez no decorrer da vigência do Contrato de Repasse, pagamento a pessoa física que não possua conta bancária, desde que permitida a identificação do beneficiário pela CONTRATANTE, e observado o limite de R\$ 800,00 (oitocentos reais) por fornecedor ou prestador de serviços.

7.4 – Os recursos transferidos pela CONTRATANTE não poderão ser utilizados para despesas efetuadas em período anterior ou posterior à vigência do Contrato de Repasse, permitido o pagamento de despesas posteriormente desde que comprovadamente realizadas na vigência do Contrato de Repasse e se expressamente autorizado pelo Concedente.

7.5 – Os recursos transferidos, enquanto não utilizados, serão aplicados em caderneta de poupança se o prazo previsto para sua utilização for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, quando a sua utilização estiver prevista para prazo menor que um mês.

7.5.1 – A aplicação dos recursos, creditados na conta bancária vinculada ao Contrato de Repasse, em fundo de curto prazo será automática, após assinatura pelo CONTRATADO do respectivo Termo de Adesão ao fundo no ato de regularização da conta, ficando o CONTRATADO responsável pela aplicação em caderneta de poupança por intermédio do SICONV, se o prazo previsto para utilização dos recursos transferidos for igual ou superior a um mês.

7.5.2 – Os rendimentos provenientes da aplicação dos recursos serão computados a crédito do Contrato de Repasse para consecução do seu objeto, salvo na execução abaixo disposta, devendo constar de demonstrativo específico que integrará a prestação de contas, vedada a sua utilização como contrapartida.

7.5.2.1 – Todos os rendimentos provenientes da aplicação dos recursos das contas correntes, no caso de obras e serviços de engenharia de pequeno valor, cujo valor de repasse seja inferior a R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), devem ser devolvidos à conta única do Tesouro ao final da execução do objeto contratado.

7.5.2.2 – Na ocorrência de perdas financeiras decorrentes da aplicação dos recursos, que comprometam a execução do objeto contratual, fica o CONTRATADO obrigado ao aporte adicional de contrapartida.

7.6 – Eventuais saldos financeiros verificados quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Contrato de Repasse, inclusive os provenientes das receitas autônomas em aplicações financeiras, deverão ser restituídos à UNIÃO FEDERAL, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, na forma indicada pela CONTRATANTE na época da restituição, sob pena da imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável.

7.6.1 – A devolução prevista acima será realizada observando-se a proporcionalidade dos recursos transferidos e da contrapartida prevista, independente da época em que foram aportados, devendo, nos casos em que incida exclusivamente sobre o repasse ou a contrapartida, ser devolvido apenas ao ente titular do valor remunerado.

7.7 – Deverão ser restituídos, ainda, todos os valores transferidos, acrescidos de juros legais e atualizados monetariamente, a partir da data do recebimento, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

- quando não for executado totalmente o objeto pactuado neste Instrumento;
- quando não for executado parcialmente o objeto pactuado neste Instrumento;
- quando não for apresentada, no prazo regulamentar, a respectiva prestação de contas parcial ou final;
- quando os recursos foram utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Instrumento;
- quando houver utilização dos valores resultantes de aplicações financeiras em desacordo com o estabelecido no item 7.5.2;
- quando houver impugnação de despesas, se realizadas em desacordo com as disposições do contrato celebrado.

7.7.1 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea "a", os recursos que permaneceram na conta específica, sem terem sido desbloqueados em favor do CONTRATADO, serão devolvidos acrescidos do resultado da aplicação financeira, nos termos do item 7.5, no prazo de até 30 (trinta) dias do vencimento da vigência do Contrato de Repasse. Após esse período aplicar-se-á IPCA mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, podendo ser deduzidos os rendimentos de aplicação.

7.7.2 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea "b", em que a parte executada apresente funcionalidade, a devolução dos recursos já creditados em conta e não aplicados no objeto do Plano de Trabalho, acrescidos do resultado da aplicação financeira, nos termos do item 7.5, ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias do vencimento da vigência contratual. Após esse período aplicar-se-á IPCA mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, podendo ser deduzidos os rendimentos de aplicação.

7.7.3 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea "b", em que a parte executada não apresente funcionalidade, a devolução da totalidade dos recursos liberados acrescidos do resultado da aplicação financeira, nos termos do item 7.5, ocorrerá aplicando-se sobre os recursos eventualmente gastos, o percentual percentual como se tivessem permanecido aplicados durante todo o período em caderneta de poupança, no prazo de até 30 (trinta) dias do vencimento da vigência do Contrato de Repasse. Após esse período aplicar-se-á IPCA mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, podendo ser deduzidos os rendimentos de aplicação.

7.7.4 – Para aplicação dos itens 7.7.2 e 7.7.3, a funcionalidade da parte executada será verificada pela CONTRATANTE.

7.7.5 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea "d", será instaurada Tomada de Contas Especial, além da devolução dos recursos liberados devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido esse montante de 1% (um por cento) no mês de elevação da devolução dos recursos à Conta Única do Tesouro Nacional.

7.7.5.1 – Ainda na hipótese do item anterior, caso haja recursos que permaneceram sem desbloqueio em favor do CONTRATADO, estes serão imediatamente devolvidos pela CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias do vencimento da vigência contratual, acrescidos do resultado da aplicação financeira. Após esse período instaurar-se-á Tomada de Contas Especial.

7.8 – Os casos fortuitos ou de força maior que impeçam o CONTRATADO de prestar contas dos recursos recebidos e aplicados ensejarão a juntada de documentos e justificativas, a serem entregues à CONTRATANTE, para análise e manifestação do Concedente.

#### CLÁUSULA OITAVA – DOS BENS REMANESCENTES AO TÉRMINO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

8 – Os bens remanescentes decorrentes do Contrato de Repasse serão de propriedade do CONTRATADO, quando da sua extinção, desde que vinculados à finalidade a que se destinam.

#### CLÁUSULA NONA – DAS PRERROGATIVAS

9 – O Concedente é a autoridade competente para coordenar e definir as diretrizes do Programa, cabendo à CONTRATANTE o acompanhamento e avaliação das ações constantes no Plano de Trabalho.

9.1 – Sempre que julgar conveniente, o Concedente poderá promover visitas in loco com o propósito do acompanhamento e avaliação dos resultados das atividades desenvolvidas em razão do Contrato de Repasse, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes ao assunto.

9.2 – É prerrogativa da União, por intermédio do Concedente e da CONTRATANTE, promover a fiscalização físico-financeira das atividades referentes ao Contrato de Repasse, bem como, conservar, em qualquer hipótese, a faculdade de assumir ou transferir a responsabilidade da execução do objeto, no caso de sua paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DOCUMENTOS E DA CONTABILIZAÇÃO

10 – Obriga-se o CONTRATADO a registrar, em sua contabilidade analítica, em conta específica do grupo vinculado ao ativo financeiro, os recursos recebidos da CONTRATANTE, tendo como contrapartida crédito adequada no passivo financeiro, com subcontas identificando o Contrato de Repasse e a especificação da despesa.

10.1 – As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do CONTRATADO, devidamente identificados com o nome do Programa e o número do Contrato de Repasse, e mantidos em arquivo, em ordem cronológica, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo fixado no Contrato de Repasse.

10.1.1 – O CONTRATADO deverá encaminhar cópias dos comprovantes de despesas ou de outros documentos à CONTRATANTE sempre que houver solicitação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

11 – A Prestação de Contas referente aos recursos financeiros deverá ser apresentada à CONTRATANTE nas condições fixadas no Contrato de Repasse.

11.1 – Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo fixado, a CONTRATANTE estabelecerá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados pela taxa SELIC.

11.2 – Caso o CONTRATADO não apresente a prestação de contas nem devolve os recursos nos termos do item anterior, ao término do prazo estabelecido, a CONTRATANTE registrará a inadimplência no SICONV por omissão do dever de prestar contas e comunicará o fato ao órgão de contabilidade analítica, para fins de instauração de Tomada de Contas Especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.

11.3 – Cabe ao prefeito e ao governador sucessores prestar contas dos recursos provenientes dos Contratos de Repasse firmado pelo seu antecessor.

11.3.1 – Na impossibilidade dessa prestação de contas, deve apresentar, à CONTRATANTE, e inserir no SICONV documento com justificativas que demonstrem o impedimento e as medidas adotadas para o resguardo do patrimônio público.

11.3.2 – Quando a impossibilidade de prestar contas decorrer de ação ou omissão do antecessor, o novo administrador solicitará a instauração de tomada de contas especial.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REEMBOLSO DE DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS

12 – O CONTRATADO é responsável pelas despesas extraordinárias incorridas pela CONTRATANTE, quando solicitar: a) realinhamento de enquadramento de Plano de Trabalho e de projetos de engenharia e de trabalho social, quando houver; b) vitória de etapas de obras não previstas originalmente; c) publicação de extrato no Diário Oficial da União decorrente de alteração contratual de responsabilidade do CONTRATADO.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA AUDITORIA

13 – Os serviços de auditoria serão realizados pelos órgãos de controle interno e externo da União, sem elidir a competência dos órgãos de controle interno e externo do CONTRATADO, em conformidade com o Capítulo VI do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.

13.1 – É livre o acesso, a qualquer tempo, de servidores do Sistema de Controle Interno ao qual esteja subordinada a CONTRATANTE e do Tribunal de Contas da União a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, bem como aos locais de execução das obras, quando em missão de fiscalização ou auditoria.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA IDENTIFICAÇÃO DAS OBRAS E DAS AÇÕES PROMOCIONAIS

14 – É obrigatória a identificação do empreendimento com placa segundo modelo fornecido pela CONTRATANTE, durante o período de duração da obra, devendo ser afixada no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da autorização da CONTRATANTE para o início dos trabalhos, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

14.1 – Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do Contrato de Repasse será obrigatoriamente destacada a participação da CONTRATANTE, do Concedente, bem como o objeto de aplicação dos recursos, observado o disposto no § 1º do art. 37 da Constituição Federal, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA

15 – A vigência deste Instrumento iniciar-se-á na data de sua assinatura e encerrar-se-á ao término de sua vigência, constantes no Contrato de Repasse, possibilitada a sua prorrogação mediante Termo Aditivo e aprovação da CONTRATANTE, quando da ocorrência de fato superveniente que impeça a consecução do objeto no prazo acordado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

16 – O Contrato de Repasse poderá ser denunciado por qualquer das partes e rescindido a qualquer tempo, ficando os contratantes responsáveis pelas obrigações assumidas na sua vigência, creditando-se-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período, aplicando, no que couber, a Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011 e demais normas pertinentes à matéria.

16.1 – Constitui motivo para rescisão do Contrato de Repasse o descumprimento de qualquer das Cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pela CONTRATANTE a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falsidade ou incorreção da informação de documento apresentado e ainda a verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

16.1.1 – A rescisão do Contrato de Repasse, na forma acima prevista e sem que tenham sido os valores restituídos à União Federal, ensejará a instauração de Tomada de Contas Especial.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO PROVIMENTO JUDICIAL LIMINAR

17 – A existência de restrição do CONTRATADO não foi considerada óbice à celebração do presente instrumento, em razão da decisão liminar concedida nos termos especificados no Contrato de Repasse, a qual autorizou a celebração deste instrumento, condicionada à decisão final.

17.1 – Ainda que posteriormente regularizada a restrição apontada no Contrato de Repasse, a desistência da ação ou a decisão judicial desfavorável ao CONTRATADO implicará a desconstituição dos efeitos da respectiva liminar, com a rescisão do presente contrato e a devolução de todos os recursos que eventualmente tenha recebido, atualizados na forma da Legislação em vigor.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ALTERAÇÃO

18 – A alteração deste Instrumento, no caso da necessidade de ajustamento da sua programação de execução física e financeira, inclusive a alteração do prazo de vigência fixado no Contrato de Repasse, será feita por meio de Termo Aditivo e será provocada pelo CONTRATADO, mediante apresentação das respectivas justificativas, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias que antecedem o término de sua vigência, sendo necessária, para sua implementação, a aprovação da CONTRATANTE.

18.1 – A alteração do prazo de vigência do Contrato de Repasse, em decorrência de atraso na liberação dos recursos por responsabilidade do Concedente, será promovida "de ofício" pela CONTRATANTE, limitada ao período do atraso verificado, fazendo disso imediato comunicado ao CONTRATADO.

18.2 – A alteração contratual referente ao valor do Contrato de Repasse será feita por meio de Termo Aditivo, ficando a majoração dos recursos de repasse sob decisão unilateral exclusiva do Concedente.

18.3 – É vedada a alteração do objeto do Contrato de Repasse, exceto para a ampliação da execução do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta, sem prejuízo da funcionalidade do objeto contratado, desde que devidamente justificado e aprovado pela CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS E DAS COMUNICAÇÕES

19 – Os documentos instrutórios ou comprobatórios relativos à execução do Contrato de Repasse deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada.

19.1 – As comunicações de fatos ou ocorrências relativas ao Contrato serão consideradas como regularmente feitas se entregues por carta protocolada, telegrama ou fax, nos endereços descritos no Contrato de Repasse.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20 – Fica eleito o foro descrito no Contrato de Repasse para dirimir os conflitos decorrentes deste instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e pactuados firmam este Instrumento, que será assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele, sendo extraídas as respectivas cópias, que terão o mesmo valor do original.

Piracicaba  
Local/Data

\_\_\_\_\_, 21 de Dezembro de 2016

Assinatura do CONTRATANTE  
Nome: CECILIA HELENA BOMFIM  
CPF: 535.075.688-91

Assinatura do CONTRATADO  
Nome: GABRIEL FERRATO DOS SANTOS  
CPF: 991.245.488-04

Testemunhas

Nome: JUAN PENNA C.B. DE PAULA  
CPF: 279.402.308-86

Nome: MARCIO ANTONIO DE PAULA CAPATO  
CPF: 183.369.038-95

**CAIXA**

Anexo ao Contrato de Repasse - Condições Complementares

Grau de sigilo  
#PÚBLICO

CONTRATO DE REPASSE Nº 831/698/2016 / ME / CAIXA  
PROCESSO Nº 2582.1032371-90/2016

#### MINISTÉRIO DO ESPORTE

1 – No caso de contratação de operações no âmbito do Ministério do Esporte, o CONTRATADO deve:

- comprometer-se a realizar o empreendimento em local próximo à instituição beneficiada, com fácil acesso aos usuários, com destinação do espaço esportivo ao atendimento de alunos do ensino fundamental, médio e superior, em consonância com os objetivos e a finalidade estabelecidos para o Programa Segundo Tempo, no caso de operações de implantação de infraestrutura para o Desenvolvimento do Esporte Educacional, cuja localização do empreendimento seja fora da área física da escola ou entidade parceira;
- cumprir o disposto no art. 217, inciso II, da Constituição Federal, que versa sobre o dever do Estado de fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observada a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento.

Piracicaba  
Local/Data

\_\_\_\_\_, 21 de Dezembro de 2016

Assinatura do CONTRATANTE  
Nome: CECILIA HELENA BOMFIM  
CPF: 535.075.688-91

Assinatura do CONTRATADO  
Nome: GABRIEL FERRATO DOS SANTOS  
CPF: 991.245.488-04

Testemunhas

Nome: JUAN PENNA C.B. DE PAULA  
CPF: 279.402.308-86

Nome: MARCIO ANTONIO DE PAULA CAPATO  
CPF: 183.369.038-95

**DISQUE  
DENÚNCIA**

Sua arma contra  
a VIOLÊNCIA.





DECRETO Nº 17.087, DE 31 DE MAIO DE 2017.

Declara de utilidade pública, para posterior desapropriação amigável ou judicial, parte do imóvel de propriedade de AMG Participações e Empreendimentos Imobiliários LTDA., localizado na Rua Buenos Aires, Bairro Água Branca, neste Município, destinada à abertura de via pública e dá outras providências.

BARJAS NEGRI, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO o disposto no inciso XXIV, do art. 5º, da Constituição Federal, bem como do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e suas alterações,

DECRETA

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para posterior desapropriação amigável ou judicial, parte do imóvel de propriedade de AMG Participações e Empreendimentos Imobiliários LTDA., localizado na Rua Buenos Aires, Bairro Água Branca, neste Município, a qual se destinará à abertura de via pública, conforme memorial descritivo, planta e matrícula que integram o presente Decreto e que assim se descreve:

MEMORIAL DESCRITIVO

Assunto: Parte do imóvel a ser declarado de utilidade pública, para posterior desapropriação amigável ou judicial, para abertura de via pública.  
Protocolo: 66.241 / 2017  
Proprietário: AMG Participações e Empreendimentos e Imobiliários Ltda.  
Local: Rua Bueno Aires  
Bairro: Água Branca Matrícula: 11.378 - 2º C.R.I.  
Áreas: A ser desapropriada: – 4.140,70 m²

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

A SER DESAPROPRIADA - 4.140,70 m²

Parte de um imóvel, situado no Bairro Água Branca, perímetro urbano, em Piracicaba, com a seguinte descrição: iniciando-se no vértice 1 com coordenadas N 7.480.061,43 m e E 229.307,63 m (Datum Sirgas 2000), localizado no alinhamento da Rua Bueno Aires e na divisa com o imóvel sob nº Matrícula 68.627; deste segue no sentido horário com os seguintes azimutes, distâncias e confrontações: azimute 113°23'53" e distância 17,78 m até o vértice 2; segue com azimute 140°39'54" e distância 16,65 m até o vértice 3; segue com azimute 140°45'05" e distância 16,55 m até o vértice 4; confrontando do vértice 1 ao vértice 4 com a Rua Buenos Aires; daí deflete à direita com azimute 215°04'41" e distância 108,07 m até o vértice 4B; daí deflete à esquerda em curva com raio 9,00 m, desenvolvimento 12,00 m, corda com azimute 176°52'01" e comprimento 11,13 m e ângulo central 76°25'25" até o vértice 4C, confrontando do vértice 4 ao vértice 4C com o imóvel da matrícula nº 11.378; daí deflete à direita com azimute 318°39'19" e distância 28,91 m até o vértice 10, confrontando neste trecho com o imóvel sob nº Matrícula 53.732; daí deflete à direita com azimute 21°21'19" e distância 118,76 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro, confrontando em 10,23 m com o imóvel sob nº Matrícula 68.628 e em 108,53 m com o imóvel sob nº Matrícula 68.627, encerrando o perímetro com uma Área de 4.140,70 metros quadrados."

Art. 2º À área de terra, objeto do art. 1º, retro, atribui-se o valor total de R\$ 41,40 (quarenta e um reais e quarenta centavos), constante do laudo de avaliação que fica fazendo parte integrante deste Decreto.

Art. 3º Havendo concordância quanto ao preço e a forma de pagamento, far-se-á expropriação por acordo, uma vez satisfeitos os seguintes requisitos:

I - que o preço não ultrapasse o valor do laudo da avaliação administrativa municipal, e

II - que a proprietária ofereça título de domínio com filiação vintenária e certidão negativa de dívidas fiscais e de quaisquer outros ônus, reais ou não, que recaiam sobre o terreno objeto da desapropriação.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária nº 03011 - 03.092.0039.1024 - 449061, da Procuradoria Geral do Município, para o exercício de 2017 e suas respectivas para os exercícios seguintes, suplementadas, oportunamente, se necessário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 31 de maio de 2017.

BARJAS NEGRI  
Prefeito Municipal

ARTHUR ALBERTO AZEVEDO RIBEIRO NETO  
Secretário Municipal de Obras e  
Diretor Presidente do IPPLAP - interino

JORGE AKIRA KOBAYASKI  
Secretário Municipal de Trânsito e Transportes

MILTON SÉRGIO BISSOLI  
Procurador Geral do Município

Publicado no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

FRANCISCO APARECIDO RAHAL FARHAT  
Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa



MEMORIAL DESCRITIVO

Assunto: Parte do imóvel a ser declarado de utilidade pública, para posterior desapropriação amigável ou judicial, para abertura de via pública.  
Protocolo: 66.241 / 2017  
Proprietário: AMG Participações e Empreendimentos e Imobiliários Ltda.  
Local: Rua Bueno Aires  
Bairro: Água Branca Matrícula: 11.378 - 2º O.R.I.  
Áreas: A ser desapropriada: – 4.140,70 m²

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

A SER DESAPROPRIADA - 4.140,70 m²

Parte de um imóvel situado no Bairro Água Branca, perímetro urbano, em Piracicaba, com a seguinte descrição: iniciando-se no vértice 1 com coordenadas N 7.480.061,43m e E 229.307,63m (Datum Sirgas 2000), localizado no alinhamento da Rua Bueno Aires e na divisa com o imóvel sob nº Matrícula 68.627; deste segue no sentido horário com os seguintes azimutes, distâncias e confrontações: azimute 113°23'53" e distância 17,78m até o vértice 2; segue com azimute 140°39'54" e distância 16,65m até o vértice 3; segue com azimute 140°45'05" e distância 16,55m até o vértice 4; confrontando do vértice 1 ao vértice 4 com a Rua Buenos Aires; daí deflete à direita com azimute 215°04'41" e distância 108,07m até o vértice 4B; daí deflete à esquerda em curva com raio 9,00m, desenvolvimento 12,00m, corda com azimute 176°52'01" e comprimento 11,13m e ângulo central 76°25'25" até o vértice 4C, confrontando do vértice 4 ao vértice 4C com o imóvel da matrícula nº 11.378; daí deflete à direita com azimute 318°39'19" e distância 28,91m até o vértice 10, confrontando neste trecho com o imóvel sob nº Matrícula 53.732; daí deflete à direita com azimute 21°21'19" e distância 118,76m até o vértice 1 (ponto inicial da descrição deste perímetro), confrontando em 10,23m com o imóvel sob nº Matrícula 68.628 e em 108,53m com o imóvel sob nº Matrícula 68.627, encerrando o perímetro com uma Área de 4.140,70 metros quadrados.

Piracicaba, 24 de abril de 2017.

Pedro Sérgio Piacentini  
DEPTO. DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Antonio Corrêa Barbosa, 2233 - 9º Andar-Centro - Piracicaba - SP-CEP. 13400-900-Te: (19) 3403-1200-Fax: (19) 3403-1365  
site: www.ipplap.com.br • e-mail: ipplap@ipplap.com.br

LIVRO Nº 2 REGISTRO GERAL	MATRÍCULA: 11378	DATA: 11 de julho de 1 978	Ficha: -01-
IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL: Um terreno situado no Bairro da Água Branca, perímetro urbano, em Piracicaba, com a área de 18.659,38 metros quadrados, dentro das seguintes medidas e confrontações: começa num ponto situado nas divisas com Antônio Tomassello, - localizado a 7,00 metros de uma porteira, aí segue em reta a distância de cento e - quinze metros e cinquenta centímetros (115,50 m), confrontando com o remanescente do imóvel de propriedade de Joaquim Teixeira, até encontrar as divisas com Ernesto Berti Lucchi, aí deflete à direita e segue cento e trinta metros (130,00 m), na mesma confrontação, aí faz ângulo à direita e segue cento e trinta e hum metros e cinquenta centímetros (131,50 m), confrontando com Natalina Cancellieri, aí faz ângulo à direita e - segue duzentos e quatro metros e setenta centímetros (204,70 m), confrontando com - Antônio Tomassello até o ponto de partida. MATRÍCULA: 9 101 PROPRIETÁRIOS: JOAQUIM TEIXEIRA, (CIC 412.289.018-72), solteiro, maior, proprietário domiciliado em Piracicaba, Piracicaba, 11 de julho de 1 978. A escrevente autorizada, - (Isabel Teixeira de Almeida). Protocolado e Microfilmado sob nº 34 467			
R-01 - REGISTRO - R-01/11378 - Por escritura de venda de 12/05/1978, (1ª tabeirão), - JOAQUIM TEIXEIRA, (CIC 412.289.018-72), solteiro, maior, proprietário, domiciliado em Piracicaba, transmitiu a JOSUE SABINO DE SOUZA, (CIC 148.288.718-53), casado com Jose ly Amélia de Souza, e HEITOR PAIXÃO SABINO DE SOUZA, (CIC 143.718.478-20), casado com Paschoeta Sassioto de Souza, eles comerciantes, domiciliados em Piracicaba, pelo valor de Cr\$ 1.000.000,00, o imóvel objeto desta matrícula. Piracicaba, 11 de julho de 1 978. A escrevente autorizada, - (Isabel Teixeira de Almeida). Protocolado e Microfilmado sob nº 34 468. C: \$ 600,00			
R-02 - REGISTRO - R-02/11378 - Por escritura de venda de 12/05/1978, (1ª tabeirão), - JOAQUIM TEIXEIRA, (CIC 412.289.018-72), solteiro, maior, proprietário, JOSUE SABINO DE SOUZA, (CIC 148.288.718-53), casado com Josely Amélia de Souza, e HEITOR PAIXÃO SABINO DE SOUZA, (CIC 143.718.478-20), casado com Paschoeta Sassioto de Souza, eles comerciantes domiciliados em Piracicaba, instituíram entre si uma servidão de passagem em uma faixa de 7,00 metros de largura, por 7,00 metros de comprimento, faixa -			
2º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS - PIRACICABA - SP (V. Verso)			

Visualização de matrícula online disponibilizada pela ARISP (www.arisp.com.br) - Data da Visualização: 23/10/2015 15:03:24

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL	MATRÍCULA: 11378	Ficha: -01-	(verso)
essa que confronta com Joaquim Teixeira, e com Antônio Tomassello, para dar acesso, ao caminho de servidão ali existente, pelo valor de Cr\$ 1.000,00. Piracicaba, 11 de julho de 1 978. A escrevente autorizada, - (Isabel Teixeira de Almeida). Protocolado e Microfilmado sob nº 34 469. C: \$ 160,00			
R-03 - REGISTRO - R-03/11378 - Por escritura de venda de 09/08/1984, (1ª tabeirão), - JOSUE SABINO DE SOUZA, proprietário, e sua mulher Josely Amélia de Souza, professora, portadores do CIC 148.288.718-53, brasileiros, casados no regime da comunhão de bens, anterior a vigência da Lei 6515/77, portadores do CIC 143.718.478-20, domiciliados em Piracicaba, a Rua Dona Eugênia, 2288, transmitiram a ANTONIO HEITOR ZAMBELO, brasileiro, portador do CIC 198.030.798-91, proprietário, casado no regime da comunhão parcial de bens, anterior a Lei 6515/77, com Marina Teresinha Fregolente Zambelo, domiciliados em Piracicaba, a Rua D. Pedro I, 858, pelo valor de Cr\$ 5.000.000,00, o imóvel objeto desta matrícula, sendo que o valor venal é de Cr\$ 24.871.050,00, e está cadastrado na - Prefeitura Municipal de Piracicaba, no distr. 01, setor 24, quadra 0101, lote 0155, - sub-lote 0000, inscrição 000.000, código CPD 73.580.2. Piracicaba, 16 de agosto de 1 984. A escrevente autorizada, - (Angela Maria Torrezan). Protocolado e Microfilmado sob nº 97697, -			
AV-04 - Em 01 de julho de 1994 - "EX-OFFICIO" - Com fundamento no art. 213, § 1º da - Lei 6015/73, é feita a presente averbação a fim de ficar constando que o imóvel objeto desta matrícula, é servido por um corredor de passagem, conforme instituição de se - dão registrada sob nº 03, na matrícula nº 9101. A Oficial, -			
AV-5/11378:- Protocolo nº. 96.570 da 30/09/2004. - RETIIFICAÇÃO DE NOME - Pelo requerimento adiante mencionado e de conformidade com a (continua na ficha 02)			
MICROFILMAGEM Codificação: Indexação: Eliminação:			
2º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS - PIRACICABA - SP			

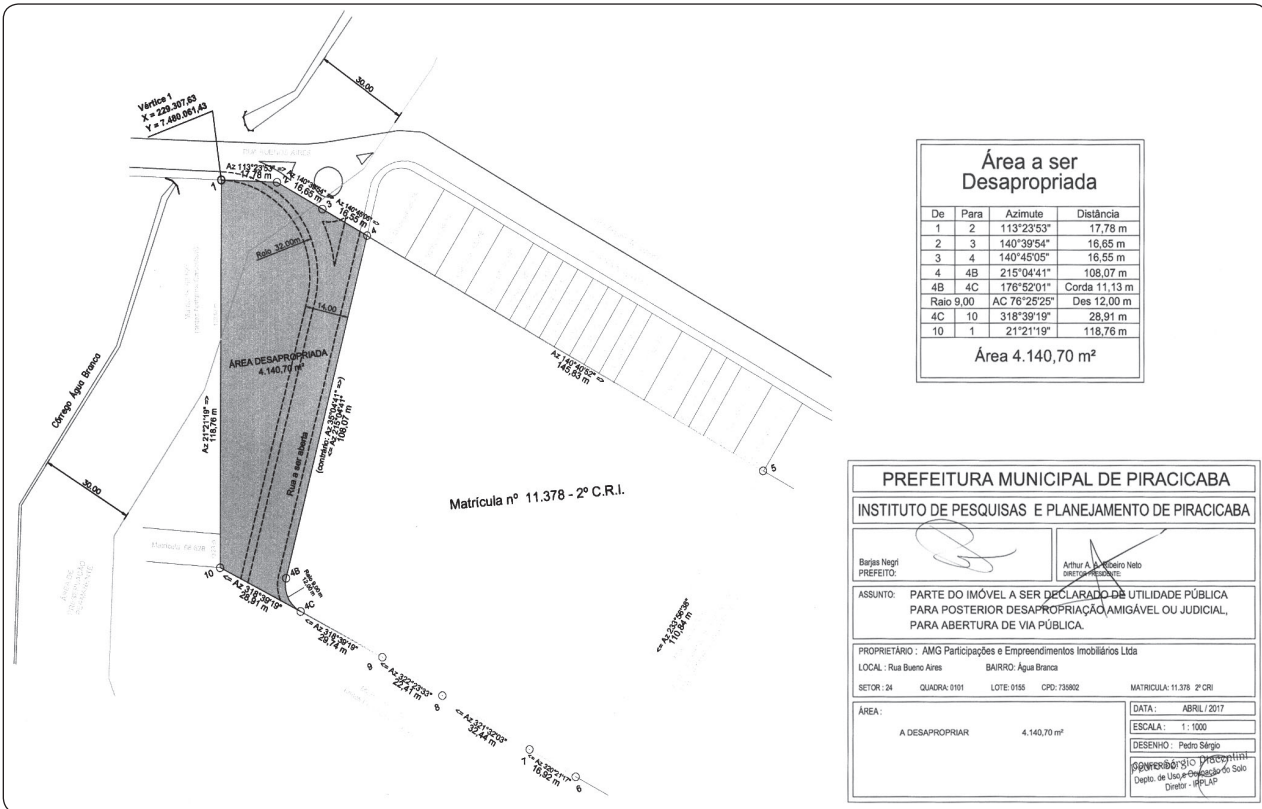
Visualização de matrícula online disponibilizada pela ARISP (www.arisp.com.br) - Data da Visualização: 23/10/2015 15:03:24

LIVRO Nº 2 REGISTRO GERAL	MATRÍCULA: 11378	DATA: 08/10/2004	Ficha: 02F
- continuação da ficha 01 - certidão de casamento datada de 21/05/1986 extraída do assento nº. 1153, lavrado às fls. 94 v.º, do livro B-33, pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 2º. Subdistrito de Piracicaba/SP, é efetuada a presente averbação para que fique consignado que o nome correto da proprietária, referida no registro de nº. 03 retro, é MARINA TERESINHA FREGOLENTE ZAMBELO e não como constou. Piracicaba/SP, 08 de outubro de 2004. As escreventes autorizadas: - (Antônia Tabai Alves) e - (Angela Maria Torrezan).			
AV-6/11378:- Protocolo nº. 96.570 da 30/09/2004. RETIIFICAÇÃO DE RG - Pelo requerimento adiante mencionado é lavrada a presente averbação para ficar constando que ANTONIO HEITOR ZAMBELO é portador da cédula de identidade, RG nº. 3.795.614-0-SP/SP, consoante o respectivo documento (cédula de identidade) apresentado, Piracicaba/SP, 08 de outubro de 2004. As escreventes autorizadas: - (Antônia Tabai Alves) e - (Angela Maria Torrezan).			
AV-7/11378:- Protocolo nº. 96.570 da 30/09/2004. RETIIFICAÇÃO DE RG E CPF - Pelo requerimento adiante mencionado é lavrada a presente av - ação para ficar constando que MARINA TERESINHA FREGOLENTE ZAMBELO é portadora da céd - ula de identidade, RG nº. 3.795.614-0-SP/SP e inscrita no CPF/MF sob nº. 716.258.528-00, consoante os respectivos documentos (cédula de identidade e cartão de identificação do contribuinte) apresentados. Piracicaba/SP, 08 de outubro de 2004. As escreventes autorizadas: - (Antônia Tabai Alves) e - (Angela Maria Torrezan).			
AV-8/11378:- Protocolo nº. 96.570 da 30/09/2004. (continua no verso)			

Visualização de matrícula online disponibilizada pela ARISP (www.arisp.com.br) - Data da Visualização: 23/10/2015 15:03:24

LIVRO Nº 2 REGISTRO GERAL	MATRÍCULA: 11378	DATA: 08/10/2004	Ficha: 02V
2º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS - PIRACICABA - SP SEPARAÇÃO JUDICIAL - Pelo requerimento datado de 30/09/2004, firmado em Piracicaba/SP e de conformidade com a certidão de casamento datada de 21/05/1986, extraída do assento nº. 1153, lavrado às fls. 94 v.º, do livro B-33, pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 2º. Subdistrito de Piracicaba/SP, é lavrada a presente averbação para ficar constando que ANTONIO HEITOR ZAMBELO e MARINA TERESINHA FREGOLENTE ZAMBELO SEPARARAM-SE, por sentença proferida pelo 8. Juízo de Direito da 3ª. Vara Cível desta Comarca, nos autos nº. 232/86, em 18/03/1986, transitada em julgado, voltando a mulher a assinar-se MARINA TERESINHA FREGOLENTE. Piracicaba/SP, 08 de outubro de 2004. As escreventes autorizadas: - (Antônia Tabai Alves) e - (Angela Maria Torrezan).			
AV-9/11378:- Protocolo nº. 108.232 da 08/03/2006. CANCELAMENTO DE SERVIDÃO REGISTRADA SOB Nº. 03 DA MATRÍCULA 9101 (AV-04 RETRO) - Pelo mandado judicial passado em 06/03/2006, pelo Juízo de Direito da 1ª. Vara Cível de Piracicaba/SP, expedido nos autos nº. 451.01.2005.029427-5/000000-000 - ordem nº. 2662/2005, de Pedido de Providências, requerido por CLAYDON DO BRASIL CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ nº. 05.780.433/0001-20, conforme sentença proferida em 27/01/2006, transitada em julgado em 15/02/2006, procedo o cancelamento do registro da servidão de passagem lançado sob nº. 03 da matrícula 9101 (AV-04 retro). Piracicaba/SP, 22 de março de 2006. As escreventes autorizadas: - (Antônia Tabai Alves) e - (Angela Maria Torrezan).			
AV-10/11378:- Protocolo nº. 108.232 da 08/03/2006. CANCELAMENTO DE SERVIDÃO REGISTRADA SOB Nº. 02 RETRO) - Pelo mandado judicial passado em 06/03/2006, pelo Juízo de Direito da 1ª. Vara Cível de Piracicaba/SP, expedido nos autos nº. 451.01.2005.029427-5/000000-000 - ordem nº. 2662/2005, de -continua na ficha 03-			

Visualização de matrícula online disponibilizada pela ARISP (www.arisp.com.br) - Data da Visualização: 23/10/2015 15:03:24







**2º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS - PIRACICABA - SP**

LIVRO Nº2 REGISTRO GERAL	MATRICULA: 11.378	DATA: 22/03/2006	Ficha: 03F
-----------------------------	-------------------	------------------	------------

Pedido de Providências, requerido por **CPLAREGE DO BRASIL CONSTRUTORA LTDA**, CNPJ nº. 05.780.433/0001-20, conforme sentença proferida em 27/01/2006, transitada em julgado em 15/02/2006, procedo o cancelamento do registro da servidão de passagem lançado sob nº. 02 sobre Piracicaba/SP, 22 de março de 2006. As escreventes autorizadas: *Antonia Tabai Alves* e *Angela Maria Torrezani*.

**R-11/11378:-** Protocolo nº. 207.082 de 13/02/2014.  
**ARREMATACÃO (FRAÇÃO IDEAL DE 50%)** - Pela carta de arrematação de nº. 30/2.007, passada em 05/11/2.007, extraída dos autos da reclamação trabalhista nº. 383/2002-051-15-00-7 RT, da 2ª Vara do Trabalho de Piracicaba/SP, requerida por espólio de **OSWALDO CAMBIAGHI**, representado por Marcia Cristina de Figueiredo Castro Cambiaghi, em face de **SERVIÇO MÉDICO SAMPELO**, com sede em Piracicaba/SP, na Rua Boa Morte nº. 1.378, Centro, C.N.P.J. nº. 51.422.178/0001-61, e **ANTONIO HELIO SAMPELO**, brasileiro, separado judicialmente, empresário, RG nº. 3.795.614-SSP/SP, CPF nº. 198.030.798-91, residente e domiciliado em Piracicaba/SP, nos termos do auto de arrematação datado de 30/05/2.007, homologado por sentença proferida em 31/05/2007, tendo decorrido o prazo para oposição de agravo em 27/08/2007, a **FRAÇÃO IDEAL DE 50% DO IMÓVEL MATRICULADO**, pertencente a **ANTONIO HELIO SAMPELO**, foi **ARREMATADA** por **ADRI JOSE GRACIANI**, brasileiro, empresário, RG nº. 8.360.263-X-SSP/SP, CPF nº. 030.270.088-97, casado pelo regime da comunhão universal de bens, em 06/12/1.986, na vigência da Lei Federal nº. 6.515/77, nos termos da escritura de pacto antenupcial lavrada pelo Tabelião de Notas e Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais de Saltilho/SP, registrada no Livro 3 - Registro Auxiliar, deste Registro, sob nº. 962, com **CÉLIA MARIA NASTARO GRACIANI**, brasileira, do lar, RG nº. 15.778.875-SSP/SP, CPF nº. 218.082.638-98, residentes e domiciliados em Piracicaba/SP, na Rua Gomes Carneiro nº. 560, ap. 142, Centro, pelo preço de R\$

*Continua no verso.*

Visualização de matrícula online disponibilizada pela ARISP (www.arisp.com.br) - Data da Visualização: 23/10/2015 15:03:24

**2º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS - PIRACICABA - SP**

LIVRO Nº2 REGISTRO GERAL	MATRICULA: 11.378	DATA: 18/02/2014	Ficha: 03F
-----------------------------	-------------------	------------------	------------

48.000,00, tendo como base de cálculo para pagamento do ITCI o valor de R\$ 84.502,20. O valor venal para exercício de 2.014, referente a fração ideal de 50% do imóvel, corresponde a R\$ 167.171,36. Piracicaba/SP, 18 de fevereiro de 2014. A substituta do Oficial: *Angela Maria Torrezani*.

**R-12/11378:-** Protocolo nº. 207.084 de 13/02/2014.  
**COMPRA E VENDA (FRAÇÃO IDEAL DE 50%)** - Pela escritura datada de 19/01/2009, lavrada nas páginas 210/212, do Livro nº. 1263, pelo 2º Tabelião de Notas de Piracicaba/SP, os proprietários **ADRI JOSE GRACIANI** e sua mulher **CÉLIA MARIA NASTARO GRACIANI**, retro qualificados, transmitiram por compra e venda a **FRAÇÃO IDEAL DE 50% DO IMÓVEL MATRICULADO**, pelo preço de R\$ 78.000,00 a **A.M.G. PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**, CNPJ nº. 05.984.140/0001-65, com sede em Piracicaba/SP, na Rua Benjamin Constant nº. 3.330, Bloco C, sala 1, Paulista. O valor venal para exercício de 2.014, referente a fração ideal de 50% do imóvel, corresponde a R\$ 167.171,36. Piracicaba/SP, 18 de fevereiro de 2014. A substituta do Oficial: *Angela Maria Torrezani*.

**AV-13/11378:-** Protocolo nº. 211.634 de 26/06/2014.  
**ALTERAÇÃO DE CONTRIBUINTE** - Pela escritura adiante mencionada e de conformidade com o documento expedido pelo órgão competente do Município de Piracicaba/SP, é lavrada a presente averbação para constar que o imóvel matriculado, atualmente, acha-se cadastrado no **setor 24**, **zona 0155**, **sub-lote 0000** e no **CPF nº. 735802**. Piracicaba/SP, 25 de julho de 2014. A escrevente autorizada responsável: *Karylene Micheletti Mendes*.

*Continua na Ficha 04*

Visualização de matrícula online disponibilizada pela ARISP (www.arisp.com.br) - Data da Visualização: 23/10/2015 15:03:24

**2º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS - PIRACICABA - SP - CNJ: 11251-6**

LIVRO Nº2 REGISTRO GERAL	MATRICULA: 11.378	DATA: 25/07/2014	Ficha: 04F
-----------------------------	-------------------	------------------	------------

**AV-14/11378:-** Protocolo nº. 211.634 de 26/06/2014.  
**ÔNUS** - Pela escritura adiante mencionada e de conformidade com a certidão de óbito datada de 25/11/2008, extraída do assento de nº. 6071, lavrado às fls. 014v, do Livro C-078, pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 1º Subdistrito de Piracicaba/SP, é lavrada a presente averbação para que fique constando que **MARINA TERESINHA FREGOLENTE**, em 15/07/2004, nesta cidade de Piracicaba/SP, 25 de julho de 2014. A escrevente autorizada responsável: *Karylene Micheletti Mendes*.

**R-15/11378:-** Protocolo nº. 211.634 de 26/06/2014.  
**ARREMATACÃO (FRAÇÃO IDEAL DE 50%)** - Pela escritura pública datada de 24/06/2014, lavrada pelo 2º Tabelião de Notas desta cidade, no Livro 1549, nas páginas 183/190, e ata retificativa datada de 23/07/2014, lavrada no Livro 1.553, na página 383, das mesmas Notas, foi efetuado o inventário e adjudicação dos bens decorrentes do falecimento de **MARINA TERESINHA FREGOLENTE**, CPF nº. 716.258.528-00, ocorrido em 15/07/2004, conforme averbação supra, no estado civil de separada judicialmente, pela qual a **FRAÇÃO IDEAL DE 50% DO IMÓVEL MATRICULADO**, avaliada em R\$ 172.020,16, foi adjudicada a cessionária (à título oneroso) **AMG PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**, com sede em Piracicaba/SP, na Rua Benjamin Constant nº. 3.330, Bloco C, sala 1, Bairro Paulista, C.N.P.J. nº. 05.984.140/0001-65. Com o presente registre-se a **ora adjudicante** fidei proprietária do imóvel em sua totalidade. Consta da escritura declaração acerca da inexistência de herdeiros menores e incapazes, bem como a apresentação de certidão negativa quanto à existência de testamento. Piracicaba/SP, 25 de julho de 2014. A escrevente autorizada responsável: *Karylene Micheletti Mendes*.

Visualização de matrícula online disponibilizada pela ARISP (www.arisp.com.br) - Data da Visualização: 23/10/2015 15:03:24



# LAUDO DE AVALIAÇÃO Nº 054/17

Os, abaixo assinados, membros da Comissão de Avaliação de Imóveis e Permanente de Valores Imobiliários, nomeados pelo Senhor Prefeito Municipal conforme Decreto, após precederem vistoria no imóvel abaixo discriminado, onde se acha(m) descrito(s), considerando a localização, topografia, pedologia, formato da área e o valor comercial local concluíram:

Protocolo : 66.241/2017  
PROPRIETÁRIO : AMG Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda  
LOCAL : Rua Bueno Aires  
BAIRRO : Água Branca Matrícula nº: 11.378 – 2º C.R.I.  
FINALIDADE : Desapropriação – abertura de via pública  
ÁREA : 4.140,70 m²

## ÁREA AVALIADA

ÁREA DO TERRENO			ÁREA DO PRÉDIO			TOTAL DA AVALIAÇÃO
M²	VALOR (M²)	TOTAL	M²	VALOR (M²)	TOTAL	
4.140,70	R\$ 0,01	R\$				RS
TOTAL		41,40	TOTAL			41,40

Piracicaba, 24 de abril de 2.017.

*Adriana Aparecida da Silva*  
Membro

*Andréa A.G. Savino*  
Membro

*Francisco Totti Junior*  
Membro

*Paulo César Schiavuzzo*  
Membro

*Pedro Sérgio Piacentini*  
Presidente

Homologo o parecer supra.

Piracicaba, de de 2017

**BARJAS NEGRI**  
PREFEITO MUNICIPAL

## DECRETO Nº 17.088, DE 31 DE MAIO DE 2017.

Renova a Declaração de Utilidade Pública Municipal da Associação Toque do Futuro Voleibol (nova denominação do Clube Piracicabano de Handebol), concedida através da Lei nº 6.158/08.

BARJAS NEGRI, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, da Lei nº 5.735/06, alterada pelas de nº 6.198/08, nº 6.910/10 e nº 8.523/16, bem como o parecer favorável do Conselho Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras, constante de fls. 05 do Processo Administrativo nº 80.072/2017, desta Prefeitura Municipal,

## DECRETA

Art. 1º Fica renovada a Declaração de Utilidade Pública Municipal, expedida através da Lei nº 6.158, de 05 de março de 2008, da ASSOCIAÇÃO TOQUE DO FUTURO VOLEIBOL (nova denominação do Clube Piracicabano de Handebol), inscrita no CNPJ sob nº 02.940.838/0001-90, com sede à Rua Alfredo Guedes, nº 376, Bairro dos Alemães, em Piracicaba/SP.

Art. 2º A presente renovação é válida por 02 (dois) anos a contar da data de publicação deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 31 de maio de 2017.

**BARJAS NEGRI**  
Prefeito Municipal

**PEDRO ANTONIO DE MELLO**  
Secretário Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras - interino

**MILTON SÉRGIO BISSOLI**  
Procurador Geral do Município

Publicado no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

**FRANCISCO APARECIDO RAHAL FARHAT**  
Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa

## DECRETO Nº 17.089, DE 31 DE MAIO DE 2017.

Renova a Declaração de Utilidade Pública Municipal da Associação de Assistência Social Betel, concedida através do Decreto nº 2.227/76.

BARJAS NEGRI, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, da Lei nº 5.735/06, alterada pelas de nº 6.198/08, nº 6.910/10 e nº 8.523/16, bem como o parecer favorável do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, constante de fls. 05, do Processo Administrativo nº 24.457/17, desta Prefeitura Municipal,

## DECRETA

Art. 1º Fica renovada a Declaração de Utilidade Pública Municipal, expedida através do Decreto nº 2.227, de 27 de agosto de 1976, da ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BETEL, inscrita no CNPJ sob nº 54.408.935/0001-30, com sede à Rua Santos Dumont, nº 377, Bairro Vila Independência, em Piracicaba/SP.

Art. 2º A presente renovação é válida por 02 (dois) anos a contar da data de publicação deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 31 de maio de 2017.

**BARJAS NEGRI**  
Prefeito Municipal

**ELIETE NUNES FERNANDES DA SILVA**  
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

**MILTON SÉRGIO BISSOLI**  
Procurador Geral do Município

Publicado no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

**FRANCISCO APARECIDO RAHAL FARHAT**  
Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa

## DECRETO Nº 17.090, DE 01 DE JUNHO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar da ordem de R\$ 12.000.000,00.

BARJAS NEGRI, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 2º da Lei nº 8.171, de 09 de abril de 2015, que autoriza o Poder Executivo a realizar, por decreto, crédito adicional suplementar no orçamento da Secretaria Municipal de Obras, combinado com o inciso IV, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, ratificado pelo § 8º do art. 165 da Constituição Federal,

## DECRETA

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar da ordem de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), tendo a seguinte classificação orçamentária:

1) 08 08011 1545100391254 449051 Obras e Instalações: R\$ 12.000.000,00

Art. 2º Os recursos para cobertura do crédito adicional suplementar aberto pelo artigo anterior serão provenientes do que dispõe o inciso IV, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 01 de junho de 2017.

**BARJAS NEGRI**  
Prefeito Municipal

**JOSÉ ADMIR MORAES LEITE**  
Secretário Municipal de Finanças

**ARTHUR ALBERTO AZEVEDO RIBEIRO NETO**  
Secretário Municipal de Obras

**MILTON SÉRGIO BISSOLI**  
Procurador Geral do Município

Publicado no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

**FRANCISCO APARECIDO RAHAL FARHAT**  
Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa

## DECRETO Nº 17.091, DE 01 JUNHO DE 2017.

Recebe em doação, sem ônus ou encargos para a Prefeitura do Município de Piracicaba, da empresa Caterpillar Brasil LTDA., bens que especifica.

BARJAS NEGRI, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,

## DECRETA

Art. 1º A Prefeitura do Município de Piracicaba recebe em doação, sem ônus ou encargos, da empresa Caterpillar Brasil LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 61.064.911-0001/77, bens especificados na Ata, Laudo de Avaliação, Nota Fiscal e Termo de Doação, que integram o presente Decreto, os quais perfazem um total de R\$ 55.382,16 (cinquenta e cinco mil, trezentos e oitenta e dois reais e dezesseis centavos).

§ 1º Os bens ora recebidos foram doados em cumprimento de cláusula contratual, em razão do Compromisso firmado junto à Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região do Ministério Público do Trabalho, referente ao Processo de nº 000312.2015.15.000/0.

§ 2º Os bens de que trata o caput do presente artigo serão destinados ao Centro de Referência de Saúde do Trabalhador – CERT, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Fica o Departamento de Material e Patrimônio autorizado a cadastrar, no patrimônio da Prefeitura Municipal, os bens objeto deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 01 de junho de 2017.

**BARJAS NEGRI**  
Prefeito Municipal

**EROTIDES GIL BOSSHARD**  
Secretário Municipal de Administração

**PEDRO ANTONIO DE MELLO**  
Secretário Municipal de Saúde

**MILTON SÉRGIO BISSOLI**  
Procurador Geral do Município

Publicado no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

**FRANCISCO APARECIDO RAHAL FARHAT**  
Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa

## Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis

### Ata da Reunião

Aos nove dias do mês de maio de dois mil e dezessete, na Divisão de Patrimônio, Rua Santa Cruz, nº. 2158, reuniu-se a Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis, nomeada pela Portaria nº. 2.143/04, presentes o Presidente e os Membros designados nos termos do artigo 1º, da referida Portaria, para deliberarem os trabalhos de avaliação de bens permanentes ora RECEBIDOS EM DOAÇÃO da empresa: CATERPILLAR BRASIL LTDA. - C.N.P.J. 61.064.911/0001-77, situada à Rodovia Luiz de Queiroz, s/nº. Km. 157, bairro: Unileste, nesta cidade, conforme segue: Um refrigerador, marca: Electrolux, duas portas, cor branco, 110 volts, no valor de R\$ 2.899,00 (Dois Mil, Oitocentos e Noventa e Nove Reais); Um fogão, marca Electrolux, 5 (cinco) queimadores, cor branco, bivolt, no valor de R\$ 1.149,00 (Mil, Cento e Quarenta e Nove Reais); Cinquenta e dois metros e vinte centímetros de adesivos decorativos em impressão digital, no valor unitário de R\$ 70,00 (Setenta e Quarenta e Nove Reais), no total de R\$ 3.654,00 (Três Mil, Seiscentos e Cinquenta e Quatro Reais); Um painel em PVC com adesivo em impressão digital, nas medidas: 1,20 x 2,50 metros, no valor de R\$ 550,00 (Quinhentos e Cinquenta Reais); Três proteção de aparelho de ar condicionado, no valor unitário de R\$ 550,00 (Quinhentos e Cinquenta Reais), no total de R\$ 1.650,00 (Mil, Seiscentos e Cinquenta Reais); Dois aparelhos de ar condicionado, capacidade de 60.000 (sessenta mil) BTUS, no valor unitário de R\$ 7.150,08 (Sete Mil Cento e Cinquenta e Oito Centavos), no total de R\$ 14.300,16 (Quatorze Mil, Trezentos e Dezesseis Centavos); Três aparelhos de cortina de ar de 1,20 (um e vinte) metros, no valor unitário de R\$ 580,00 (Quinhentos e Oitenta e Oito Reais), no total de R\$ 1.740,00 (Mil, Setecentos e Quarenta e Oito Reais); Um aparelho de cortina de ar de 1,50 (um e cinquenta) metros, no valor de R\$ 740,00 (Setecentos e Quarenta e Oito Reais); Um PABX Ision, IP 4000R, no valor de R\$ 8.784,00 (Oito Mil Setecentos e Oitenta e Quatro Reais); Duas placas 30 TD IP400/Ision, no valor unitário de R\$ 1.690,00 (Mil Seiscentos e Noventa e Nove Reais), no total de R\$ 3.380,00 (Três Mil Trezentos e Oitenta e Nove Reais); Oito placas de 16 ramais IP400Ision, no valor unitário de R\$ 1.461,00 (Mil Quatrocentos e Sessenta e Um Reais), no total de R\$ 11.688,00 (Onze Mil Seiscentos e Oitenta e Oito Reais); Uma placa 08 Ra analógicos/08Ra, digital active/Ision, no valor de R\$ 1.848,00 (Mil Oitocentos e Quarenta e Oito Reais); Cinco terminais KS Orbit GO, no valor unitário de R\$ 600,00 (Seiscentos Reais), no total de R\$ 3.000,00 (Três Mil Reais), totalizando o valor de R\$ 55.382,16 (Cinquenta e Cinco Mil, Trezentos e Oitenta e Dois Reais e Dezesseis Centavos); tendo como destino: Centro de Referência de Saúde do Trabalhador - Secretaria Municipal de Saúde. Nada mais tendo a tratar, foi encerrada a reunião e, eu, Cíntia Carla Namizaki Padoan, Secretária, lavro e assino com os demais presentes esta ata.

A Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis

*Eduardo Messias de Souza*  
Presidente

*Antonio Sérgio Corrêa da Silva*  
Membro

*Ivan José Zotelli*  
Membro

*Cíntia Carla Namizaki Padoan*  
Membro Secretária





## Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis

### Síntese do Laudo de Avaliação

Piracicaba, 09 de maio de 2.017

#### I – Das Especificações e Valores

Item	Origem	Especificação do Material	Qtde	Valor Unitário R\$	Valor - total R\$
01	CATERPILLAR BRASIL LTDA.	Refrigerador.	01	2.899,00	2.899,00
02	CATERPILLAR BRASIL LTDA.	Fogão.	01	1.149,00	1.149,00
03	CATERPILLAR BRASIL LTDA.	Adesivo.	52	70,00	3.654,00
04	CATERPILLAR BRASIL LTDA.	Painel.	01	550,00	550,00
05	CATERPILLAR BRASIL LTDA.	Protetor.	03	550,00	1.650,00
06	CATERPILLAR BRASIL LTDA.	Ar condicionado	02	7.150,08	14.300,16
07	CATERPILLAR BRASIL LTDA.	Cortina de ar.	03	580,00	1.740,00
08	CATERPILLAR BRASIL LTDA.	Cortina de ar.	01	740,00	740,00
09	CATERPILLAR BRASIL LTDA.	PABX.	01	8.784,00	8.784,00
10	CATERPILLAR BRASIL LTDA.	Placa IP.	02	1.690,00	3.380,00
11	CATERPILLAR BRASIL LTDA.	Placa 16 ramais.	08	1.461,00	11.688,00
12	CATERPILLAR BRASIL LTDA.	Placa 8 ramais.	01	1.848,00	1.848,00
13	CATERPILLAR BRASIL LTDA.	Terminal KS.	05	600,00	3.000,00

#### II – Do Uso e Destino

Os bens acima especificados serão de uso exclusivo às atividades do órgão da administração municipal - Secretaria Municipal de Saúde.

#### III – Do Parecer

Os valores ora avaliados dos bens acima especificados são os atribuídos por esta Comissão, em conformidade com as normas administrativas, normas legais, e da utilidade dos bens para a municipalidade.

Desta forma, encaminhe-se para homologação do parecer exarado, publicação e os demais atos Administrativos necessários ao atendimento legal.

A Comissão Permanente de Avaliação de Materiais Permanentes.

Eduardo Messias de Souza

Presidente

Ivan José Zetelli

Membro

Antonio Sérgio Corrêa da Silva

Membro

Cintia Carla Namizaki Radoan

Membro Secretário

Eu, Barjas Negri, Prefeito Municipal, homologo o Laudo de Avaliação acima exarado.

Piracicaba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2.017

Barjas Negri – Prefeito Municipal



Caterpillar Brasil Ltda.

Rod. Luiz de Queiroz, Km 157, s/n - Distrito Unileste  
Cidade Postal 130 (13400-970) - Piracicaba, SP  
Fone: (019) 3429-2100  
FAX: (019) 3429-2430 e 3424-2966

#### TERMO DE DOAÇÃO

A empresa CATERPILLAR BRASIL LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.064.911/0001-77, estabelecida à Rodovia Luiz de Queiroz, Km 157, s/n, Distrito Unileste, na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, sob o CEP 13400-970, neste ato devidamente representada na forma de seu Estatuto, por seus Diretores, Sr. ELÍCIO RODRIGUES FILHO, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade RG nº 5.960.823 e CPF nº 774.167.408-00 e Sr. JOSÉ MOREIRA NETO, brasileiro, casado, tecnólogo, portador da Carteira de Identidade RG nº 10639875, inscrito no CPF sob o nº 966.436.098-87, em razão do compromisso firmado junto à Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região do Ministério Público do Trabalho, em 19 de setembro de 2016, referente ao processo de nº 000312.2015.15.000/0, efetua a **DOAÇÃO** para o Centro de Vigilância em Saúde de Piracicaba (CEVISA), situado à Rua do Trabalho, nº 634, Vila Independência, Piracicaba/SP, CEP 13.418-220, os bens abaixo descritos, em conformidade com a **Nota Fiscal de remessa por doação** sob nº 22.163.

#### RELAÇÃO DOS BENS DOADOS

Fornecedor: Magazine Luiza

Nota de origem: 48423

Refrigerador Electrolux Branco 110V (unidade);

Fogão Electrolux Branco 5 Queimadores Bivolt (1 unidade).

Fornecedor: Davisson Antônio Floriano Junior ME (Urbanus)

Nota de origem: 03 e 544

Adesivo decorativo em impressão digital;

Painel em PVC com adesivo em impressão digital;

Desenvolvimento de arte e mão de obra de instalação de adesivo e placa.

Fornecedor: Eron de Souza Prado Serralheria ME (Art Portões)

Nota de origem: 225 e 201

Proteção de ar condicionado (3 unidades);

Conserto de um portão e corrente do estacionamento.

Fornecedor: G F Mendes Refrigeração ME (Ar Service)

Nota de origem: 85, 86, 429 e 430

Split PT 60.000 BTU's (2 unidades);

Cortina de ar 1,20 (3 unidades);

Cortina de ar 1,50 (1 unidade);

Prestação de serviços de instalação de 2 condicionadores de ar;

Prestação de serviços de instalação de 4 cortinas de ar.



Caterpillar Brasil Ltda.

Rod. Luiz de Queiroz, Km 157, s/n - Distrito Unileste  
Cidade Postal 130 (13400-970) - Piracicaba, SP  
Fone: (019) 3429-2100  
FAX: (019) 3429-2430 e 3424-2966

Fornecedor: Piracicaba Telefones Ltda. EPP (Piracicaba Telecom)

Nota de origem: 102

PABX Ision IP 4000R;

Placa 30 TD IP4000/Ision;

Placa 16 Ramais IP4000/Ision;

Placa 08 Ra Analógicos/08Ra Digital Active/Ision;

Terminal KS Orbit GO.

Fornecedor: Maxit Tecnologia da Informação EIRELI - ME

Nota de origem: 3584 e 6765

Prestação de serviços de tecnologia da informação.

Piracicaba, 31 de janeiro de 2017.

CATERPILLAR BRASIL LTDA

Caterpillar Brasil Ltda.

Rod. Luiz de Queiroz, Km 157, s/n - Distrito Unileste  
Cidade Postal 130 (13400-970) - Piracicaba, SP  
Fone: (019) 3429-2100  
FAX: (019) 3429-2430 e 3424-2966

Formulário de identificação de evento DANFE, emitido pela CATERPILLAR BRASIL LTDA, com dados de emissão, destinatário e itens.

## DECRETO Nº 17.095, DE 01 DE JUNHO DE 2017.

Nomeia membros para compor a Comissão Municipal para Comemoração de Eventos Cívicos e revoga os Decretos nº 15.037/13, nº 15.078/13, nº 15.477/14, nº 15.655/14, nº 16.095/15, nº 16.121/15 e nº 16.772/16.

BARJAS NEGRI, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 2.922, de 17 de maio de 1988 e suas alterações,

## D E C R E T A

Art. 1º Ficam nomeados Ademar do Carmo Luciano Júnior e Cláudio Alves Baptista, titular e suplente, respectivamente, representantes da Câmara de Vereadores de Piracicaba; Elaine Ap. Barella e Maria Aparecida Vila Nova, titular e suplente, respectivamente, representantes da Secretaria Municipal de Educação; Maria Edilaine Ceron Pinto e João Antônio Gambaro, titular e suplente, respectivamente, representantes da Diretoria de Ensino - Região de Piracicaba; Regina Aparecida Salvador Volpato e Ana Maria Patetti, titular e suplente, respectivamente, representantes da Secretaria Municipal da Ação Cultural; Renata Graziela Duarte Gava e Eduardo Ferraioli Ducatti, titular e suplente, respectivamente, representantes do Museu Histórico e Pedagógico "Prudente de Moraes"; Aracy Duarte Ferrari e Antônio Carlos Fusatto, titular e suplente, respectivamente, representantes da Academia Piracicabana de Letras; Vítor Vencovsky, representante do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba; Maria da Glória Silveira Mello e Adele Franço, titular e suplente, respectivamente, representantes da Sociedade Amigos do Museu "Prudente de Moraes"; Saulo Vieira Runho e Carlos Henrique Boso, titular e suplente, respectivamente, representantes do 10º Batalhão de Polícia Militar do Interior; Luiz Fernando Barbosa Ferreira e Wolmer Luiz de O. Santos, titular e suplente, respectivamente, representantes do Tiro de Guerra de Piracicaba; Ricardo Pentead de Abreu Fiore e Luiz Henrique Zago, titular e suplente, respectivamente, representantes da Polícia Civil de Piracicaba; Ronaldo Milani e Sydnei Miguel da Silva Nunes, titular e suplente, respectivamente, representantes da Guarda Civil do Município de Piracicaba; Silmar da Silva Sendin e Alexandre Garcia Vieira, titular e suplente, respectivamente, representantes do Corpo de Bombeiros de Piracicaba; Carina Detoni Franco e Sidney Rodrigues Júnior, titular e suplente, respectivamente, representantes da Secretaria Municipal de Defesa do Meio Ambiente; Danilo Renan Figueiró dos Santos e Maurício Ribeiro de Paula, titular e suplente, respectivamente, representantes da Associação Formar de Assistência Social e Aprendizagem Profissional, para compor a Comissão Municipal para Comemoração de Eventos Cívicos, instituída pela Lei Municipal nº 2.922, de 17 de maio de 1988 e suas alterações.

§ 1º Os integrantes da Comissão ora nomeada não perceberão remuneração a qualquer título, sendo seus trabalhos considerados de relevância para o Município.

§ 2º O mandato dos membros ora nomeados deverá coincidir com o do Prefeito Municipal.

Art. 2º Ficam expressamente revogados os Decretos nº 15.037, de 07 de março de 2013, nº 15.078, de 04 de abril de 2013, nº 15.477, de 17 de janeiro de 2014, nº 15.655, de 03 de junho de 2014, nº 16.095, de 02 de abril de 2015, nº 16.121, de 24 de abril de 2015 e nº 16.772, de 1º de setembro de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 01 de junho de 2017.

BARJAS NEGRI  
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTONIO DE GODOY  
Secretário Municipal de Governo e Desenvolvimento Econômico

MILTON SÉRGIO BISSOLI  
Procurador Geral do Município

Publicado no Diário Oficial do Município de Piracicaba

FRANCISCO APARECIDO RAHAL FARHAT  
Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa

## TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão Presencial nº 94/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento parcelado de acessórios (multimarcas) e peças miúdas para conserto de viaturas da frota da Guarda Civil do Município de Piracicaba com serviço de colocação incluso.

HOMOLOGO o procedimento licitatório acima descrito, a favor da(s) seguinte(s) empresa(s):

EMPRESA(S) LOTE  
Denis Andre Ercolim 01

Piracicaba, 29 de maio de 2017.

Barjas Negri  
Prefeito Municipal

## TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Pregão Presencial nº 103/2017

Objeto: Aquisição de passivos de rede para o Hospital Regional.

HOMOLOGO e ADJUDICO o procedimento licitatório acima descrito, a favor da(s) seguinte(s) empresa(s):

EMPRESA(S) LOTE  
Piralan Comércio e Manutenção de Equipamentos 01, 02, 03 e 04  
de Informática LTDA  
Guimarães e Marques Suprimentos para Informática LTDA 05 e 07  
Lucimara Beckman F. de Oliveira 06

Piracicaba, 29 de maio de 2017.

Barjas Negri  
Prefeito Municipal

## TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Pregão Presencial nº 106/2017

Objeto: Prestação de serviços de manutenção em bicicletas, com fornecimento de peças.

HOMOLOGO e ADJUDICO o procedimento licitatório acima descrito, a favor da(s) seguinte(s) empresa(s):

EMPRESA(S) ITEM  
Rossini Bike Roller LTDA 01

Piracicaba, 29 de maio de 2017.

Barjas Negri  
Prefeito Municipal

## TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Pregão Presencial nº 47/2017

Objeto: Fornecimento e instalação de Sistema de alarme, detectores de fumaça e lâmpadas de emergência no prédio da Biblioteca Pública Municipal "Ricardo Ferraz de Arruda Pinto".

HOMOLOGO e ADJUDICO o procedimento licitatório acima descrito, a favor da(s) seguinte(s) empresa(s):

EMPRESA(S) ITEM  
Projetun Comércio e Prestação de Serviços de Instalações 01  
Elétricas e Hidráulicas Ltda

Piracicaba, 31 de maio de 2017.

Barjas Negri  
Prefeito Municipal

## Piracicaba solidária e cidadã







## SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Departamento de Administração Fazendária

Divisão de Fiscalização

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E LANÇAMENTO N º 75/2017

Pelo presente Edital, ficam convocados o titular, sócio ou representante legal, da empresa relacionada abaixo, para que no prazo de 30 (trinta) dias, compareçam na Divisão de Fiscalização do Departamento de Administração Tributária, para tratar de assuntos relacionados a Notificação de Lançamento, quitação de débitos de Imposto Sobre Serviços – ISS e outros assuntos pertinentes, relacionado ao Processo de Levantamento Específico N°. 167379/2016, que deu origem a todos os procedimentos adotados no presente processo: Notificação de Lançamento nº 71241 e Auto de Infração de Nº 72778 em 29/05/2017.

O não comparecimento em virtude do presente Edital, implicará no lançamento dos referidos débitos em Dívida Ativa, nos termos do Artigo 44, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 224, de 13 de novembro de 2008 (Código Tributário Municipal). O contribuinte poderá impugnar a presente exigência fiscal, independente de prévio depósito, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do edital, mediante defesa escrita e juntando os documentos comprobatórios das razões apresentadas, nos termos do Artigo 446 Lei Complementar nº 224, de 13 de novembro de 2008 (Código Tributário Municipal).

Piracicaba, 29 de maio de 2.017

CONTRIBUINTE:  
PROENÇA MONTAGENS E REFORMAS DE REFRATARIOS LTDA  
RUA ANTONIO FRANCO DE LIMA, Nº 747 – VL. INDUSTRIAL - PIRACICABA  
CEP: 13.412-242 - CPD: 614807 - CNPJ: 10.522.918/0001-54

Departamento de Administração Fazendária

Divisão de Fiscalização

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E LANÇAMENTO Nº 76/2017

Pelo presente Edital, ficam convocados o titular, sócio ou representante legal, da empresa relacionada abaixo, para que no prazo de 30 (trinta) dias, compareçam na Divisão de Fiscalização do Departamento de Administração Fazendária, para tratar de assuntos relacionados ao Processo Administrativo n° 105938/2016 e Processo de Inscrição Municipal n° 31281/1999.

O não comparecimento do presente Edital, implicará no lançamento dos referidos débitos em Dívida Ativa, nos termos do Artigo 44, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 224, de 13 de Novembro de 2008 (Código Tributário Municipal). O contribuinte poderá impugnar a presente exigência fiscal, independente de prévio depósito, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do edital, mediante defesa escrita e juntando os documentos comprobatórios das razões apresentadas, nos termos do Artigo 446 Lei Complementar nº 224, de 13 de Novembro de 2008 (Código Tributário Municipal).

Piracicaba, 29 de maio de 2.017.

CONTRIBUINTE: J.A. DIEHL – ME - END: AV. INDEPENDÊNCIA, 546 – SALA 051 – CENTRO – PIRACICABA/SP - CEP: 13.419-160 - CPD: 559270- CNPJ: 03.456.541/0001-17

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Expediente da Junta Médica Oficial

A Junta Médica Oficial, nomeada pela Portaria nº 3664/13, reunida em 29 de maio de 2017, reconheceu que o evento ocorrido em 06/08/2015, com a servidora NEUSA MARIA GODOI, n.f. 126602, foi classificado como “acidente de trabalho atípico, sem sequelas físicas ou agravos a saúde”.

EXPEDIENTE DO DIA 02 DE JUNHO DE 2017

PORTARIAS ASSINADAS – Barjas Negri, Prefeito do Município de Piracicaba, assinou as seguintes Portarias:

- NOMEANDO com fundamento no artigo 13, inciso II, da Lei Municipal nº 1972/72, a Sra. ELENI DESTRO, RG 20.081.341-9, para exercer em comissão o cargo de DIRETOR TÉCNICO - SETEP, referência 15-A, cargo criado pela Lei Municipal, nº 3125/89, junto a Secretaria Municipal de Educação.

- NOMEANDO com fundamento no artigo 13, inciso II, da Lei Municipal nº 1972/72, o Sr. FELLIPE RIBAS DIAS DOS REIS, RG 28.737.813-5, para exercer em comissão o cargo de DIRETOR DE AEROPORTO, referência 15-A, cargo criado pela Lei Municipal nº 7560/13, junto a Secretaria Municipal de Governo e Desenvolvimento Econômico.

### CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Piracicaba leva ao conhecimento dos interessados, fica convocado(a) o(a) candidato(a) abaixo relacionado(a) classificado(a) no Concurso Público Edital nº 02/2013 para o emprego em regime Estatutário, para comparecer no Departamento de Recursos Humanos, sito a rua Antonio Correa Barbosa, 2233, centro cívico, 7º andar, no dia 08 de junho de 2017, as 09:00 horas, munido(a) de documentos da relação anexa:

Documento Original:  
Antecedente Criminal/se for impresso da internet, trazer cópia de RG autenticado;  
Cópia Legível:  
R.G.- Documento de Identidade;  
Título de Eleitor;  
Comprovante da última eleição;  
CPF – Cadastro de Pessoa Física;  
Certidão de Nascimento ou Casamento;  
Cartão do Pis/Pasep;  
2(duas) fotos 3x4 recentes;  
Carteira de Trabalho (foto e qualificação civil);  
Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho ou Portaria de Exoneração (somente se o cargo ou emprego anterior foi público);  
Certidão de Nascimento dos filhos (menores de 14 anos, se CLT ou menores de 18 anos, se estatutário);  
Curso Superior Completo em Odontologia e registro no CRO – Conselho Regional de Odontologia  
Anuidade paga do conselho de classe, quando exigido no edital de concurso;  
Comprovante de situação de cadastro de CPF junto ao site: receita.fazenda.gov.br;  
Ensino Médio Completo;  
Certificado de Reservista;  
Comprovante de residencia

Cirurgião Dentista- 20 horas semanais:

Classificação 7º Nome: Claudia Oliveira Soares Alves dos Santos

O não comparecimento no dia e horário estipulados será considerado como desistência do(a) convocado(a).

Piracicaba, 31 de maio de 2017

Erotides Gil Bosshard  
Secretário Municipal de Administração

### CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Piracicaba leva ao conhecimento dos interessados, ficam convocados(as) os(as) candidatos(as) abaixo relacionados(as) classificados(as) no Concurso Público (edital nº 02/2016), em Regime CLT, fica(m) convocada(s) para comparecer(em) no Departamento de Recursos Humanos, sito a rua Antonio Correa Barbosa, 2233, centro cívico, 7º andar no dia 08 de junho de 2017, as 09:30 horas, munidos(as) de documentos da relação anexa:

Documento Original:  
Antecedente Criminal/se for impresso da internet, trazer cópia autenticada de RG;  
Carteira de Trabalho;  
Cópia Legível:  
R.G.- Documento de Identidade;  
Título de Eleitor;  
Comprovante da última eleição;  
CPF – Cadastro de Pessoa Física;  
Certidão de Nascimento ou Casamento;  
Cartão do Pis/Pasep;  
2(duas) fotos 3x4 recentes;  
Carteira de Trabalho (foto e qualificação civil);  
Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho ou Portaria de Exoneração (somente se o cargo ou emprego anterior foi público);  
Certidão de Nascimento dos filhos (menores de 14 anos, se CLT ou menores de 18 anos, se estatutário);  
Diploma/Histórico;  
Comprovante de residência;  
Anuidade paga do conselho de classe, quando exigido no edital de concurso;  
Comprovante de situação de cadastro de CPF junto ao site: receita.fazenda.gov.br;  
Ensino Fundamental Completo e Carteira Nacional de Habilitação “Categoria D” ou superior;  
Certificado de Reservista;  
Comprovante de residencia

Motorista:

Classificação 9º Nome Jose Claudio Begnossi

O não comparecimento no dia e horário estipulados será considerado como desistência do(a) convocado(a).

Piracicaba, 01 de junho de 2017.

Erotides Gil Bosshard  
Secretário Municipal de Administração

### CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 007/2017

Ficam CONVOCADOS os candidatos aprovados e classificados abaixo relacionados, nos termos do item 9.1.1, do Edital completo do Concurso Público nº 07/2017 para a apresentação de documentos a fim de comprovar a residência na área da comunidade, condição esta, indispensável para a realização do Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada aos Agentes Comunitários de Saúde. Para comprovar que reside na área da comunidade em que se inscreveu desde a publicação deste Edital, o candidato deverá apresentar UM ENVELOPE LACRADO CONTENDO os seguintes documentos:

1- COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA (contas de água, energia, gás encanado, telefone, etc.) em seu próprio nome, com data anterior à data de publicação do Edital do Concurso Público, ou seja, anterior a 15/03/2017, no qual conste, obrigatoriamente, o CEP - Código de Endereçamento Postal da residência. No caso de residir com ascendentes (pai, mãe, avós) ou descendentes (filhos ou netos) até o 2º grau, poderá apresentar comprovante de residência em nome deles, desde que acompanhado de certidão de nascimento que comprovem tal parentesco. No caso de cônjuge, deverá também ser apresentada a comprovação da união, através de certidão de casamento ou declaração estável.

2- DECLARAÇÃO preenchida e assinada por no mínimo 03 (três) representantes da Comissão Local de Saúde e, na falta desse, pela Associação de Moradores e ou Centro Comunitário.

Os documentos pertinentes a comprovação da residência na respectiva área da comunidade, deverão ser apresentados pelo próprio candidato nos dias 12, 14 E 16 DE JUNHO DE 2017, das 08h00 às 17h00, na unidade do PSF conforme indicado nos quadros abaixo:

DATAS: DIAS 12, 14 E 16 DE JUNHO DE 2017

HORÁRIO: 8H00 ÀS 17H00

LOCAL: PSF JARDIM PRIMAVERA

ENDEREÇO: RUA CECÍLIO ELIAS, S/Nº - PIRACICABA/SP

### AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PSF JARDIM PRIMAVERA

CLASS.....	NOTA .....	NOME .....	INSCR .....	ÁREA DA COMUNIDADE .....	DT. NASC. ....	DOCUMENTO .....
1º .....	70,00 .....	JASMINE ROSA MORAL .....	20045 .....	ACS - PSF JARDIM PRIMAVERA .....	12/05/1994 .....	420802861 .....
2º .....	68,00 .....	SEILA VERONEZZI .....	20062 .....	ACS - PSF JARDIM PRIMAVERA .....	29/04/1984 .....	407754301 .....
3º .....	66,00 .....	LARISSA ADELINI FERREIRA .....	20727 .....	ACS - PSF JARDIM PRIMAVERA .....	25/04/1999 .....	567735369 .....
4º .....	60,00 .....	ROSANA EURIDES FERRAZ .....	20104 .....	ACS - PSF JARDIM PRIMAVERA .....	19/09/1978 .....	325723679 .....
5º .....	60,00 .....	MAYARA GRANATO .....	20657 .....	ACS - PSF JARDIM PRIMAVERA .....	06/09/1989 .....	469114939 .....
6º .....	60,00 .....	PATRICIA ALVES DE MORAES ALMEIDA .....	20640 .....	ACS - PSF JARDIM PRIMAVERA .....	05/05/1993 .....	488369149 .....
7º .....	58,00 .....	JOSE BARBOSA LEAL NETO .....	20549 .....	ACS - PSF JARDIM PRIMAVERA .....	29/07/1990 .....	582323745 .....
8º .....	58,00 .....	MICHELE SANTOS FARIAS .....	20784 .....	ACS - PSF JARDIM PRIMAVERA .....	09/04/1989 .....	461559110 .....
9º .....	58,00 .....	GABRIEL RIBEIRO DOS SANTOS .....	20422 .....	ACS - PSF JARDIM PRIMAVERA .....	19/10/1998 .....	50465813X .....
10º .....	56,00 .....	CILEIA COSTA .....	20395 .....	ACS - PSF JARDIM PRIMAVERA .....	11/05/1984 .....	424609381 .....
11º .....	56,00 .....	SANDRA APARECIDA SALVATO VIEIRA .....	20293 .....	ACS - PSF JARDIM PRIMAVERA .....	05/11/1995 .....	19571636X .....
12º .....	54,00 .....	BRUNO TOLEDO PIZA DE SOUSA .....	20043 .....	ACS - PSF JARDIM PRIMAVERA .....	04/04/1995 .....	45780578x .....
13º .....	52,00 .....	MICHELLE CRISTINA TORREZAN PREVIDE .....	20397 .....	ACS - PSF JARDIM PRIMAVERA .....	06/03/1987 .....	346403959 .....
14º .....	52,00 .....	MARIA DA CONCEICAO N. DA SILVA – Afrodescendente .....	20842 .....	ACS - PSF JARDIM PRIMAVERA .....	07/12/1974 .....	258559792 .....
15º .....	52,00 .....	MARIANE AMBROSANO LOPES .....	20087 .....	ACS - PSF JARDIM PRIMAVERA .....	05/11/1998 .....	560147375 .....
16º .....	52,00 .....	NADJA MARIA DE OLIVEIRA .....	20529 .....	ACS - PSF JARDIM PRIMAVERA .....	15/11/1963 .....	157810495 .....
17º .....	52,00 .....	DANIELA CARINA DESUO .....	20493 .....	ACS - PSF JARDIM PRIMAVERA .....	23/12/1968 .....	181303243 .....
18º .....	50,00 .....	FABIO ALEXANDRE SAMPRONI .....	20869 .....	ACS - PSF JARDIM PRIMAVERA .....	27/02/1974 .....	255432331 .....
19º .....	50,00 .....	ALESSANDRA MARA A. MOREIRA Afrodescendente .....	20205 .....	ACS - PSF JARDIM PRIMAVERA .....	06/11/1981 .....	34035107 .....
20º .....	50,00 .....	TANIA APARECIDA LOPES .....	20712 .....	ACS - PSF JARDIM PRIMAVERA .....	31/08/1972 .....	273648287 .....
21º .....	50,00 .....	ERICA BROSIO DE DEUS .....	20403 .....	ACS - PSF JARDIM PRIMAVERA .....	14/10/1984 .....	434654929 .....
22º .....	50,00 .....	GRAZIELA APARECIDA B. DA SILVA .....	20370 .....	ACS - PSF JARDIM PRIMAVERA .....	24/10/1973 .....	243221332 .....





OBJETIVO: ENTREGA DO COMPROVANTE DE ENDEREÇO  
DATAS: DIAS 12, 14 E 16 DE JUNHO DE 2017  
HORÁRIO: 8H00 ÀS 17H00  
LOCAL: PSF PARQUE ORLANDA  
ENDEREÇO: TRAV. SYLVIO BRUZANTIM,53 - PIRACICABA/SP

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PSF PARQUE ORLANDA

CLASS. NOTA. NOME.....	INSCR. ÁREA DA COMUNIDADE .....	DT. NASC.....	DOC
1º ..... 66,00 ..NICOLE MACHADO ALIBERTI.....	20512 ..ACS - PSF PARQUE ORLANDA. 10/02/1994 .....	440133336	
2º ..... 64,00 ..MARIA HELENA FEITOSA QUIRINO MARTIN .....	20280 ..ACS - PSF PARQUE ORLANDA. 22/05/1985 .....	413314030	
3º ..... 64,00 ..CHARLES ROSSATTE .....	20270 ..ACS - PSF PARQUE ORLANDA. 27/06/1983 .....	409589688	
4º ..... 60,00 ..ERICK FABRICIO PACHECO .....	20611 ..ACS - PSF PARQUE ORLANDA. 24/11/1985 .....	591249364	
5º ..... 60,00 ..MARIA SINEIDE ALVES .....	20078 ..ACS - PSF PARQUE ORLANDA. 12/03/1971 .....	537194976	
6º ..... 60,00 ..LETICIA DIAS SOUSA .....	20636 ..ACS - PSF PARQUE ORLANDA. 26/03/1987 .....	622519529	
7º ..... 58,00 ..ELZAIR DE FREITAS MELONI .....	20921 ..ACS - PSF PARQUE ORLANDA. 23/12/1974 .....	252241642	
8º ..... 58,00 ..TALITA FERNANDA CORREIA LIMA .....	20519 ..ACS - PSF PARQUE ORLANDA. 03/05/1986 .....	434286643	
9º ..... 58,00 ..DENILSON DOS SANTOS OLIVEIRA - Afro.....	20468 ..ACS - PSF PARQUE ORLANDA. 21/04/1999 .....	561876204	
10º ..... 58,00 ..MONICA CRISTINA BOLDRIN DE BARROS .....	20719 ..ACS - PSF PARQUE ORLANDA. 07/05/1985 .....	434655090	
11º ..... 58,00 ..MARIELE GIANE C. MARTINS .....	20031 ..ACS - PSF PARQUE ORLANDA. 16/01/1989 .....	449633767	
12º ..... 56,00 ..MARLY SILVA DE FREITAS .....	20907 ..ACS - PSF PARQUE ORLANDA. 31/07/1972 .....	277154467	
13º ..... 56,00 ..LIRIA MARIA ROSA TEIXEIRA .....	20007 ..ACS - PSF PARQUE ORLANDA. 12/09/1988 .....	1643766	
14º ..... 56,00 ..SALES HENRIQUE DOS SANTOS .....	20879 ..ACS - PSF PARQUE ORLANDA. 03/09/1985 .....	1519060	
15º ..... 56,00 ..VERA LUCIA CARDOSO BIADOLA.....	20257 ..ACS - PSF PARQUE ORLANDA. 24/12/1976 .....	53341045	
16º ..... 56,00 ..ELIANA MENDES ANTUNES .....	20722 ..ACS - PSF PARQUE ORLANDA. 13/04/1986 .....	576554534	
17º ..... 56,00 ..FRANCIELE APARECIDA B. ALVES - Afro.....	20131 ..ACS - PSF PARQUE ORLANDA. 21/01/1997 .....	583174644	
18º ..... 56,00 ..JOSE ALEXANDRE ROCHA BARBOSA .....	20339 ..ACS - PSF PARQUE ORLANDA. 25/05/1983 .....	407482386	
19º ..... 56,00 ..LETICIA DE ANDRADE PEREIRA .....	20858 ..ACS - PSF PARQUE ORLANDA. 29/06/1997 .....	MG20406816	
20º ..... 54,00 ..JOICE RAQUELIANE B. GONCALVES .....	20347 ..ACS - PSF PARQUE ORLANDA. 15/12/1994 .....	41721849	
21º ..... 54,00 ..ANA PAULA MARTELO .....	20219 ..ACS - PSF PARQUE ORLANDA. 09/08/1980 .....	323920160	
22º ..... 54,00 ..SABRINA RODRIGUES COUTINHO - Afrodescendente.....	20269 ..ACS - PSF PARQUE ORLANDA. 27/09/1994 .....	414743684	
23º ..... 54,00 ..LUANA REGINA DE VILAS BOAS CORREA.....	20239 ..ACS - PSF PARQUE ORLANDA. 17/06/1992 .....	440952165	
24º ..... 54,00 ..NOEME ALMEIDA DE OLIVEIRA - Afrodescendente .....	20830 ..ACS - PSF PARQUE ORLANDA. 27/08/1981 .....	302965774	
25º ..... 52,00 ..ADILIA VIRTUDE TORRES - Afrodescendente .....	20702 ..ACS - PSF PARQUE ORLANDA. 02/01/1965 .....	M4532555	
26º ..... 52,00 ..WILLIANE KASSIA DA CRUZ BATISTA BIANO.....	20550 ..ACS - PSF PARQUE ORLANDA. 14/09/1986 .....	546708651	
27º ..... 52,00 ..ALANIA MATEUS FURTUNATO - Afrodescendente .....	20551 ..ACS - PSF PARQUE ORLANDA. 25/05/1982 .....	564626077	
28º ..... 52,00 ..PAULO CESAR MEDINA .....	20694 ..ACS - PSF PARQUE ORLANDA. 23/07/1984 .....	411491325	
29º ..... 50,00 ..DAYANE VIEIRA FEITOSA .....	20916 ..ACS - PSF PARQUE ORLANDA. 10/02/1992 .....	479733697	
30º ..... 50,00 ..CAROLINE STOCO .....	20244 ..ACS - PSF PARQUE ORLANDA. 27/03/1995 .....	443164782	
31º ..... 50,00 ..DANIEL FONSECA COUTINHO - Afrodescendente .....	20449 ..ACS - PSF PARQUE ORLANDA. 05/07/1985 .....	444053025	
32º ..... 50,00 ..ANDRESSA CRISTINA RISSAITO GRIGOLON .....	20388 ..ACS - PSF PARQUE ORLANDA. 29/10/1976 .....	276338935	

DATAS: DIAS 12, 14 E 16 DE JUNHO DE 2017  
HORÁRIO: 8H00 ÀS 17H00  
LOCAL: PSF SANTA RITA  
ENDEREÇO: RUA JOAQUIM JOSÉ DA SILVA, 67 - PIRACICABA/SP

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PSF SANTA RITA AVENCAS

CLASS. NOTA. NOME.....	INSCR. ÁREA DA COMUNIDADE .....	DT. NASC.....	DOC
1º ..... 70,00 ..LETICIA STOCO HILARIO .....	20006 ..ACS - PSF STA RITA AVENCAS.. 18/09/1988 .....	449573734	
2º ..... 68,00 ..CLAUDIA PEREIRA DA SILVA MACIEL .....	20748 ..ACS - PSF STA RITA AVENCAS.. 24/10/1974 .....	247912700	
3º ..... 64,00 ..SIRLAINY GASPARD DE OLIVEIRA MACHADO.....	20063 ..ACS - PSF STA RITA AVENCAS.. 16/05/1984 .....	56642288	
4º ..... 64,00 ..RAFAELA DELIBERALI DA SILVA .....	20295 ..ACS - PSF STA RITA AVENCAS.. 20/11/1990 .....	471195522	
5º ..... 60,00 ..SUZIDALLY SIQUEIRA PIMENTEL LUCIANO .....	20095 ..ACS - PSF STA RITA AVENCAS.. 23/04/1979 .....	50227539X	
6º ..... 60,00 ..ADRIANO JOSE DA CRUZ .....	20726 ..ACS - PSF STA RITA AVENCAS.. 24/09/1976 .....	29002707x	
7º ..... 60,00 ..ELISA DOS REIS ARAUJO - Afro .....	20754 ..ACS - PSF STA RITA AVENCAS.. 04/10/1985 .....	408820238	
8º ..... 58,00 ..DIANA LUANA GARCIA LEITE .....	20764 ..ACS - PSF STA RITA AVENCAS.. 27/03/1980 .....	321772246	
9º ..... 58,00 ..IVAN FELIPPE BATISTA .....	20119 ..ACS - PSF STA RITA AVENCAS.. 01/12/1986 .....	400842130	
10º ..... 56,00 ..JUCIENE CAMILA FERNANDES - Afro.....	20891 ..ACS - PSF STA RITA AVENCAS.. 17/07/1989 .....	45000613x	
11º ..... 56,00 ..CRISTIANE PEREIRA GOMES HOTOPS .....	20012 ..ACS - PSF STA RITA AVENCAS.. 04/12/1985 .....	408820202	
12º ..... 54,00 ..LEILA RAIMUNDO FERREIRA BONFATI - Afro.....	20850 ..ACS - PSF STA RITA AVENCAS.. 04/01/1969 .....	202486357	
13º ..... 54,00 ..MARINALDA MARRETTO HELMEISTER.....	20689 ..ACS - PSF STA RITA AVENCAS.. 11/01/1970 .....	19133771	
14º ..... 54,00 ..MARIA ROSIANY VIEIRA SILVA .....	20305 ..ACS - PSF STA RITA AVENCAS.. 11/07/1987 .....	596953288	
15º ..... 52,00 ..JUSSARA PINTO DO AMARAL - Afro.....	20752 ..ACS - PSF STA RITA AVENCAS.. 10/09/1985 .....	40881312X	
16º ..... 52,00 ..RAQUEL DELIBERALI MEDEIROS .....	20287 ..ACS - PSF STA RITA AVENCAS.. 05/07/1988 .....	412055697	
17º ..... 52,00 ..ROSEMEIRE CRISTINA DEFANTE SILVA .....	20448 ..ACS - PSF STA RITA AVENCAS.. 14/01/1980 .....	286755968	
18º ..... 50,00 ..ANA CAROLINE DA SILVA .....	20824 ..ACS - PSF STA RITA AVENCAS.. 19/02/1992 .....	479327622	

DATAS: DIAS 12, 14 E 16 DE JUNHO DE 2017  
HORÁRIO: 8H00 ÀS 17H00  
LOCAL: PSF CECAP  
ENDEREÇO: ALAMEDA MELVIN JONES, 55 - PIRACICABA/SP

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – PSF CECAP, ELDORADO I E II

CLASS. NOTA. NOME.....	INSCR. ÁREA DA COMUNIDADE.....	DT. NASC.....	DOC
1º ..... 66,00 ..JULIANA BARROS MARIANO .....	20516... ACS-PSF CECAP, ELDORADO I E II.. 30/03/1989 ....	531641537	
2º ..... 66,00 ..CLICIA GIZELLE MENDES REIS .....	20846... ACS-PSF CECAP, ELDORADO I E II.. 06/08/1988 ....	539079029	
3º ..... 66,00 ..SILMARA MARIA POMPERMAYER SANTOS .....	20819... ACS-PSF CECAP, ELDORADO I E II.. 15/11/1979 ....	324368963	
4º ..... 64,00 ..DANIELA CRISTINA LOPES JULIO .....	20654... ACS-PSF CECAP, ELDORADO I E II.. 29/07/1976 ....	26448910x	
5º ..... 60,00 ..VITORIA CAROLINE DA SILVA LIMA .....	20716... ACS-PSF CECAP, ELDORADO I E II.. 12/07/1999 ....	534379618	
6º ..... 58,00 ..ADRIANE DE FATIMA MULLER BARTALINI .....	20070... ACS-PSF CECAP, ELDORADO I E II.. 22/02/1980 ....	333185602	
7º ..... 58,00 ..EDI DE OLIVEIRA .....	20903... ACS-PSF CECAP, ELDORADO I E II.. 03/01/1958 ....	232904534	
8º ..... 58,00 ..THIAGO MUNHOZ MARQUES .....	20740... ACS-PSF CECAP, ELDORADO I E II.. 27/04/1989 ....	44952649	
9º ..... 58,00 ..DENISE APARECIDA SVENSSON RAMOS .....	20557... ACS-PSF CECAP, ELDORADO I E II.. 26/09/1965 ....	175713297	
10º ..... 56,00 ..ANA PAULA IGNACIO DE BRITO .....	20411... ACS-PSF CECAP, ELDORADO I E II.. 03/08/1981 ....	338393444	
11º ..... 56,00 ..ALINE CARDOSO DOS SANTOS - Afrodescendente.....	20913... ACS-PSF CECAP, ELDORADO I E II.. 21/06/1987 ....	452720400	
12º ..... 54,00 ..ANA PAULA TEIXEIRA M. M. DA SILVA - Afrodescendente.....	20892... ACS-PSF CECAP, ELDORADO I E II.. 09/07/1992 ....	482633116	
13º ..... 54,00 ..JOSICLEIDE DE SOUSA ALMEIDA ALVES .....	20362... ACS-PSF CECAP, ELDORADO I E II.. 18/03/1978 ....	286758052	
14º ..... 54,00 ..JULIANA FREIRE ANDRADE .....	20627... ACS-PSF CECAP, ELDORADO I E II.. 26/09/1981 ....	256602712	
15º ..... 54,00 ..PRISCILA MARIA FRASSETO BENATO PIMENTEL.....	20651... ACS-PSF CECAP, ELDORADO I E II.. 12/02/1985 ....	400021511	
16º ..... 52,00 ..LUCIANA APARECIDA Z. DA SILVA - Afrodescendente .....	20616... ACS-PSF CECAP, ELDORADO I E II.. 12/07/1990 ....	471753324	
17º ..... 52,00 ..SUELY MENDES DOS SANTOS - Afrodescendente .....	20848... ACS-PSF CECAP, ELDORADO I E II.. 09/10/1966 ....	414005937	
18º ..... 52,00 ..LEANDRO DORIZOTTO GUERRERO .....	20808... ACS-PSF CECAP, ELDORADO I E II.. 04/05/1986 ....	422922882	
19º ..... 50,00 ..MARIA JOSE CARDOSO .....	20676... ACS-PSF CECAP, ELDORADO I E II.. 03/05/1947 ....	157796206	
20º ..... 50,00 ..FABIANA MARINA REDI .....	20273... ACS-PSF CECAP, ELDORADO I E II.. 22/07/1983 ....	328288044	
21º ..... 50,00 ..EDNEY SANTOS DE ARAGAO - Afrodescendente.....	20847... ACS-PSF CECAP, ELDORADO I E II.. 14/02/1996 ....	475349015	
22º ..... 50,00 ..NICOLE GABRIELA ANSEIM ARAUJO .....	20771... ACS-PSF CECAP, ELDORADO I E II.. 27/12/1997 ....	391833145	
23º ..... 50,00 ..PEDRO JHONATHAN DAL POZZO .....	20820... ACS-PSF CECAP, ELDORADO I E II.. 16/12/1987 ....	426825214	

DATAS: DIAS 12, 14 E 16 DE JUNHO DE 2017  
HORÁRIO: 8H00 ÀS 17H00  
LOCAL: PSF PAINEIRAS  
ENDEREÇO: RUA ELOY COSTA FILHO, 135- PIRACICABA/SP

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – PSF PAINEIRAS

CLASS. NOTA. NOME.....	INSCR. ÁREA DA COMUNIDADE .....	DT. NASC.....	DOCUMENTO
1º ..... 74,00 ..ADRIANA APARECIDA LIBERATO CORRER .....	20684 ..ACS - PSF PAINEIRAS.....	05/06/1973 .....	232901752
2º ..... 64,00 ..SIMONE DA COSTA AZEVEDO.....	20151 ..ACS - PSF PAINEIRAS.....	19/09/1990 .....	471766082
3º ..... 58,00 ..FABIO RIBEIRO VIEIRA - Afrodescendente .....	20670 ..ACS - PSF PAINEIRAS.....	02/03/1993 .....	2016053330
4º ..... 54,00 ..IRACEMA XAVIER DE SOUZA FREITAS .....	20532 ..ACS - PSF PAINEIRAS.....	09/03/1975 .....	282144572
5º ..... 52,00 ..ADRIANA MARQUES DOS SANTOS .....	20018 ..ACS - PSF PAINEIRAS.....	06/02/1978 .....	291754417

DATAS: DIAS 12, 14 E 16 DE JUNHO DE 2017  
HORÁRIO: 8H00 ÀS 17H00  
LOCAL: PSF SAÚDE EM CAMPO – MONTE ALEGRE  
ENDEREÇO: VIA COMENDADOR PEDRO MORGANTE, 155 - PIRACICABA/SP

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – PSF SAÚDE EM CAMPO MONTE ALEGRE

CLASS. NOTA. NOME .....	INSCR. ....	ÁREA DA COMUNIDADE.....	DT. NASC.....	DOC
1º ..... 58,00 ..SARAH SILVA LEITE .....	20875 .....	ACS - PSF SAÚDE EM CAMPO MONTE ALEGRE.....	30/04/1997 .....	557398022

Não haverá segunda chamada para entrega dos documentos, qualquer que seja o motivo de impedimento do candidato que não entregou as cópias dos documentos nos dias, locais e horários acima determinados.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Piracicaba/SP, 02 de junho de 2017.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA/SP



Prefeitura do Município de Piracicaba  
Secretaria Municipal de Saúde  
Estado de São Paulo - Brasil

DECLARAÇÃO

A Comissão Local de Saúde do Bairro \_\_\_\_\_, **DECLARA**  
para fins de contratação para o emprego de ACS – Agente Comunitário de Saúde, que o  
candidato(a) \_\_\_\_\_ para a Unidade de  
Saúde da Família \_\_\_\_\_ é morador(a) até a data de  
\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, no endereço \_\_\_\_\_ (Rua/Avenida/Travessa) :  
\_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_.

NOME	ASSINATURA	Nº R.G.

Obs. O candidato à vaga, deverá trazer esta declaração assinada pelos membros da Comissão Local de Saúde, no dia da convocação, juntamente com os demais documentos solicitados.

(Preenchimento pela Coordenação do Programa Saúde da Família)  
**Ao**  
**Núcleo de Apoio Administrativo**

Conforme declarado acima, informamos que o endereço especificado pelo(a) referido(a) candidato(a) pertence a área de abrangência da Unidade de Saúde da Família, em conformidade com os requisitos exigidos no edital.

Piracicaba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Coordenação do PSF  
(carimbo e assinatura)

CENTRO CÍVICO  
Rua Antonio Corrêa Barbosa, 2.233 – 8º Andar - CEP: 13-400-900  
Tel: (19) 3403-1210

Diário Oficial na internet  
acesse:  
www.piracicaba.sp.gov.br





COMUNICADO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 84/2017  
Registro de preços para fornecimento parcelado e instalação de portas e batentes, com fornecimento de materiais.

A Pregoeira comunica que após análise das propostas apresentadas e parecer da Unidade Requisitante ao referido Pregão, tendo como participantes as empresas: MARC SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA ME, INTERA COMERCIAL LTDA., JOÃO EXPEDITO DE SOUSA - ME., J.C. BARBIERI & CIA LTDA., MB MONTAGENS INDUSTRIAIS DE PIRACICABA LTDA. e CARRONE & CARRONE LTDA., DELIBEROU por DESCLASSIFICAR a proposta da empresa MARC SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA ME por não apresentar catálogo e CLASSIFICAR as demais.

Após disputa, negociação, análise das documentações apresentadas e parecer da Unidade Requisitante, DELIBEROU por HABILITAR e APROVAR o item 01 para a empresa MB MONTAGENS INDUSTRIAIS DE PIRACICABA LTDA. e os itens 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 09 para a empresa CARRONE & CARRONE LTDA.

Publique-se e aguarde-se o prazo recursal de 03 (três) dias úteis conforme determina a Lei Federal nº 10.520/02. Após encaminhe-se à Autoridade Superior para HOMOLOGAÇÃO e ADJUDICAÇÃO.

Piracicaba, 02 de junho de 2017.

Maria Angelina Chiquito Alanis  
Pregoeira

COMUNICADO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2017  
Prestação de serviços de limpeza para eventos.

A Pregoeira comunica que após análise das propostas apresentadas ao referido Pregão, tendo como participantes as empresas: MARC SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA ME, STAFF LUXE EIRELI EPP, EXON EVENTOS EIRELI, IMPACTO PRESTAÇÕES DE SERV. LTDA, ACTION PS SERVIÇO DE LIMPEZA E SOL, DELIBEROU por CLASSIFICÁ-LAS.

Após disputa, negociação e análise das documentações apresentadas, DELIBEROU por APROVAR e HABILITAR o lote 01 para a empresa EXON EVENTOS EIRELI.

Publique-se e encaminhe-se à Autoridade Superior para ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO.

Piracicaba, 02 de junho de 2017.

Karolina Figueiredo Ferreira  
Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO nº 115/2017  
OBJETO: Aquisição de material contra incêndio.  
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 20/06/2017, às 08h00.  
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 20/06/2017, às 09h00.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico <http://www.licitapira.piracicaba.sp.gov.br>. Fone (19) 3403-1020. Fax (19) 3403-1024.

Piracicaba, 02 de junho de 2017.

Maria Angelina Chiquito Alanis  
Departamento de Material e Patrimônio  
Diretora

## SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E RENDA

Interessado: SOLANGE G. AP. NICOLAI  
Processo: 14807/2017  
Assunto: Comércio Ambulante

Solicitamos o seu comparecimento nesta Secretaria, situada à Rua Monsenhor Manoel Francisco Rosa, 900 – Centro, no prazo de 10 (DEZ) dias a contar do recebimento desta, para tratar de assunto relacionado à solicitação de um Ponto Fixo junto à Praça Imaculada Conceição.

Informamos que o não comparecimento implicará no cancelamento do processo, bem como exclusão da lista de espera.

Favor comparecer munido dos seguintes documentos:

Foto equipamento utilizado para comercializar os produtos;  
Carteira Profissional;  
Atestado médico, onde deverá constar  
“APTO PARA MANIPULAR ALIMENTOS”;

Atenciosamente,

IVANIÁRA B. AVANCINI  
Chefe do Setor de Economia Informal

## SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 242/2017

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2017

PROCESSO Nº 186.072/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento parcelado de materiais de proteção de segurança

PREÇO REGISTRADO

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
4	100	Unid.	Óculos de proteção utilizado para fotopolimerização, constituído de hastes e lentes de policarbonato, anti-embaçante e de cor laranja, resistentes a impactos e a choques físicos de sólido e líquido, com tratamento anti risco e arranhões, com proteção contra raios UVA e UVB, com hastes tipo espátula, com visor curvo com proteção lateral e visão periféricas. Modelo anatômico de uso confortável que se ajusta a qualquer rosto, aprovado e testado pela Norma ANSI Z.87. 1/1989.	R\$ 30,95	R\$ 3.095,00

Item 04 - Seclife Comércio e Manutenção LTDA. ME.

## SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 83/2017

Registro de Preço- Forn. de materiais de processamento de dados

HOMOLOGO o procedimento licitatório acima descrito, a favor da(s) seguinte(s) empresa(s):

EMPRESA(S)	ITEM
Filipe Bueno Hoog -ME	01, 02, 03, 06, 07 e 08
GAMA-Comercio de equipamentos para Informática LTDA-ME	04
ORIANI Tecnologia em Informática EIRELE-ME	05

Piracicaba, 02 de junho de 2017.

Dr. Pedro Antônio de Mello  
Secretário Municipal de Saúde

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 238/2017

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2017

PROCESSO Nº 20.789/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de medicamentos

PREÇO REGISTRADO

Item	Quantidade	Unidade	Descritivo	Preço Unitário	Preço Total
6	1500	EMB	GLICERINA, SOLUÇÃO 12% em frasco ou bolsa de 500ml.	R\$ 3,40	R\$ 5.100,00

Item 06 – TRM Comercial de Medicamentos Ltda.

## SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES

INFORME

A SEMUTTRAN – Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes informa as tramitações realizadas no período de 02 de Maio de 2.017, até a presente data, em relação a classe dos taxistas do Município de Piracicaba.

CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO MOT. AUXILIAR  
Proc. Nº 15.190/2.017 – Rafael Rochelle Fornasari  
Proc. Nº 187.836/2.016 – Donizete Jose da Silva  
Proc. Nº 91.673/2.016 - Gidio Fialho de Jesus

CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO CONDUTOR ESCOLAR  
Proc. Nº 22.530/2.016 – Hanna Sesso Consolmagno

CASSAÇÃO DE INSCRIÇÃO DE PERMISSIONÁRIO – TAXI  
Proc. Nº 154.662/2.014 – Camila Nocetti Alencar  
Proc. Nº 188.488/2.014 – Adelmo Pereira dos Santos

INSCRIÇÃO DE MOTORISTA AUXILIAR AUTÔNOMO  
Proc. Nº 68.244/2.017 – Marcio Fernando Correa  
Proc. Nº 68.637/2.017 – Fabio Roberto Montrazi  
Proc. Nº 74.076/2.017 – Camila Ramos Vital da Silva  
Proc. Nº 80.005/2.017 – Kellen Lucila dos Santos  
Proc. Nº 80.188/2.017 - Gabriel Aharon de M. Santos  
Proc. Nº 80.859/2.017 – Guilherme Blanc Martini

INSCRIÇÃO DE MOT. AUTONOMO PERMISSIONÁRIO - MEI  
Proc. Nº 52.538/2.017 – Paulo Todesco

INSCRIÇÃO DE CONDUTOR ESCOLAR – M.E.I.  
Proc. Nº 74.330 /2.017 – Hanna Sesso Consolmagno

INSCRIÇÃO DE CONDUTOR ESCOLAR  
Proc. Nº 67.302/2.017 – Edirlei Antonio Vitti  
Proc. Nº 45.877/2.017 - Valeria Pereira Oliveira dos Santos

TRANSFERÊNCIA DE PERMISSÃO DE PONTO DE TAXI  
Proc. Nº 68.017/2.017 – Sara Lorente Lopes da Silva  
Proc. Nº 22.722/2.017 – Flavia Helena Volpato

PERMUTA DE PERMISSÃO DE PONTO DE TÁXI  
Proc. Nº 11.216/2.006 – Rudnei José Vacchi  
Proc. Nº 30.737/1.999 – Marcos Aparecido Peron

Piracicaba, 01 de Junho de 2.017.

Antonio Fernando Silveira Mello  
Vistorias Especiais

Jorge Akira Kobayaski  
Secretario M. De Trânsito e Transportes.





## SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Expediente do dia 31 de Maio de 2017.

ALVARÁ DE EVENTOS: 67.412/17 Mauro Luis Silva Barros, 66.933/17 Associação dos Logistas Shopping Center Piracicaba, 75.568/17 G.B. De Vasconcellos Organização de Feiras ME, 197.575/16 Parque de Diversões Stefani Ltda – ME, 78.483/17 Matheus Esteves de Souza, 80.176/17 Laisa Felix dos Santos C.P. Produções e Eventos Me, 82.375/17 Laisa Felix dos Santos C.P. Produções e Eventos Me, 76.482/17 Cervejaria Bazzo Ltda, EXPEDIDO

ALVARÁ DE LICENÇA PARA DESCAUCIONAMENTO: 67.516/13 Villa Bela Vista Empreendimentos Imobiliários S/A , EXPEDIDO

REGISTRO PROFISSIONAL: 74.357/17 Ernesto Sizuo Yano, 67.380/17 Paulo Antonio Rodrigues Santos, 67.600/17 Ernesto Sizuo Yano, 67.379/17 Caio Alcyr de Carvalho Silva, 64.378/17 Caio Alcyr de Carvalho Silva, 67.376/17 Paulo Antonio Rodrigues Santos, 67.875/17 Rosemary Gallo FAE, 67.873/17 Rosemary Gallo FAE, 77.611/17 Vanessa Cristina Ribeiro AUTORIZADO.

AUTO DE INFRAÇÃO: Nº 10771 Osni Porta, protocolo nº 8909/17 conforme o disposto no inciso I do artigo 180 da Lei nº 206/07.

Nº 12822 CBE – Construtora e Empr. Imob. Ltda, protocolo nº 23.945/17 conforme o disposto no inciso I e II do artigo 180 da Lei nº 206/07.

Nº 12637 Roberto Cesar de Gaspari, protocolo nº 49.110/17 conforme o disposto no inciso I do artigo 178 da Lei nº 206/07.

Nº 12823 Osvaldo dos Reis Cordeiro, protocolo nº 72.899/17 conforme o disposto no inciso I do artigo 178 da Lei nº 206/07.

Nº 12768 Miriam Cristina Bragion Bertoloti, protocolo nº 67.465/13 conforme o disposto no inciso VIII do artigo 178 da Lei nº 206/07.

Nº 12769 Antonio João Severino, protocolo nº 68.758/13 conforme o disposto no inciso VIII do artigo 178 da Lei nº 206/07.

Nº 12765 Stefania Fraletti Ricci, protocolo nº 113.887/13 conforme o disposto no inciso XII do artigo 178 da Lei nº 206/07.

Nº 12766 Stefania Fraletti Ricci, protocolo nº 113.887/13 conforme o disposto no inciso II do artigo 178 da Lei nº 206/07.

Nº 10772 Marco Antonio Rodrigues Rualdes, protocolo nº 67.621/14 conforme o disposto no inciso I do artigo 180 da Lei nº 206/07

Nº 12771 Marcelo Correa, protocolo nº 48.605/15 conforme o disposto no inciso VIII do artigo 178 da Lei nº 206/07.

Nº 12710 Frederico Bortoletto, protocolo nº 90.320/15 conforme o disposto no inciso II do artigo 178 da Lei nº 206/07

Nº 12240 Antonio dos Reis, protocolo nº 218.120/15 conforme o disposto no inciso I e II do artigo 180 da Lei nº 206/07.

Nº 12839 Vlademir Antonio Bortolucci, protocolo nº 66.567/16 conforme o disposto no inciso II do artigo 180 da Lei nº 206/07.

Nº 12445 Moisés Leite da Silva, protocolo nº 124.384/16 conforme o disposto no inciso I do artigo 178 da Lei nº 206/07.

Nº 12772 Flavia Orsi Horn Veiga, protocolo nº 168.513/16 conforme o disposto no inciso I do artigo 178 da Lei nº 206/07.

Nº 12099 Osvaldo Ferraz Filho, protocolo nº 177.841/16 conforme o disposto no inciso I do artigo 178 da Lei nº 206/07.

Nº 10792 Charles Araujo Silva, protocolo nº 143.826/2015 conforme o disposto no inciso I do artigo 180 da Lei nº 206/07

AUTO DE EMBARGO: Nº 6349 Roberto Cesar de Gaspari, protocolo nº 49110/17, conforme o disposto no inciso I Artigo 178 da Lei nº 206/07.

Nº 6744 Osvaldo dos Reis Cordeiro, protocolo nº 72.899/17, conforme o disposto no Artigo 3º da Lei nº 206/07.

Nº 6729 Moisés Leite da Silva, protocolo nº 124.384/2016, conforme o disposto no Artigo 3º da Lei nº 206/07.

Nº 6811 José de Oliveira, protocolo nº 91.473/16, conforme o disposto no Artigo 3º da Lei nº 206/07.

Nº 6958 José de Oliveira, protocolo nº 91.473/16, conforme o disposto no Artigo 3º da Lei nº 206/07.

## SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 74/2017  
Aquisição de suprimentos.

HOMOLOGO e ADJUDICO o procedimento licitatório acima descrito, a favor da(s) seguinte(s) empresa(s):

EMPRESA	ITEM
VIBRATO AUDIO E VIDEO LTDA - EPP	01
FRACASSADO	02
M. E. DA SILVA LEMOS	03
SILVER DISTRIBUIÇÃO E COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA SEGURANÇA LTDA - EPP	04, 05, 06 e 07

Piracicaba, 30 de maio de 2017.

Angela M. C. Jorge Corrêa  
Secretária Municipal de Educação

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 81/2017  
Aquisição de mobiliário, tatame e varão.

HOMOLOGO e ADJUDICO o procedimento licitatório acima descrito, a favor da(s) seguinte(s) empresa(s):

EMPRESA	ITEM
FRACASSADO	01 e 02
SILVER DISTRIBUIÇÃO E COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA SEGURANÇA LTDA - EPP	03

Piracicaba, 31 de maio de 2017.

Angela M. C. Jorge Corrêa  
Secretária Municipal de Educação

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 087/2017  
Registro de Preços para fornecimento de notebook.

HOMOLOGO o procedimento licitatório acima descrito, a favor da seguinte empresa:

EMPRESA	ITEM
CREATIVE INFORMÁTICA LTDA	01

Piracicaba, 1º de junho de 2017.

ANGELA MARIA CASSAVIA JORGE CORRÊA  
Secretária Municipal de Educação

## PROCURADORIA GERAL

Convênio que entre si celebram a Prefeitura do Município de Piracicaba e o BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A. (SEMAD)  
Base Legal: Lei Municipal nº 5.490/04, alterada pelas de nº 6.901/10 e de nº 7.050/11.  
Objeto: desconto de prestações em folha de pagamento inerente à concessão de empréstimos e financiamentos a servidores ativos do Município.  
Prazo: 12 (doze) meses.  
Data: 01/06/2017.

Contratada: EXON EVENTOS EIRELI – EPP. – CNPJ nº 23.206.834/0001-53 (SETUR)  
Contrato nº 813/2017.  
Proc. Admin.: nº 45.301/2017.  
Licitação: Pregão Presencial nº 65/2017.  
Objeto: Locação de estrutura para bilheteria, fechamentos e geradores para atender os eventos da Setur.  
Valor: R\$ 4.504,00 (quatro mil, quinhentos e quatro reais).  
Prazo: 31/12/2017.  
Data: 01/06/2017.

Contratada: IRINEU VALENTIM TONELOTTO – ME. – CNPJ nº 26.690.808/0001-31 (SAÚDE)  
Contrato nº 814/2017.  
Proc. Admin.: nº 186.122/2016.  
Licitação: Pregão Eletrônico nº 01/2017 – Ata de Registro de Preços nº 208/2017 (válida até 25/04/2018).  
Objeto: Fornecimento parcelado de material de higiene e descartáveis.  
Valor: R\$ 19.640,00 (dezenove mil, seiscentos e quarenta reais).  
Prazo: 31/12/2017.  
Data: 01/06/2017.

Contratada: TERESA GALIARDI HARA – EPP. – CNPJ nº 58.450.446/0001-06 (SAÚDE)  
Contrato nº 815/2017.  
Proc. Admin.: nº 169.426/2016.  
Licitação: Pregão Eletrônico nº 371/2016 – Ata de Registro de Preços nº 175/2017 (válida até 04/04/2018).  
Objeto: Fornecimento parcelado de medicamentos veterinários.  
Valor: R\$ 6.617,40 (seis mil, seiscentos e dezessete reais e quarenta centavos).  
Prazo: 31/12/2017.  
Data: 01/06/2017.

Contratada: SUPRAMIL COMERCIAL LTDA – EPP. – CNPJ nº 11.262.969/0001-57 (SAÚDE)  
Contrato nº 816/2017.  
Proc. Admin.: nº 169.426/2016.  
Licitação: Pregão Eletrônico nº 371/2016 – Ata de Registro de Preços nº 176/2017 (válida até 04/04/2018).  
Objeto: Fornecimento parcelado de medicamentos veterinários.  
Valor: R\$ 3.315,00 (três mil, trezentos e quinze reais).  
Prazo: 31/12/2017.  
Data: 01/06/2017.

Contratada: BACCIOTTI, SILVEIRA & CIA LTDA – EPP. – CNPJ nº 66.029.133/0001-07 (SAÚDE)  
Contrato nº 817/2017.  
Proc. Admin.: nº 179.626/2016.  
Licitação: Pregão Eletrônico nº 380/2016 – Ata de Registro de Preços nº 165/2017 (válida até 28/03/2018).  
Objeto: Fornecimento parcelado de material de expediente.  
Valor: R\$ 3.119,00 (três mil, cento e dezenove reais).  
Prazo: 31/12/2017.  
Data: 01/06/2017.

Aditamento ao Contrato - Contrato de Locação – Locadora: Sra. DIRCE TREVIZAN. (SAÚDE)  
Proc. Admin.: nº 60.164/2014.  
Licitação: Dispensa de Licitação – Artigo 24, inciso X, c/c Artigo 26, da Lei Federal nº 8.666/93.  
Objeto: locação de imóvel localizado à Avenida França, nº 227, Bairro Cidade Jardim, para instalação da UBS Centro.  
Valor: R\$ 6.000,00 (seis mil reais) mensais.  
Prazo: 12 (doze) meses.  
Data: 06/05/2014.

DO ADITIVO – PRAZO E VALOR  
Termo de Aditamento nº 60.164/2014-1/3.  
Prazo: 12 (doze) meses.  
Valor: R\$ 7.139,39 (sete mil, cento e trinta e nove reais e trinta e nove centavos) mensais.  
Data: 01/06/2017.

Aditamento ao Contrato – Contratada: PATRICIA ROSSETO EXPERT RÁDIO SINAL ME. – CNPJ nº 23.306.794/0001-11 (GOVERNO)  
Contrato: n.º 798/2016.  
Proc. Admin.: nº 52.109/2016.  
Licitação: Pregão Presencial nº 138/2016.  
Objeto: Prestação de serviços para manutenção de radiocomunicação e sistema de áudio.  
Valor: R\$ 11.595,00 (onze mil, quinhentos e noventa e cinco reais).  
Prazo: 12 (doze) meses.  
Data: 21/06/2016.

DO ADITIVO – PRAZO  
Termo de Aditamento nº 798/2016-1.  
Prazo: 12 (doze) meses.  
Valor: R\$ 11.595,00 (onze mil, quinhentos e noventa e cinco reais).  
Data: 01/06/2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Inteligência do artigo 25, inciso I, c/c artigo 26, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações. (Conforme Parecer Jurídico n.º 405/2017, anexo aos autos)

ÓRGÃO INTERESSADO: Secretaria Municipal de Administração.  
OBJETO: Prestação de serviços de hardware e suporte de software para equipamentos instalados no Centro de Informática.  
CONTRATADO: Hewlett Packard Brasil Ltda.  
VALOR: R\$ 103.614,84 (cento e três mil, seiscentos e quatorze reais e oitenta e quatro centavos).  
PRAZO: 12 (doze) meses.  
PROCESSO: 68.273/2017.  
REQUISICÃO: 2459/2017.

1 - Visto.  
2 - Tendo em vista o disposto no Estatuto das Licitações e considerando o Parecer Jurídico nº 405/2017 dispense de licitação a presente contratação, no valor de R\$ 103.614,84 (cento e três mil, seiscentos e quatorze reais e oitenta e quatro centavos).  
3 - Atribuição e competência conferida nos termos do Decreto Municipal n.º 16.918, de 02 de janeiro de 2017.  
4 - Encaminhe-se ao Senhor Prefeito Municipal para que se digne ratificar a presente inexigibilidade de licitação.

EROTIDES GIL BOSSHARD  
Secretário Municipal de Administração

Ratifico a presente despesa feita por meio de inexigibilidade de licitação, conforme Parecer Jurídico e solicitação da Secretaria Municipal de Administração.

À Procuradoria Geral para dar publicidade ao ato.

BARJAS NEGRÍ  
Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, LAZER E  
ATIVIDADES MOTORAS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Inteligência do artigo 25, “caput”, c/c artigo 26, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. (conforme Parecer Jurídico n.º 392/2017, anexo aos autos).

Órgão Interessado: Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras.  
Objeto: pagamento das taxas de mensalidade e inscrição de atletas de voleibol para participação da equipe sub 17 nos Jogos da Juventude.  
Contratada: Liga Regional de Voleibol – C.N.P.J. nº 03.161.571/0001-10  
Valor: R\$ 2.806,00 (dois mil e oitocentos e seis reais).  
Prazo Contratual: até o término das competições.  
Protocolo nº 71.443/2017.  
Requisição: 3741/2017.

1 - Vistos.  
2 - Tendo em vista o disposto no Estatuto das Licitações e considerando o Parecer Jurídico, dispense de licitação a presente despesa no valor de R\$ 2.806,00 (dois mil e oitocentos e seis reais).  
3 - Atribuição e competência conferida nos termos do Decreto Municipal n.º 16.918, de 02 de janeiro de 2017.  
4 - Encaminhe-se ao Senhor Prefeito Municipal para que se digne ratificar a presente inexigibilidade de licitação.

PEDRO ANTONIO DE MELLO  
Secretário Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras

Ratifico a presente despesa feita por meio de inexigibilidade de licitação, conforme Parecer Jurídico e solicitação da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras.

À Procuradoria Geral para dar publicidade ao ato.

BARJAS NEGRÍ  
Prefeito Municipal





SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, LAZER E ATIVIDADES MOTORAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Órgão Interessado: Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras. Objeto: pagamento das taxas da equipe de basquete juvenil sub 19 de Piracicaba, para participação em competições oficiais. Contratada: Federação Paulista de Basketball – C.N.P.J. Nº 62.802.335/0001-80 Valor: R\$ 6.000,00 (seis mil reais). Prazo Contratual: até o termino das competições. Protocolo nº 72.697/2017. Requisição: 3744/2017.
1 - Vistos. 2 - Tendo em vista o disposto no Estatuto das Licitações e considerando o Parecer Jurídico, dispense de licitação a presente despesa no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais). 3 - Atribuição e competência conferida nos termos do Decreto Municipal nº 16.918, de 02 de janeiro de 2017. 4 - Encaminhe-se ao Senhor Prefeito Municipal para que se digne ratificar a presente inexigibilidade de licitação.
PEDRO ANTONIO DE MELLO Secretário Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras
Ratifico a presente despesa feita por meio de inexigibilidade de licitação, conforme Parecer Jurídico e solicitação da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras.
À Procuradoria Geral para dar publicidade ao ato.
BARJAS NEGRI Prefeito Municipal
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, LAZER E ATIVIDADES MOTORAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Inteligência do artigo 25, “caput”, c/c artigo 26, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. (conforme Parecer Jurídico nº 393/2017, anexo aos autos).
Órgão Interessado: Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras. Objeto: pagamento das taxas da equipe de handebol masculino, para participação em competições oficiais. Contratada: Liga de Handebol do Estado de São Paulo – C.N.P.J. Nº 10.254.689/001-07 Valor: R\$ 13.940,00 (treze mil e novecentos e quarenta reais). Prazo Contratual: até o término das competições. Protocolo nº 48.602/2017. Requisição: 1544/2017.
1 - Vistos. 2 - Tendo em vista o disposto no Estatuto das Licitações e considerando o Parecer Jurídico, dispense de licitação a presente despesa no valor de R\$ 13.940,00 (treze mil e novecentos e quarenta reais). 3 - Atribuição e competência conferida nos termos do Decreto Municipal nº 16.918, de 02 de janeiro de 2017. 4 - Encaminhe-se ao Senhor Prefeito Municipal para que se digne ratificar a presente inexigibilidade de licitação.
PEDRO ANTONIO DE MELLO Secretário Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras
Ratifico a presente despesa feita por meio de inexigibilidade de licitação, conforme Parecer Jurídico e solicitação da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras.
À Procuradoria Geral para dar publicidade ao ato.
BARJAS NEGRI Prefeito Municipal

## COMISSÃO PERMANENTE PROCESSANTE E DE SINDICÂNCIA

HOMOLOGAÇÃO – Barjas Negri, Prefeito do Município de Piracicaba, no uso de suas atribuições, homologa a conclusão da Comissão Permanente Processante e de Sindicância no seguinte Processo:
Processo n.º.: 4.880/2017.
Assunto: Instauração de Processo de Sindicância visando apurar irregularidades e responsabilidades em fatos ocorridos na UPA Vila Cristina – Frei Sigrist, envolvendo a equipe técnica de enfermagem, objeto do processo com protocolo nº 4.880/2017.
Conclusão: A Comissão, CONCLUI, por unanimidade, pelo ARQUIVAMENTO do presente procedimento, tendo em vista que não restou apurada qualquer infração disciplinar nas condutas adotadas pelos servidores públicos municipais, durante o atendimento prestado na UPA Frei Sigrist – Vila Cristina, na data de 21/12/2016.
MARCELO MAGRO MAROUN Presidente da C.P.P.S.

HOMOLOGAÇÃO – Barjas Negri, Prefeito do Município de Piracicaba, no uso de suas atribuições, homologa a conclusão da Comissão Permanente Processante e de Sindicância no seguinte Processo:
Processo n.º.: 178.358/2016.
Assunto: Instauração de Processo Administrativo Disciplinar para aplicação das penalidades cabíveis em face de JOÃO DOMINGOS TEIXEIRA, funcionário público municipal lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, por enquadramento de sua conduta nas vedações contidas nos incisos XII e XIII do art. 196 da Lei Municipal nº 1.972, de 07 de novembro de 1.972 – Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Piracicaba, com penalidade prevista no inciso IV do art. 201 c/c inciso II, primeira parte, do art. 208 deste mesmo diploma legal, objeto do processo com protocolo nº 178.358/2016.
Conclusão: A Comissão, CONCLUI, por unanimidade, pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA, nos termos do inciso I do art. 201 c/c art. 206, considerada a atenuante prevista no inciso I, do § 1º do art. 212 da Lei Municipal nº 1.972, de 07 de novembro de 1.972 – Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Piracicaba, ao servidor público municipal JOÃO DOMINGOS TEIXEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, por restar comprovado o enquadramento de sua conduta nos incisos XII e XIII do art. 196 deste mesmo diploma legal.
MARCELO MAGRO MAROUN Presidente da C.P.P.S.
HOMOLOGAÇÃO – Barjas Negri, Prefeito do Município de Piracicaba, no uso de suas atribuições, homologa a conclusão da Comissão Permanente Processante e de Sindicância no seguinte Processo:
Processo n.º.: 178.357/2016.
Assunto: Instauração de Processo Administrativo Disciplinar para aplicação das penalidades cabíveis em face de ANTONIO CAETANO DA SILVA, funcionário público municipal lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por infringência ao disposto no art. 482, alíneas “b” e “h”, da Consolidação das Leis Trabalhistas, objeto do processo com protocolo nº 178.357/2016.
Conclusão: A Comissão, CONCLUI, por unanimidade, pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA, considerada a atenuante mencionada neste relatório, ao servidor público municipal ANTONIO CAETANO DA SILVA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por restar comprovado o enquadramento de sua conduta na alínea “b” segunda parte e “h” primeira parte da Consolidação das Leis do Trabalho.
MARCELO MAGRO MAROUN Presidente da C.P.P.S.
HOMOLOGAÇÃO – Barjas Negri, Prefeito do Município de Piracicaba, no uso de suas atribuições, homologa a conclusão da Comissão Permanente Processante e de Sindicância no seguinte Processo:
Processo n.º.: 178.355/2016.
Assunto: Instauração de Processo Administrativo Disciplinar para aplicação das penalidades cabíveis em face de MOACIR ALVES DE SOUZA, funcionário público municipal lotado na Secretaria Municipal de Educação, por enquadramento de sua conduta nas vedações contidas nos incisos XII e XIII do art. 196 da Lei Municipal nº 1.972, de 07 de novembro de 1.972 – Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Piracicaba, com penalidade prevista no inciso IV do art. 201 c/c inciso II, primeira parte, do art. 208 deste mesmo diploma legal, objeto do processo com protocolo nº 178.355/2016.
Conclusão: A Comissão, CONCLUI, por unanimidade, pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA, nos termos do inciso I do art. 201 c/c art. 206, considerada a atenuante prevista no inciso I, do § 1º do art. 212 da Lei Municipal nº 1.972, de 07 de novembro de 1.972 – Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Piracicaba, ao servidor público municipal MOACIR ALVES DE SOUZA, lotado na Secretaria Municipal de Educação, por restar comprovado o enquadramento de sua conduta nos incisos XII e XIII do art. 196 deste mesmo diploma legal.
MARCELO MAGRO MAROUN Presidente da C.P.P.S.
HOMOLOGAÇÃO – Barjas Negri, Prefeito do Município de Piracicaba, no uso de suas atribuições, homologa a conclusão da Comissão Permanente Processante e de Sindicância no seguinte Processo:
Processo n.º.: 178.356/2016.
Assunto: Instauração de Processo Administrativo Disciplinar para aplicação das penalidades cabíveis em face de JOSÉ FIRMINO, funcionário público municipal lotado na Secretaria Municipal de Defesa do Meio Ambiente, por infringência ao disposto no art. 482, alíneas “b” e “h”, da Consolidação das Leis Trabalhistas, objeto do processo com protocolo nº 178.356/2016.
Conclusão: A Comissão, CONCLUI, por unanimidade, pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA, considerada a atenuante mencionada neste relatório, ao servidor público municipal JOSÉ FIRMINO, lotado na Secretaria Municipal de Defesa do Meio Ambiente, por restar comprovado o enquadramento de sua conduta na alínea “b” segunda parte e “h” primeira parte da Consolidação das Leis do Trabalho.
MARCELO MAGRO MAROUN Presidente da C.P.P.S.

SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
NOTIFICAÇÃO N.º 15/01/2017 PREGÃO N.º 120/2016 PROCESSO N.º 2430/2016 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 011/2017 AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO Nº.s 314/17 e 478/17
O Serviço Municipal de Água e Esgoto - Sema, Autarquia Municipal criada pela Lei nº 1657/69, inscrito no CNPJ nº 50.853.555/0001-54, notifica a empresa JANAINA M.L. BAVARESCO MATERIAIS PARA SANEAMENTO - ME, sediada na Rua Maria Isabel Tabary, nº 70, Ribeirânia, na cidade de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 19.760.147/0001-08 e Inscrição Estadual sob nº 797.034.203.113 a abertura de procedimento administrativo para garantia constitucional da ampla defesa e do contraditório, tendo em vista a intenção de sancionar a empresa por infração cometida no âmbito da execução das Autorizações de Fornecimento nº.s 314/17 e 478/17, todas decorrentes da ATA de Registro de Preços nº. 11/2017.
De acordo com informações fornecidas pelo gestor da Ata de Registro de Preços a contratada não entregou todos os materiais solicitados e aqueles que foram entregues o foram com desrespeito ao prazo de entrega como relatado abaixo: 1) AF 314/2017 no valor total de R\$1.112,25. Prazo para entrega até 15/03/2017. A contratada entregou o item 8 no dia 26/05/2017., com atraso de 72 dias. Falta entregar o item 6. 2) AF nº. 478/2017 no valor de R\$1465,90. Prazo para entrega 07/04. A contratada entregou os itens 7 e 8 no dia 26/05, sendo o item 7 com 49 dias de atraso. O item 8 teve 100 peças entregues com 49 dias de atraso e 70 peças entregues com 19 dias de atraso. Falta entregar o item 2.
Diante do exposto fica concedido prazo de três dias para que a contratada cumpra com obrigação de entrega dos itens faltantes.
Nesse sentido, estando a contratada sujeita às penalidades legalmente previstas no ajuste, pela mora, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa prévia, a partir da publicação ou do recebimento desta, o que ocorrer por último.
Fica desde já autorizada vista e extração de cópias mediante o recolhimento dos valores correspondentes às despesas reprográficas.
Publique-se na Imprensa Oficial do Município de Piracicaba para os devidos efeitos legais.
Piracicaba, 26 de maio de 2017.
João Galdino da Silva Assessor Especial Gestão de Contratos
NOTIFICAÇÃO N.º 16/01/2017 PREGÃO N.º 127/2016 PROCESSO N.º 2499/2016 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 051/2016 AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO Nº.s 154/17 e 586/17
O Serviço Municipal de Água e Esgoto - Sema, Autarquia Municipal criada pela Lei nº 1657/69, inscrito no CNPJ nº 50.853.555/0001-54, notifica a empresa JANAINA M. L. BAVARESCO MATERIAIS PARA SANEAMENTO - ME, sediada na Rua Maria Isabel Tabary, nº 70, Ribeirânia, na cidade de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 19.760.147/0001-08 e Inscrição Estadual sob nº 797.034.203.113 a abertura de procedimento administrativo para garantia constitucional da ampla defesa e do contraditório, tendo em vista a intenção de sancionar a empresa por infração cometida no âmbito da execução das Autorizações de Fornecimento nº.s 154/17 e 586/17, todas decorrentes da ATA de Registro de Preços 051/2016.
De acordo com informações prestadas pelo gestor do Registro de Preços a contratada não entregou todos os materiais solicitados e aqueles que foram entregues o foram com desrespeito ao prazo de entrega como disposto abaixo: 1) AF nº 154/2017 no valor de R\$509,85. Prazo para entrega até 11 de fevereiro de 2017, somente foi entregue no dia 26/05/2017, portanto com 104 dias de atraso. 2) AF nº. 586/2017 no valor de R\$1.332,12. Prazo para entrega até 03/05. A contratada entregou os itens 41, 42, 20, 35, 49, 1, 3, 85, 87, e 14 no dia 26/05 com 23 dias de atraso. Faltam ser entregues os itens: 16, 17, 19, 43, 44 e 11.
Diante do exposto fica concedido prazo de três dias para que a contratada cumpra com obrigação de entrega dos itens faltantes.
Nesse sentido, estando a contratada sujeita às penalidades legalmente previstas no ajuste, pela mora, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa prévia, a partir da publicação ou do recebimento desta, o que ocorrer por último.
Fica desde já autorizada vista e extração de cópias mediante o recolhimento dos valores correspondentes às despesas reprográficas.
Publique-se na Imprensa Oficial do Município de Piracicaba para os devidos efeitos legais.
Piracicaba, 02 de junho de 2017.
João Galdino da Silva Assessor Especial Gestão de Contratos





## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Cumprindo determinação do Senhor Presidente do SEMAE, e diante da desistência da Senhora Caroline Delfito Steinberg, vimos pela presente, CONVOCAR o candidato, abaixo relacionado, aprovado em Concurso Público n.º 001/2015, a comparecer na DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, sito à Rua 15 de Novembro n.º 2200, nesta, no prazo de 03 (três) dias, a partir da primeira publicação, no horário das 08:00 às 16:00 horas, munido de documento, para preenchimento do cargo, conforme segue.

### OPERADOR DE TRATAMENTO

Classificação original nome  
03º JOSÉ MARIO ANTUNES FERNANDES JÚNIOR

O não atendimento dentro do prazo estipulado acima, será considerado como desistência do candidato convocado.

Piracicaba, 01 de junho de 2017

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

## PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 830/2017

A Comissão de Combate às Irregularidades, constituída pelo Ato n.º 1.030, de 24 de fevereiro de 2017, baseada no termo de ocorrência e demais documentos que instruíram os autos, conclui pelo ARQUIVAMENTO do Processo n.º 830/2017, instaurado visando apurar eventuais irregularidades que venham a ocorrer nas ligações de água e esgoto.

Ante o exposto, encaminhe-se ao Setor de Protocolo, arquivo e divulgação para que proceda o arquivamento, com as cautelas de praxe.

Publique-se, para os devidos efeitos legais.

## PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 844/2017

A Comissão de Combate às Irregularidades, constituída pelo Ato n.º 1.030, de 24 de fevereiro de 2017, baseada no termo de ocorrência e demais documentos que instruíram os autos, conclui pelo ARQUIVAMENTO do Processo n.º 844/2017, instaurado visando apurar eventuais irregularidades que venham a ocorrer nas ligações de água e esgoto.

Ante o exposto, encaminhe-se ao Setor de Protocolo, arquivo e divulgação para que proceda o arquivamento, com as cautelas de praxe.

Publique-se, para os devidos efeitos legais.

## PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 886/2017

A Comissão de Combate às Irregularidades, constituída pelo Ato n.º 1.030, de 24 de fevereiro de 2017, baseada no termo de ocorrência e demais documentos que instruíram os autos, conclui pelo ARQUIVAMENTO do Processo n.º 886/2017, instaurado visando apurar eventuais irregularidades que venham a ocorrer nas ligações de água e esgoto.

Ante o exposto, encaminhe-se ao Setor de Protocolo, arquivo e divulgação para que proceda o arquivamento, com as cautelas de praxe.

Publique-se, para os devidos efeitos legais.

## PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 891/2017

A Comissão de Combate às Irregularidades, constituída pelo Ato n.º 1.030, de 24 de fevereiro de 2017, baseada no termo de ocorrência e demais documentos que instruíram os autos, conclui pelo ARQUIVAMENTO do Processo n.º 891/2017, instaurado visando apurar eventuais irregularidades que venham a ocorrer nas ligações de água e esgoto.

Ante o exposto, encaminhe-se ao Setor de Protocolo, arquivo e divulgação para que proceda o arquivamento, com as cautelas de praxe.

Publique-se, para os devidos efeitos legais.

## PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 1113/2017

A Comissão de Combate às Irregularidades, constituída pelo Ato n.º 1.030, de 24 de fevereiro de 2017, baseada no termo de ocorrência e demais documentos que instruíram os autos, conclui pelo ARQUIVAMENTO do Processo n.º 1113/2017, instaurado visando apurar eventuais irregularidades que venham a ocorrer nas ligações de água e esgoto.

Ante o exposto, retornem-se à Comissão para as providências necessárias conforme recomendações constantes na deliberação.

Após, archive-se, com as cautelas de praxe.

Publique-se, para os devidos efeitos legais.

## PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 1119/2017

A Comissão de Combate às Irregularidades, constituída pelo Ato n.º 1.030, de 24 de fevereiro de 2017, baseada no termo de ocorrência e demais documentos que instruíram os autos, conclui pelo ARQUIVAMENTO do Processo n.º 1119/2017, instaurado visando apurar eventuais irregularidades que venham a ocorrer nas ligações de água e esgoto.

Ante o exposto, retornem-se à Comissão para as providências necessárias conforme recomendações constantes na deliberação.

Após, archive-se, com as cautelas de praxe.

Publique-se, para os devidos efeitos legais.

## HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO: N.º 2017/001555

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM BALANÇA RODOVIÁRIA (MARCA FILIZOLA)

José Rubens Françoso, Presidente do SEMAE, nomeado através da Portaria n.º 17.733, de 02 de janeiro de 2017, baseado na documentação contida nos autos e consoante deliberação do(a) Pregoeiro(a) ANTONIO CARLOS SCHIAVON, HOMOLOGA a Licitação em epígrafe e declara DESERTA.

Publique-se na Imprensa Oficial do Município de Piracicaba para os devidos efeitos legais.

Piracicaba, 02 de junho de 2017.

José Rubens Françoso  
Presidente do SEMAE

## EDITAL N.º 01/2017

### PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

O Serviço Municipal de Água e Esgoto – SEMAE, Autarquia Municipal criada pela Lei n.º 1657/69, inscrita no CNPJ n.º 50.853.555/0001-54, com sede na Rua XV de Novembro, n.º 2.200, em Piracicaba/SP, torna público o processo seletivo para a contratação de estagiário(s), conforme o quadro a seguir:

Curso	Requisitos Mínimos	Nº total de vagas
SUPERIOR EM ADMINISTRAÇÃO OU RECURSOS HUMANOS (Bacharel ou Tecnólogo)	Estar regularmente matriculado a partir do 3º semestre do curso superior de Administração ou Recursos Humanos, comprovado através de documento da Instituição; Disponibilidade de horário no período matutino ou vespertino, de acordo com a demanda do local de estágio;	02

### DAS CONDIÇÕES DO ESTÁGIO

O estagiário irá desenvolver suas atividades na Divisão de Recursos Humanos do SEMAE, seis (06) horas diárias, conforme disciplinado pelo orientador responsável.

O valor a ser recebido como Bolsa Auxílio corresponde à remuneração de R\$ 4,56 (quatro reais e cinquenta e seis centavos) por hora, mais o auxílio transporte de R\$ 7,20 (sete reais e vinte centavos) por dia de estágio e o seguro de vida obrigatório.

As normas do estágio serão regidas pela Lei do Estágio n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008.

O período de vigência do estágio será de 12 meses, prorrogáveis uma vez por igual período, de comum acordo entre as partes.

### DAS INSCRIÇÕES

2.1 Para inscrição o candidato deverá preencher formulário disponibilizado na página oficial do SEMAE na internet, [www.semaepiracicaba.sp.gov.br](http://www.semaepiracicaba.sp.gov.br) e protocolá-lo acompanhado de currículo e histórico escolar (do curso de Administração ou Recursos Humanos) no Setor de Protocolo do SEMAE, na Rua XV de Novembro, 2200, das 08 às 16 horas, no período de 05 a 23 de junho de 2017, exceto sábados, domingos e feriados.

Não será cobrada qualquer taxa de inscrição.

A inscrição do candidato através do envio da documentação solicitada implicará total e incondicional aceitação das normas constantes neste edital.

### DO PROCESSO SELETIVO

Os candidatos serão selecionados pelo critério de melhores notas ou conceitos, por média, das disciplinas constantes do Histórico Escolar do curso no qual estão matriculados.

Serão considerados os seguintes valores para o cálculo da média:

CONCEITO	NOTA DE 0 A 10	NOTA DE 0 A 100	VALOR
A	9,0 - 10	90 A 100	5
B	7,0 – 8,9	70 A 89	4
C	5,0 – 6,9	50 A 69	3
D	3,0 – 4,9	30 A 49	2
E	0 – 2,9	0 A 29	1

Sendo que: MÉDIA =  $\frac{\text{soma dos valores}}{\text{nº de disciplinas}}$

Em caso de empate terá preferência o candidato com a maior idade;

A classificação final será publicada no site do SEMAE;

Este processo seletivo terá validade pelo prazo de um ano após a publicação da classificação.

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 Os casos omissos neste Edital serão analisados pelos orientadores de estágio envolvidos e pela Divisão de Recursos Humanos do SEMAE.

4.2 Este Edital entra em vigor a partir de sua publicação, sendo válido apenas para este processo seletivo.

Piracicaba, 01 de junho de 2017.

Divisão de Recursos Humanos  
SEMAE



## FEBRE MACULOSA

Ou Doença do Carrapato

**Se tratada a tempo, tem cura.  
Se não tratada, pode MATAR!!!**

**PROCURE A UNIDADE DE SAÚDE MAIS PRÓXIMA DE SUA CASA.  
Não esqueça de dizer que foi picado por carrapato.**





PODER LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 1 DE JUNHO DE 2017.

Institui na Câmara de Vereadores de Piracicaba, a Reunião Solene em comemoração ao “Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha” e acrescenta dispositivo ao Decreto Legislativo nº 32/15, que “unifica solenidade da Câmara, cria as comemorações de categoria por similaridade e dá outras providências”.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Piracicaba, Estado de São Paulo, Faz saber que a Câmara de Vereadores aprova e, no uso das atribuições conferidas por lei, promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 11/17

Art. 1º Fica instituída, na Câmara de Vereadores de Piracicaba, a Reunião Solene em comemoração ao “Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha”, a ser realizada, anualmente, no dia 25 do mês de julho.

Art. 2º Na Reunião Solene que se refere este Decreto Legislativo, poderão ser realizadas palestras e exposições sobre o tema ou ainda outras ações que tenham por finalidade a promoção e valorização da igualdade da mulher nos diferentes espaços sociais, econômicos, culturais e políticos. Parágrafo único. Para a realização das atividades a que se refere o caput deste artigo, a Câmara dos Vereadores poderá firmar parcerias com empresas privadas, associações ou movimentos sociais, dando ampla divulgação ao tema.

Art. 3º Durante a Reunião Solene, poderão ser homenageadas com Diplomas, pessoas de notória atuação voltada à temática, em conformidade com o disposto no .

Art. 4º As despesas decorrentes da execução deste Decreto Legislativo, correrão por conta das dotações orçamentárias nº 01.031.0001.2373 - 3.3.90.30 - Material de Consumo; 3.3.90.39 - Outros Serviços Terc. - Pessoa Jurídica e 3.1.90.16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoa Civil, constantes para o exercício de 2017 e suas respectivas para os exercícios seguintes, suplementadas, se necessário.

Art. 5º O § 1º do art. 30 do Decreto Legislativo nº 32, de 14 de dezembro de 2015, fica acrescido de mais um inciso que será o “LVI”, com a seguinte redação: “LVI - Decreto Legislativo nº \_\_\_\_ de \_\_, de \_\_\_\_ de 2017, de autoria da vereadora Nancy Aparecida Ferruzzi Thame, que institui Câmara de Vereadores de Piracicaba, a Reunião Solene em comemoração ao ‘Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha’.”

Art. 6º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Piracicaba, 1 de junho de 2017.

MATHEUS ANTONIO ERLER  
Presidente

PEDRO MOTOITIRO KAWAI  
1o Secretário

ANDRÉ GUSTAVO BANDEIRA  
2o Secretário

Publicado no Departamento Legislativo da Câmara de Vereadores de Piracicaba, em 1 de junho de 2017.

FÁBIO RICARDO DIONÍSIO  
Diretor do Departamento Legislativo

JAMES GRANZIOL  
Agente Legislativo II

Autor do Projeto: Vereador Nancy A. Ferruzzi Thame - PDL Nº 1/17

PAUTA DA ORDEM DO DIA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA, QUE SE REALIZARÁ AOS CINCO DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE, ÀS DEZENOVE HORAS E TRINTA MINUTOS.

EM DISCUSSÃO ÚNICA

Projeto de Decreto Legislativo

Nº 02/17 - De autoria da vereadora Nancy A. F. Thame, que institui, na Câmara de Vereadores de Piracicaba, o calendário “16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres”, entre os dias 25 de novembro e 10 dezembro, e dá outras providências, (com Substitutivo 01 da C.L.J.R.).

Moção

Nº 072/17 - De autoria do vereador José Marcos Abdala, de aplausos ao Instituto Histórico e Geográfico – IHGP, pelos 50 anos de fundação.

Requerimentos

Nº 333/17 - De autoria do vereador Gilmar Rotta, que solicita informações ao Chefe do Executivo sobre a prestação de contas da AMPRE – Associação de Moradores do Parque Residencial Eldorado.

Nº 344/17 - De autoria do vereador José Marcos Abdala, que solicita informações ao Chefe do Executivo sobre procedimentos para poda e extração de árvores no Município de Piracicaba.

Nº 346/17 - De autoria do vereador Rerlison Teixeira de Rezende, que solicita informações ao Chefe do Executivo sobre o Programa de Dispensação de Insumos para monitoramento glicêmico domiciliar fornecido pela rede pública.

EM SEGUNDA DISCUSSÃO

Projetos de Lei

Nº 039/17 - De autoria do vereador Paulo Roberto de Campos, que denomina de “Antonio dos Santos”, via pública do Loteamento Jardim Planalto II, Bairro Novo Horizonte, neste Município, (com Nova Redação).

Nº 057/17 - De autoria do vereador Carlos Gomes da Silva, que denomina de “Nossa Senhora da Conceição”, Estrada do Bairro Conceição e revoga a Lei nº 5920/07, (com Nova Redação).

Nº 064/17 - De autoria do Executivo, que altera os requisitos dos empregos de Técnico em Imobilização de Gesso, constantes das Leis nº 6.100/2007 e nº 6.815/2010.

EM PRIMEIRA DISCUSSÃO

Projeto de Lei Complementar

Nº 004/17 - De autoria do Executivo, que dá nova redação ao art. 133 da Lei Complementar nº 178/06, que “dispõe sobre a Consolidação da legislação que disciplina o Código de Posturas do Município e dá outras providências”, (no que se refere ao uso de passeios públicos por estabelecimentos comerciais).

TRIBUNA POPULAR – Daniel Ferraz de Campos

Tema – Projeto Prevenir, Educar e Reciclar o Meio Ambiente

HAVERÁ ENTREGA DA MOÇÃO Nº 069/17

AUTORIA – José Aparecido Longatto

PARA – Guarda Civil

1º ORADOR – ver. Pedro Motoitiro Kawai

- Fim -

“Um pouco de você pode ser o tudo para alguém! Doe sangue, órgãos, tecidos e medula óssea”.  
Resolução nº 05/07

PREFEITURA DO MUNICÍPIO  
DE SALTINHO

SETOR DA RECEITA

EXPEDIENTE DO MÊS DE MAIO 2017.

DEFERIDOS:

INSCRIÇÃO NO C.M.C

Proc 678/17 – Arnaldo da Costa Rodrigues  
Proc 683/17 – João Batista Rodrigues MEI  
Proc 689/17 – Erica Domingues Vaz de Sena MEI  
Proc 723/17 – Beatriz Helena Ferrari MEI  
Proc 724/17 – Adriana Storel MEI  
Proc 725/17 – José Clodomiro Brisotti MEI  
Proc 732/17 – Juliana Milani Leite Hidalgo MEI  
Proc 744/17 – Andrea Maria Barrichello Tabai MEI  
Proc 743/17 – Vinicius de Oliveira Ramos ME  
Proc 740/17 – Denis Chiquito Agroveterinária ME  
Proc 759/17 – Julio Cesar Maistro EPP  
Proc 780/17 – Maria Helena Schiavinato Spada MEI  
Proc 841/17 – Reinaldo Godoi MEI  
Proc 854/17 – Mapa Serv. Publicit. E Desenv. Ltda ME

CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO

Proc 679/17 – Arnalda da Costa Rodrigues MEI  
Proc 685/17 – Fernanda Damasco Macario  
Proc 687/17 – Capucin & Filhos Repres. S/C Ltda  
Proc 705/17 – Francisco Alfredo Morato do Canto  
Proc 742/17 – Denis Chiquito MEI  
Proc 751/17 – Matheus Morato do Canto  
Proc 752/17 – Maria Catarina Milani  
Proc 762/17 – Antonio Osmauri Zambetta  
Proc 763/17 – João Batista Rodrigues  
Proc 859/17 – Jeferson Barbosa ME

ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Proc 722/17 – Associação Bíblica e Cultural de Vila Rezende  
Proc 733/17 – Maria de Lourdes Carpin Bertola MEI  
Proc 785/17 – E. Torina Com. de Papelaria ME  
Proc 827/17 – Zizi & Renato Com. de Peças Automotivas Ltda ME

Saltinho, 02 de Junho de 2017.

Fernando Renato Hyppolito  
Diretora de Finanças e Patrimônio

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 05/2017

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO

A Prefeitura do Município de Saltinho/SP, através da Comissão nomeada pela Portaria Nº 1330/2017, torna público, para conhecimento dos interessados a relação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 05/2017, por ordem de classificação. A convocação para admissão do candidato aprovado será feita na ordem de classificação e na medida das necessidades da Prefeitura. A simples aprovação no Processo Seletivo não gera direito a admissão, pois a Prefeitura convocará apenas o número de aprovados que, de acordo com seu critério julgar necessário.

Estagiário Ensino Médio

Ordem	Nome Completo	CPF	Pontos	Nascimento
1º	Bianca Ribeiro Luis dos Santos	472.253.648-12	19	
2º	Mayke Gonzales Moreira	500.855.668-10	18	06/10/1999
3º	Gabriel Innocêncio	472.494.508-75	18	22/02/2000
4º	Lucas Bueno Silva	448.179.128-47	18	29/04/2000
5º	Fernanda Scarpari Goes	472.220.078-57	17	20/01/2000
6º	Lais Caroline Zampalo	472.286.568-06	17	12/02/2001
7º	Douglas Henrique Bertazzoni	503.035.948-61	17	07/03/2001
8º	Bruno Potratz de Oliveira	374.392.838-80	16	02/02/2000
9º	Yessamin Maelly Santos G. da Silva	508.463.588-08	16	15/04/2000
10º	Ana Julia Zuin	503.019.558-08	16	08/01/2001
11º	Matheus Henrique Tolotti	504.192.168-71	16	15/03/2001
12º	Vinicius da Silva Siqueira	438.519.438-64	15	12/01/1998
13º	Andressa Vitória de Andrade Bindilatti	460.211.298-65	15	15/02/1999
14º	Isabella Leticia de Moraes	471.493.358-29	15	14/02/2000
15º	Yasmim Raymundo Frutuoso	513.250.658-54	15	22/03/2000
16º	Vitória Silvestrini Canola	473.094.058-03	15	05/09/2000
17º	Emanuele Castilho Urbano	507.469.398-50	15	12/02/2001
18º	Luis Henrique da Silva Siqueira	517.776.668-30	15	24/01/2002
19º	Airton Stallon Queiroz Araujo	065.026.531-97	14	11/08/1997
20º	Beatriz Roqueti Lucas	473.890.178-80	14	15/07/1999
21º	Fernanda Carolina Paes	429.916.918-24	14	21/01/2000
22º	Vitor Hugo Montanari	508.793.398-02	14	20/05/2000
23º	Marlon Spada Tezotto	473.021.168-57	14	20/06/2000
24º	Larissa Muller	476.026.288-10	14	08/01/2001
25º	Hanna Vitoria Lima de Oliveira	466.782.798-08	14	24/05/2001
26º	Caroline Berno Regonha	472.562.298-28	14	08/04/2002
27º	Vinicius Moreira Longato	404.245.218-30	13	15/08/1999
28º	Carlos Arthur Carvalho Coelho	505.197.688-33	13	26/01/2001
29º	Lauriete de Jesus Zampalo	472.286.178-19	13	03/04/2002
30º	Isabela Zampalo	509.607.488-90	13	30/05/2001
31º	Felipe Gozzer dos Santos	472.400.928-44	13	13/07/2001
32º	Marcos Paulo Severino Júnior	476.290.878-96	12	22/03/2000
33º	Mayara Spada Tezotto	475.925.528-17	12	20/06/2000
34º	Milleny Queiroz Araujo	072.854.591-86	12	28/06/2000
35º	Isabela Cristina Penati Perina	415.670.738-59	12	27/09/2000
36º	Samara Carolina Sandalo Urbano	431.595.818-29	12	28/01/2001
37º	Wesley Felipe de Souza R. Lima	476.779.428-57	12	27/05/2001
38º	Valeska Raquel Rodrigues Duarte	458.718.878-64	12	14/07/2002
39º	Mycielle Gonzales Moreira	347.388.028-01	11	24/03/1998
40º	Adrieli dos Santos	498.136.488-13	11	15/02/1999
41º	Rebeca Marques Moreira Ferreira	472.789.108-54	11	28/04/2000
42º	Yasmim B. Santos	515.660.408-09	11	14/06/2001
43º	Lucas Rossi Chinelato	472.064.028-10	11	19/07/2001
44º	Bárbara Vitoria Martins de Brito	Não tem CPF	11	01/11/2001
45º	Erick Henrique Paschoal	412.674.298-01	10	25/11/1999
46º	Isabela Aparecida Faria	472.280.628-41	10	25/04/2000
47º	Juliana Bachega	501.811.518-12	10	29/04/2001
48º	Laiane Vitória Avancini	Não tem CPF	10	02/05/2001

Saltinho/SP, 02 de Junho de 2017.

Professor Amarildo José Rodrigues  
Presidente da Comissão do Processo Seletivo







## CÂMARA MUNICIPAL DE SALTINHO

SETOR ADMINISTRATIVO

EXTRATO DE CONTRATO

Evandro Eli Pereira - Presidente da Câmara Municipal de Saltinho, comunica que a Câmara Municipal, realizou Termo Aditivo ao Contrato firmado para o fornecimento, implementação, reemissão e administração de cartão alimentação, por meio eletrônico (cartão magnético), protegido por senha, com recarga mensal e permitindo acúmulo de valores para aquisição de gêneros alimentícios de primeira necessidade em estabelecimentos comerciais através da utilização de rede conveniada a sua prestação de serviços, cujos cartões serão destinados aos funcionários da Câmara Municipal de Saltinho.

DO CONTRATO:

Contrato: 002/2015

Processo: 004/2014

Contratada: Mapa Administradora de Convênios e Cartões Ltda

Contratante: Câmara Municipal de Saltinho

Objeto: o fornecimento, implementação, reemissão e administração de cartão alimentação, por meio eletrônico (cartão magnético), protegido por senha, com recarga mensal e permitindo acúmulo de valores para aquisição de gêneros alimentícios de primeira necessidade em estabelecimentos comerciais através da utilização de rede conveniada a sua prestação de serviços, cujos cartões serão destinados aos funcionários da Câmara Municipal de Saltinho. Valor: R\$ 14.850,00 (Quatorze mil, oitocentos e cinquenta reais) Valor mensal: R\$ 1.237,50 (Um mil, duzentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos)

Data : 10 de Fevereiro de 2015

Vigência: De 10 de Fevereiro de 2015 a 09 de Fevereiro de 2016

Fonte de Recurso: próprio

DO ADITIVO DE VALOR:

Contrato: 002/2015

Processo: 004/2014

Contratada: Mapa Administradora de Convênios e Cartões Ltda

Contratante: Câmara Municipal de Saltinho

Objeto: o fornecimento, implementação, reemissão e administração de cartão alimentação, por meio eletrônico (cartão magnético), protegido por senha, com recarga mensal e permitindo acúmulo de valores para aquisição de gêneros alimentícios de primeira necessidade em estabelecimentos comerciais através da utilização de rede conveniada a sua prestação de serviços, cujos cartões serão destinados aos funcionários da Câmara Municipal de Saltinho. Valor Aditado: R\$ 1.980,00 (Um mil, novecentos e oitenta reais)

Valor do crédito por funcionário de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) para R\$ 300,00 (trezentos reais)

Base Legal: Resolução n.º 05/2002 de 10 de junho de 2015

Data : 10 de Junho de 2015

Fonte de Recurso: próprio

DO ADITAMENTO CONTRATUAL N. 01

Contrato: 002/2015

Processo: 004/2014

Contratada: Mapa Administradora de Convênios e Cartões Ltda

Contratante: Câmara Municipal de Saltinho

Objeto: o fornecimento, implementação, reemissão e administração de cartão alimentação, por meio eletrônico (cartão magnético), protegido por senha, com recarga mensal e permitindo acúmulo de valores para aquisição de gêneros alimentícios de primeira necessidade em estabelecimentos comerciais através da utilização de rede conveniada a sua prestação de serviços, cujos cartões serão destinados aos funcionários da Câmara Municipal de Saltinho. Valor: R\$ 17.820,00 (Dezessete mil, oitocentos e vinte reais) Valor mensal: R\$ 1.485,00 (Um mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais)

Data: 10 de Fevereiro de 2016

Vigência: De 10 de Fevereiro de 2016 a 09 de Fevereiro de 2017

Fonte de Recurso: próprio

DO ADITAMENTO CONTRATUAL N. 02

Contrato: 002/2015

Processo: 004/2014

Contratada: Mapa Administradora de Convênios e Cartões Ltda

Contratante: Câmara Municipal de Saltinho

Objeto: o fornecimento, implementação, reemissão e administração de cartão alimentação, por meio eletrônico (cartão magnético), protegido por senha, com recarga mensal e permitindo acúmulo de valores para aquisição de gêneros alimentícios de primeira necessidade em estabelecimentos comerciais através da utilização de rede conveniada a sua prestação de serviços, cujos cartões serão destinados aos funcionários da Câmara Municipal de Saltinho.

Valor: R\$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais)

Valor mensal: R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais)

Data: 10 de Fevereiro de 2017

Vigência: De 10 de Fevereiro de 2017 a 09 de Fevereiro de 2018

Fonte de Recurso: próprio

DO ADITIVO DE VALOR N. 03

Contrato: 002/2015

Processo: 004/2014

Contratada: Mapa Administradora de Convênios e Cartões Ltda

Contratante: Câmara Municipal de Saltinho

Objeto: o fornecimento, implementação, reemissão e administração de cartão alimentação, por meio eletrônico (cartão magnético), protegido por senha, com recarga mensal e permitindo acúmulo de valores para aquisição de gêneros alimentícios de primeira necessidade em estabelecimentos comerciais através da utilização de rede conveniada a sua prestação de serviços, cujos cartões serão destinados aos funcionários da Câmara Municipal de Saltinho. Valor Aditado: R\$ 6.534,00 (seis mil quinhentos e trinta e quatro reais)

Valor do crédito por funcionário de R\$ 300,00 (trezentos reais) para R\$ 400,00 (quatrocentos reais)

Base Legal: Resolução n.º 05/2002 de 30 de maio de 2017.

Data : 01 de Junho de 2017

Fonte de Recurso: próprio

Saltinho, 01 de junho de 2017.

EVANDRO ELI PEREIRA

- Presidente -

## EMDHAP

COMISSÃO PERMANENTE DE ABERTURA E  
JULGAMENTO DE LICITAÇÕES

JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS NA CONCORRÊNCIA Nº 001/17, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 017/17 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE TRABALHO TECNICO SOCIAL, NO PRÉ E PÓS-OCUPAÇÃO, PARA ELABORAÇÃO DE DIAGNOSTICO SOCIOECONOMICO COMPLEMENTAR, ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO TERRITÓRIAL (PDST) PÓS-OCUPAÇÃO.

A Comissão analisou todos os documentos abertos em 25 de maio de 2017, e as impugnações dos seguintes licitantes, reciprocamente: 1-) PROCIAL – Orientação Social e Coleta de Dados Ltda. ME- 2-) Priori Serviços e Soluções, Contabilidade Eireli, 3) Saneambiental Engenharia Ltda. – ME, 4) MJ Assessoria e consultoria LTDA. – EPP, 5) Debora Gonçalves Pastro & Cia. Ltda., 6) Scalli Serviços de Apoio Administrativo Ltda. EPP.

1) Das impugnações feitas à documentação da empresa PROCIAL, a Comissão deliberou que:

a) A empresa não tem o objeto da licitação em seu contrato social. O local da sede não interfere nos trabalhos prestados;

b) A empresa apresentou os índices contábeis conforme o Edital;

c) Os atestados de capacidade técnica estão autenticados. O atestado emitido pela SABESP não está autenticado e não foi emitido em nome da licitante;

d) Os registros dos profissionais no CRESS, e o diploma da Sra. Gina Colanero não estão autenticados;

e) Não apresentou a certidão negativa da Fazenda Estadual;

f) O balanço contábil não foi autenticado em todas as folhas por lapso do membro da Comissão no dia 25.05.17, porque todos os demais documentos foram autenticados, e será aceita pela Comissão;

g) Apresentou responsável técnica Marta Maria de Oliveira Paes de Barros, com Atestado de capacidade Técnica.

2) Das impugnações feitas à documentação da empresa PRIORI, a Comissão deliberou que:

a) A empresa não tem o objeto da licitação no contrato social;

b) Os técnicos não apresentaram atestados de capacidade técnica, nem carteira do CRESS, nem anuidade, constou somente o número do CRESS na ficha de registro do empregado. Só a empresa apresentou atestados (6.1.5.3);

c) Apresentou certidão de registro do responsável no CRC, não no CRESS;

d) Não apresentou cálculos, só os índices de balanço, atestados pelo Contador da EMDHAP;

e) Os contratos de Uerlem Alves Rodrigues e Gabriela Grossi Mota estão vencidos, e o contrato de Bruno Silva Barbosa está vigente, porém a descrição das atividades é genérica, sem referência ao objeto da licitação;

3) Das impugnações feitas à documentação da empresa SANEAMBIENTAL, a Comissão deliberou que:

a) A garantia foi apresentada em 24.05.17, através de apólice de seguro. Não juntou comprovante no envelope nº 01, mas foi juntada anteriormente no Processo Administrativo;

b) O objeto da licitação consta na certidão simplificada da junta comercial e no comprovante de inscrição e de situação cadastral da Receita Federal, como serviços de Assistente Social sem alojamento;

c) Os documentos da responsável técnica (carteira do CRESS e atestado de responsabilidade técnica), bem como o contrato de prestação de serviços foram autenticados por membro da comissão de licitação;

d) Não apresentou a certidão negativa da Fazenda Estadual;

4) Das impugnações feitas à documentação da empresa MJ, a Comissão deliberou que:

a) O contrato social tem por objeto assessoria, não execução de projetos;

b) O contrato social está vigente, a data de 180 dias (fls. 6/8) refere-se ao prazo máximo para a sociedade ficar como unipessoal;

c) O registro no CRESS não pertence à licitante, mas sim à empresa BF;

d) A certidão de falência não foi autenticada por lapso do membro da Comissão no dia 25.05.17, porque todos os demais documentos foram autenticados, e será aceita pela Comissão;

e) A garantia foi apresentada na forma de depósito em dinheiro, no dia 24.05.17, na conta 2199.003.9100-0- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Não juntou comprovante no envelope nº 01, mas foi juntada anteriormente no Processo Administrativo;

5) Das impugnações feitas à documentação da empresa DP, a Comissão deliberou que:

a) A garantia foi apresentada mediante apólice, com emissão de 09.05.17 e vigência de 25.05.17;

b) Apresentou atestados de capacidade técnica de acordo com o objeto – os municípios tem mais de 80.000 habitantes, conforme IBGE: *ciudades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=351500*;

c) A certidão do INSS é eletrônica, não precisa de autenticação;

d) A certidão do CRESS consta como vencida;

e) Os atestados técnicos apresentados não estão autenticados;

f) O balanço não está registrado na Junta Comercial;

g) O registro do contador no CRC não está autenticado;

6) Das impugnações feitas à documentação da empresa SCALLI, a Comissão deliberou que:

a) O certificado de regularidade do FGTS está vencido;

b) Não apresentou certidão de regularidade da Fazenda Estadual;

c) Não apresentou a declaração de EPP;

d) O contrato de prestação de serviços de Sandra Simões de Abreu Lessi, Cláudio Scalli, e Paola Rodrigues estão vencidos;

e) Não apresentou comprovantes de registro ou inscrição na entidade profissional competente da empresa, nem do responsável técnico;

Após análise, a Comissão deliberou por INABILITAR todas as licitantes, conforme a seguinte fundamentação, e aplicar a ESCOIMA, regra do artigo 48, par. 3º, do Estatuto das Licitações, devendo as empresas, no prazo improrrogável de 8 (oito) dias úteis, apresentarem nova documentação, escoimada das causas que as inabilitaram.

Os respectivos processos administrativos, a partir desta data, ficam disponíveis aos licitantes para consulta:

Procial – Orientação Social e Coleta de Dados Ltda. ME, por descumprimento do item 1.1 e 6.1.3.3. do Edital (1 - “a”, “e”); Priori Serviços e Soluções, Contabilidade Eireli, por descumprimento dos itens 6.1.5.3, e 6.1.5.3.1 do Edital (2 - “b” e “d”), Saneambiental Engenharia Ltda. – ME, por descumprimento do item 6.1.3.3 do Edital (3 - “d”); MJ - Assessoria e consultoria LTDA. – EPP, por descumprimento do item 1.1 do Edital (4 - “a”); Debora Gonçalves Pastro & Cia. Ltda., por descumprimento dos itens 6.1.6.1, e 6.1.5.2.1 do Edital (5 - “e”, “f”, e “g”), Scalli Serviços de Apoio Administrativo Ltda. EPP, por descumprimento do item 6.1.4.1, 6.1.3.3., 6.1.8.4 – Anexo IV, 6.1.5.3.1, 6.1.5.1 (6 - “a”, “b”, “c”, “d”, e “e”).

Em razão da aplicação da escoima, fica alterada a data de abertura do envelope Proposta Técnica para o dia 19/06/17, às 10hs.

Nada mais havendo a tratar, encerram-se os trabalhos. Do que eu, \_\_\_\_\_, Jacó da Silveira Nunes, membro designado como Presidente da Comissão de Licitação lavrei a presente Ata, que lida e achada conforme, vai assinada por todos.

Comissão de Licitação:

Membro  
Sandra Cristina Liberal

Membro  
Cícero da Silva Ferreira



# DIÁRIO OFICIAL

**Administração**  
Barjas Negri - Prefeito  
José Antonio de Godoy - Vice-prefeito

**Jornalista responsável**  
João Jacinto de Souza - MTB 21.054

**Diagramação**  
Centro de Informática  
Rua Antonio Correa Barbosa, 2233  
Fone: (19) 3403-1031

E-mail: [diariooficial@piracicaba.sp.gov.br](mailto:diariooficial@piracicaba.sp.gov.br)

**Impressão**  
Gráfica Municipal de Piracicaba  
Rua Prudente de Moraes, 930  
Fones/Fax: (19) 3422-7103 e 3433-0194

Tiragem: 180 unidades

**Diário Oficial OnLine: [www.piracicaba.sp.gov.br](http://www.piracicaba.sp.gov.br)**





### 1- Cuide da sua calçada! Evite multas!

Calçada bem cuidada evita acidentes, embeleza e valoriza a sua casa.

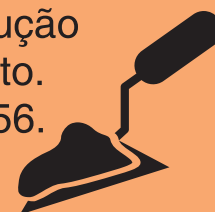


### 2- Plante uma árvore!

Escolha a sua, gratuitamente, pelo Plano de Plantio de Árvores em Calçadas, da Secretaria Municipal de Defesa do Meio Ambiente. Ligue: 156

### 3- Não faça massa de construção no asfalto!

Evite multa de R\$ 621,13. Não faça e não deixe que façam massa de construção no asfalto. Ligue 156.



### 10- Respeite os sinais de trânsito!

Eles disciplinam o fluxo de veículos e a convivência com as pessoas. Respeitar os sinais de trânsito evita acidentes e, principalmente, atropelamentos.



### 9- Terreno baldio só é bom para escorpiões, aranhas, cobras e outros bichos!

Se você tem um terreno sem construção, mantenha-o limpo e faça um muro de fechamento.



Evite multa e colabore com a vizinhança!

Ajude  
a  
melhorar  
a sua  
cidade!

### 4- Não desperdice água!

Piracicaba não foi atingida pela falta d'água, mas evitar o desperdício é uma questão de cidadania. Então, economize água todos os dias. Colabore! Faça a sua parte.



### 5- Recicle o lixo da sua casa!

Separe papel, lata, plástico e vidro para reciclagem. Ligue 3414-3138 ou 156 e saiba em qual dia o caminhão faz a coleta no seu bairro. Colabore! O meio ambiente agradece.



### 8- Entulho de pequenas reformas, lâmpadas?

Deposite gratuitamente nos Ecopontos.

Pequenas quantidades de entulho de construção, lâmpadas, latas, vidros e garrafas pet podem ser depositados.



### 7- Tire da rua as fezes do seu cachorro!

Existe multa legal para donos de animais que deixam as fezes dos seus bichinhos nas calçadas. Limpe a sujeira do seu cachorro.

### 6- Lixo é no lixo!

Existem centenas de lixeiras instaladas nas principais ruas e avenidas da cidade. Use-as! Ajude a manter a cidade limpa e evite que o lixo seja levado pela enxurrada, entupindo as galerias.

